

**PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS:  
AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU**

Relatório África N°183 – 23 de Janeiro de 2012

*Traduzido do francês*

## ÍNDICE

<b>SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES .....</b>	<b>i</b>
<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>II. UMA CONJUNTURA DE ESTABILIZAÇÃO.....</b>	<b>2</b>
A. O FACTOR INTERNACIONAL: UMA FORÇA PARADOXAL.....	2
1. A comunidade internacional como imaginário .....	2
2. A comunidade internacional como realidade: o “bom” e o “vilão” .....	3
3. Angola, finalmente um “país líder” no âmbito do dossier bissau-guineense? .....	6
B. O PAIGC REUNIDO NA HEGEMONIA? .....	8
C. PERANTE A QUESTÃO MILITAR: COMPROMISSO OU COMPROMETIMENTO? .....	10
D. UMA CONJUNTURA ECONÓMICA FAVORÁVEL .....	13
<b>III. E AGORA? A GUINE BISSAU ENTRE PROJECTOS E AMEAÇAS .....</b>	<b>14</b>
A. A REFORMA DO SECTOR DA SEGURANÇA: RUMO AO MOMENTO DECISIVO? .....	14
1. Uma reforma ambiciosa .....	15
2. Os militares bissau-guineenses face à reforma .....	15
3. Os parceiros internacionais face à RSS.....	18
B. UM CÉNARIO POLÍTICO AINDA FRÁGIL .....	20
C. O TEMA DA IMPUNIDADE.....	22
D. O FACTOR COCAÍNA .....	24
E. DO CRESCIMENTO ECONÓMICO AO DESENVOLVIMENTO: NOVAS AMEAÇAS .....	25
<b>IV. EPÍLOGOS: A IRRESISTÍVEL HEGEMONIA DE CARLOS GOMES JÚNIOR? .....</b>	<b>29</b>
<b>V. CONCLUSÃO.....</b>	<b>32</b>

### APÊNDICES

A. MAPA DA GUINÉ-BISSAU .....	34
B. LISTA DOS ACRÓNIMOS .....	35
C. CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICOS .....	36
D. ACERCA DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP .....	37
E. RELATÓRIOS E BRIEFINGS DO CRISIS GROUP SOBRE A ÁFRICA DESDE 2009 .....	38
F. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP .....	41

## PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS: AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU

### SÍNTESE E RECOMENDAÇÕES

A resistência vitoriosa das autoridades bissau-guineenses à tentativa de golpe de Estado de 26 de Dezembro de 2011 é encorajadora. Se este episódio testemunha a dinâmica da estabilização que o país conheceu depois das agitações político-militares de 1 de Abril de 2010, esta nova estabilidade é o resultado de compromissos frágeis, incertos e muito ambíguos. Os verdadeiros desafios políticos, militares e judiciais estão ainda para vir. A morte do presidente Malam Bacai Sanhá no dia 9 de Janeiro de 2012 aumenta a incerteza. A competição inter- e intra-partidária apresenta riscos para os partidos políticos, que vão do comunitarismo à instrumentalização de facções do exército. No plano militar, a reforma do sector da segurança (RSS) está em suspenso. No plano judiciário, os assassinatos de 2009 continuam a suscitar rumores, acusações e ameaças. O reforço do regime do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior deve ainda originar evoluções positivas para todo o país. O compromisso internacional deve manter-se, resolutivo, exigente e crítico. Angola deve fazer um esforço muito especial no âmbito da comunicação, transparência e coordenação com os outros intervenientes internacionais.

A seguir a 1 de Abril de 2010, data em que o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas Zamora Induta foi derrubado pelo seu adjunto António Injai, e o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior foi detido durante um breve período, foram estabelecidos compromissos entre facções políticas e militares dominantes. A dependência do país em relação à assistência internacional, sentida por todos os guineenses, e a reacção firme da União Europeia (UE) e dos Estados Unidos, colocaram outros segmentos da comunidade internacional e as autoridades políticas guineenses em posição de mediação em relação aos militares. As tensões entre o campo do presidente e o do primeiro-ministro, duas figuras do Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), foram-se gradualmente acalmando.

As autoridades políticas validaram a tomada do controlo do exército pelos responsáveis dos acontecimentos de 1 de Abril, o general Injai e o almirante Bubo na Tchuto, durante muito tempo considerado como sendo o homem forte do tráfico de cocaína proveniente da América latina,

tendo obtido em troca o seu reconhecimento do regime civil. A agitação militar de 26 de Dezembro de 2011, que foi objecto de diversas interpretações, levou no entanto à detenção de na Tchuto, sem que tenham sido apresentadas acusações contra ele. Nesta fase sensível, Angola mostrou ser um operador decisivo. Luanda destacou uma missão militar de cooperação relativamente robusta e concedeu um apoio material ao Estado guineense, tudo isto numa relativa opacidade.

Reformas do funcionamento do Estado, conjuntura económica favorável e apoio razoável dos doadores permitiram uma tímida melhoria da situação económica e um reforço apreciável das capacidades nos sectores da polícia e da justiça. Esta melhoria veio consolidar o compromisso entre políticos e militares e reforçar a legitimidade do poder civil. Tudo isto permitiu o relançamento do desenvolvimento, bem como avanços em alguns projectos de investimentos nos promissores recursos naturais do país.

Mas o mais importante está ainda para vir. Em primeiro lugar, o país enfrenta uma série de desafios delicados. O anunciado congresso do PAIGC, partido marcado por um forte faccionalismo, o desaparecimento do presidente Sanhá a provocar a organização de um escrutínio presidencial até Março de 2012, as legislativas previstas para o fim do ano de 2012, as eleições locais que se devem seguir, as primeiras da história pós-colonial do país, são ainda incertezas. Estes desafios seguir-se-ão provavelmente à consolidação da hegemonia do PAIGC em redor do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior. Isto coloca igualmente a questão do futuro da oposição política, que se encontra presa entre impotência e radicalização, marginalização e recurso militar. Esta situação difícil forçou uma parte da oposição a aproveitar os espectaculares assassinatos políticos de 2009, ainda não esclarecidos, para atacar o primeiro-ministro.

Coloca-se também a questão das reformas estruturais que devem tornar o Estado viável e capaz de impulsionar o desenvolvimento de todo o país, e em particular a RSS. Mas a incerteza continua a existir sobre o estado do exército: poderá ser realizada a desmobilização de 2500 mili-

tares conforme previsto? O poder civil, desempenhando as suas obrigações melhor do que anteriormente, terá conseguido assegurar a obediência do exército? A articulação, imposta pela comunidade internacional, entre a reforma do exército e a exoneração dos chefes militares mais controversos, poderá pôr em perigo o processo? A presença militar angolana e a possibilidade de uma intervenção internacional mais robusta terão verdadeiramente modificado a perspectiva dos chefes militares? Todas estas interrogações, combinadas com a inquietação suscitada pelo crescente poderio de Angola junto de determinados parceiros importantes, e em particular a Nigéria e o Senegal, retardam o apoio internacional à reforma, em particular a implementação dos fundos de pensões necessários, e enfraquecem a sua credibilidade.

A hegemonia que trabalham para construir o primeiro-ministro e o Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas com o apoio angolano, deve romper sem ambiguidade com o narcotráfico e a impunidade, para dispor de uma verdadeira legitimidade, responder às aspirações da população civil e à preocupação da comunidade internacional, e tratar de maneira conveniente a história complexa das relações entre poderes civil e militar e a politização da etnicidade balanta. É necessária uma eficácia burocrática e contra-poderes credíveis e construtivos. Um trabalho a longo prazo sobre a formação, e um reforço das capacidades dos partidos políticos, são particularmente importantes. A atenção ao jogo político, à esfera militar e ao tráfico de droga não deve fazer esquecer as questões de mais longo prazo, como a governança, o controlo económico e a articulação entre a capital e o resto do país, problemas eminentemente políticos. Os intervenientes regionais e internacionais devem estar atentos e abertos mas igualmente fixar salvaguardas à concentração do poder político e económico.

## RECOMENDAÇÕES

### *Sobre a reforma do sector da segurança*

#### **Ao governo bissau-guineense:**

1. Confirmar o seu empenho na RSS, nomeadamente:
  - a) Informando de maneira clara e aberta os membros das forças de segurança, os corpos de cidadãos guineenses, a Assembleia nacional popular e a comunidade internacional sobre o formato da reforma, os critérios utilizados, os efectivos envolvidos, o nível de pensão previsto e a durabilidade dos fundos.
  - b) Preparando, num prazo realista, a realização de uma reunião internacional de alto nível sobre a RSS.

#### **Aos governos de Angola, da Nigéria e do Senegal:**

2. Encetar rapidamente um diálogo directo, a fim de assinar rapidamente o protocolo de acordo para a implementação do roteiro estabelecido pela Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP).

#### **Ao presidente da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental:**

3. Preparar e confirmar publicamente a disponibilização dos fundos prometidos para a implementação da RSS.

#### **Ao presidente da Comissão da União Africana:**

4. Designar rapidamente um novo representante especial para dirigir o gabinete da UA na Guiné-Bissau e trabalhar em ligação com o seu mediador, o presidente do Burkina Faso, Blaise Compaoré.
5. Envolver-se na criação de um verdadeiro consenso entre autoridades guineenses, CEDEAO e CPLP para a implementação do roteiro sobre a RSS.

#### **Ao presidente Blaise Compaoré, mediador do presidente da Comissão da União Africana:**

6. Facilitar as discussões internas com a hierarquia militar guineense bem como as relações entre Angola e a CEDEAO.

#### **Às Nações Unidas:**

7. Intervir sem demora ao nível regional, sub-regional e nacional, em ligação com o presidente Compaoré, a fim de facilitar uma acção harmonizada da UA, da CEDEAO e da CPLP junto das autoridades guineenses para a implementação do roteiro sobre a RSS.

#### **Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

8. Prepararem-se para intensificar rapidamente os esforços em todos os domínios da RSS logo que o protocolo de entendimento para a implementação da reforma seja assinado.

### *Sobre a justiça e a impunidade*

#### **Ao governo bissau-guineense:**

9. Reforçar a luta contra a impunidade, nomeadamente facilitando a implementação dos procedimentos judiciais em curso sobre os assassinatos de 2009.

### **Ao Gabinete integrado das Nações Unidas para a Guiné-Bissau:**

10. Providenciar um apoio material aos procedimentos judiciais em curso sobre os assassinatos de 2009 sob a direcção do procurador-geral.

#### *Sobre a transparência na gestão da economia*

### **Ao governo bissau-guineense:**

11. Melhorar a transparência na gestão da economia:
  - a) Declarando rapidamente a sua adesão à Iniciativa para a transparência nas indústrias extractivas (EITI).
  - b) Submetendo à Assembleia Nacional Popular os principais contratos concluídos no domínio da pesca, das minas, do petróleo e da madeira.
  - c) Propondo à Assembleia Nacional Popular uma legislação que exija que os principais personagens do Estado declarem o seu património.

#### *Sobre o desenvolvimento económico e social*

### **Ao governo bissau-guineense:**

12. Reforçar os esforços no domínio do desenvolvimento em matéria de saúde e de educação, e particularmente no ensino superior, tendo em atenção ao mesmo tempo os equilíbrios etnoregionais no acesso aos recursos públicos.

### **Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

13. Reforçar os esforços de desenvolvimento no domínio da saúde e da educação, e particularmente no ensino superior, tendo em atenção o não agravamento dos desequilíbrios etnoregionais no acesso aos recursos públicos.
14. Prestar uma especial atenção ao ensino superior, à sua acessibilidade e à sua qualidade.

#### *Sobre o pluralismo político*

### **Aos partidos políticos bissau-guineenses:**

15. Contribuir de forma crítica e razoável para a vida política nacional e abster-se de alimentar a escalada dos rumores e das tensões étnicas.

### **Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

16. Encorajar, através de organizações não governamentais pertinentes, a implementação de programas de reforço das capacidades dos partidos políticos.

#### *Sobre o futuro processo eleitoral*

### **Aos partidos políticos bissau-guineenses:**

17. Encetar imediatamente conversações para a organização da eleição presidencial antecipada no prazo fixado pela Constituição ou, se for impossível, dentro do prazo mais curto possível que seja compatível com uma eleição justa e transparente.

### **Aos parceiros internacionais da Guiné-Bissau:**

18. Fornecer apoio logístico e financeiro à organização rápida da eleição presidencial antecipada e das eleições legislativas previstas este ano.

**Dakar/Bruxelas, 23 de Janeiro de 2012**

## PARA ALÉM DOS COMPROMISSOS: AS PERSPECTIVAS DE REFORMA NA GUINÉ-BISSAU

### I. INTRODUÇÃO

A Guiné-Bissau parece ter estado, ao longo da década de 2000, numa instabilidade sem fim.<sup>1</sup> Depois da guerra de 1998-1999 e da desorganizada presidência de Kumba Yalá de 2000 à 2003, o regresso à chefia do Estado em 2005 de João Bernardo “Nino” Vieira suscitou uma esperança relativa, apesar do balanço não convincente dos seus quase vinte anos na presidência da República, entre o golpe de Estado que o levou ao poder em 1980 e a guerra que o forçou a abandonar o poder em 1999.<sup>2</sup> Mas Vieira foi assassinado em Março de 2009, algumas horas depois da morte violenta do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, Batista Tagme na Wai. Em Junho de 2009, dois deputados e antigos ministros, um dos quais era candidato à eleição presidencial, foram por seu turno assassinados.<sup>3</sup>

No mês seguinte, a eleição de Malam Bacai Sanhá para a presidência da República, após um processo finalmente pacífico, e a continuidade do governo do primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, bastante apreciado pela maioria dos parceiros internacionais, suscitaram uma recuperação do optimismo. Mas menos de um ano depois, uma nova peripécia pareceu fazer recuar uma vez mais o país ao ponto de partida. Em 1 de Abril de 2010, soldados sob o comando do vice-chefe do Estado-Maior António Injai detiveram o novo chefe do Estado-Maior Zamora Induta, bem como o primeiro-ministro.<sup>4</sup> Outros soldados viriam a

tomar sob a sua protecção o antigo chefe do Estado-Maior da Armada José Américo Bubo na Tchuto. Objecto de múltiplos rumores quanto à sua implicação no trânsito da cocaína da América latina com destino ao mercado europeu,<sup>5</sup> na Tchuto havia sido, por seu turno, acusado de tentativa de golpe de Estado. Tinha-se refugiado na delegação das Nações Unidas, deixando esta numa situação embaraçante, no seu regresso a Bissau em Dezembro de 2009.<sup>6</sup>

Uma multidão reuniu-se em Bissau para reclamar o regresso à ordem constitucional, e sob a insistência dos embaixadores e do presidente Sanhá, o primeiro-ministro foi rapidamente libertado. Ele considerou contudo ser prudente manter-se afastado do país durante perto de um mês e meio, oficialmente por razões médicas. Quanto a Induta, foi encarcerado durante longos meses, substituído nas suas funções por António Injai, enquanto que na Tchuto recuperava a sua influência. Os esforços internacionais fracassaram uma vez mais as tentativas de estabilizar este pequeno país de 1,6 milhões de habitantes, dependente em grande medida da ajuda internacional. A Guiné-Bissau parece decididamente saída da imaginação de um romancista. Dois autores de romances de aventuras, Frederick Forsythe e Gérard de Villiers, publicaram de facto cada um deles em 2010 um volume livremente inspirado nos acontecimentos recentes de Bissau.<sup>7</sup>

Se as tensões permanecem elevadas na esfera política até ao final de 2010, as mesmas foram aliviando no ano de 2011, antes de recrudescerem num novo episódio político-militar em 26 de Dezembro de 2011 e posteriormente com a morte do presidente Sanhá em 9 de Janeiro de 2012. Pela primeira vez na história do multipartidarismo na Gui-

<sup>1</sup> O substantivo “Guiné” e o adjectivo “guineense” referem-se aqui à Guiné-Bissau. As menções eventuais ao país homónimo vizinho, a Guiné, serão sempre acompanhados do nome da sua capital, Conacri.

<sup>2</sup> Sobre a história política do país até à segunda presidência de Vieira, ver o relatório África do Crisis Group N°142, *Guinée-Bissau: besoin d’Etat*, 2 de Julho de 2008.

<sup>3</sup> Sobre os assassinatos de 2009, ver o briefing África do Crisis Group N°61, *Guiné-Bissau: Para Lá da Lei das Armas*, 25 de Junho de 2009.

<sup>4</sup> Determinados patronímicos bissau-guineenses conhecem variantes ortográficas. Yalá escreve-se por isso às vezes Ialá, Injai pode igualmente ser indicado como Indjai, Njai ou, mais raramente, Ndiaye, e Bubo na Tchuto encontra-se também sob a

forma de Bubu na Tchute, na Tchutu ou Natchuto. Nas citações, o uso original foi respeitado.

<sup>5</sup> Em 8 de Abril de 2010, o departamento do Tesouro americano anunciou ter inscrito na Tchuto na lista dos traficantes importantes de estupefacientes, em aplicação da lei de designação de barões da droga estrangeiros, chamada Kingpin Act.

<sup>6</sup> Detido em Agosto de 2008 por uma tentativa de suposto golpe de Estado, na Tchuto conseguiu escapar. Refugiado na Gâmbia, tinha reentrado clandestinamente em Bissau em finais de 2009 em condições mal esclarecidas.

<sup>7</sup> Respectivamente *The Cobra* (Putnam Adult, 2010) e *Cruelle Guinée* (Editions Gérard de Villiers, 2010).

né-Bissau, a maioria parlamentar parece ter vindo para ficar durante todo o tempo da legislatura. Prepara-se uma conferência nacional de reconciliação. Foram realizados avanços do ponto de vista da reforma do Estado e as instituições financeiras internacionais concederam um perdão da quase totalidade da considerável dívida exterior do país (1,2 mil milhões de dólares). Diversos doadores estão envolvidos de novo. O país teve um crescimento económico inédito e considerável, anunciando-se alguns investimentos privados. Mesmo os acontecimentos de Dezembro de 2011, nos quais o primeiro-ministro e o chefe do Estado-Maior António Injai saíram vencedores, confirmam a dinâmica de fundo: O reforço do regime de Gomes Júnior.

Mas de que se trata esta nova estabilidade? Enquanto o relatório precedente do Crisis Group data de Junho de 2009, o presente relatório pretende analisar as grandes tendências durante o período decorrido. O mesmo fundamenta-se em particular num trabalho de campo na Guiné-Bissau em Julho de 2011, mas mobiliza também os dados recolhidos em visitas mais antigas e através de contactos regulares junto dos intervenientes internacionais e da diáspora guineense em África, Estados Unidos e na Europa. Foram também realizadas entrevistas junto de um conjunto de intervenientes, diplomatas, ONG, políticos, militares bem como junto de simples cidadãos guineenses. O presente relatório descreve as dinâmicas internas e internacionais sobre as quais a estabilidade actual é construída, e avalia as ameaças que pairam ainda sobre ela. O mesmo interroga-se sobre se serão ou não possíveis as mudanças estruturais necessárias, RSS,<sup>8</sup> enraizamento da democracia e desenvolvimento económico para benefício de todos. Este relatório interpreta igualmente, à luz destas dinâmicas de fundo, a agitação político-militar de 26 de Dezembro de 2011 e as consequências da morte do presidente Sanhá em 9 de Janeiro último.

## II. UMA CONJUNTURA DE ESTABILIZAÇÃO

Desde 1 de Abril de 2010 e até aos acontecimentos de Dezembro de 2011, desenharam-se progressivamente compromissos no sistema político-militar guineense, rudemente abalado pela agitação de 1 de Abril. Os chefes militares responsáveis por estes acontecimentos obtiveram a sua confirmação à cabeça do exército mas fizeram questão de marcar a sua deferência para com o poder civil; os dois ramos do PAIGC puseram de lado as suas disputas internas para apresentar uma frente unida. Esta estabilização deve muito a uma conjuntura internacional particular: o sentimento de dependência em relação à ajuda internacional e o descontentamento marcado da UE e dos Estados Unidos. Isto permitiu a outros intervenientes internacionais, e em particular a Angola, colocarem-se como intermediários e como recurso, realizando esforços para a estabilização a curto prazo da situação. Sob forte pressão, as autoridades intensificaram igualmente os seus esforços em matéria de governação, o que lhes permitiu beneficiar de uma conjuntura económica favorável e obter alguns resultados em matéria de política económica e de desenvolvimento.

### A. O FACTOR INTERNACIONAL: UMA FORÇA PARADOXAL

Primeiro de forma involuntária, depois provavelmente de forma mais consciente, a comunidade internacional combinou ameaças e encorajamentos, restringindo os principais intervenientes políticos e militares guineenses a elaborar compromissos e a respeitar um certo número de formas e regras. Simultaneamente uma visão partilhada pelos guineenses, incluído no exército, e força tornada concreta pela ruptura operada pela UE e Estados Unidos, a “comunidade internacional” permitiu que certos intervenientes internacionais desempenhassem um papel importante na estabilização. Nesta conjuntura, Angola tem tido um lugar muito particular. Mas será que a Guiné encontrou verdadeiramente em Angola o “país líder” de que há muito necessitava para articular de forma politicamente produtiva a cena interna e a cena internacional?

#### 1. A comunidade internacional como imaginário

O factor principal da estabilização da Guiné-Bissau depois de 1 de Abril de 2010 é seguramente a comunidade internacional. Esta desempenha um papel decisivo, talvez inicialmente como uma entidade vaga, na qual os intervenientes guineenses integram as preferências supostas nos seus próprios cálculos. O Estado não pode cumprir de momento as mais elementares das suas missões sem apoio

<sup>8</sup> Em português, a língua oficial da Guiné-Bissau, emprega-se também a expressão “Reforma do Sector de Defesa e Segurança”. Consideraremos aqui as duas expressões como equivalentes.

internacional.<sup>9</sup> Por isso, pelo menos nas cidades, apesar da sua fraqueza, o Estado continua a ser um interveniente importante: O pagamento regular dos salários dos funcionários, a escola pública, a manutenção de estradas e as estruturas sanitárias são de extrema importância. Consequentemente, a proximidade com a comunidade internacional e a capacidade de obter e manter o seu apoio tornaram-se um rótulo político na Guiné-Bissau, uma competência valorizada.

Este é um dos elementos da boa classificação (quase 23 por cento dos sufrágios expressos) conseguida na primeira volta da eleição presidencial de 2009 pelo antigo presidente de transição Henrique Rosa, um empresário recentemente entrado na política e sem o apoio de uma estrutura partidária.<sup>10</sup> Rosa partilha este rótulo com o primeiro-ministro Carlos Gomes Júnior, e é em grande parte por isso que milhares de habitantes de Bissau manifestaram o seu apoio a este último em 1 de Abril de 2010, desafiando os militares. A sua queda foi vista por muitos cidadãos como um perigo, porque ele tinha conseguido voltar a estabelecer ligações com os doadores, e consequentemente com os pagamentos regulares dos salários, depois de quase uma década de marginalização e de crise orçamental aguda. Para determinar esta nova estabilização, a pressão internacional e a mobilização popular uniram-se e reforçaram-se mutuamente.

O próprio exército bissau-guineense está longe de ser insensível ao sentimento de que a comunidade internacional deve ser cuidada. Muitos militares consideram que os doadores são indispensáveis, tendo sido esta aliás uma das razões da sua decisão de derrubar o presidente Kumba Yalá, considerado como turbulento por uma boa parte dos parceiros internacionais do país.<sup>11</sup>

---

<sup>9</sup> Em 2009, as doações atingiam 62 mil milhões de CFA, ou seja dois terços do orçamento do Estado guineense. As receitas orçamentais próprias (35 mil milhões de CFA) estavam em dois terços destinadas ao pagamento dos salários da função pública (20 mil milhões de CFA). Ver “Rapport annuel de la zone franc”, Banco de França, 2010, p. 136. Para 2012, o governo prevê um défice de 54 mil milhões de francos CFA sobre um orçamento total de 116 mil milhões. “Guinée-Bissau : adoption du budget de l’exercice 2012”, Le Griot (legriot.info), 28 de Dezembro de 2011.

<sup>10</sup> Oriundo da burguesia mestiça de Bissau e próximo da Igreja católica, Rosa tinha sido designado pela junta do general Veríssimo Correia Seabra para assegurar a presidência provisória no período após a queda de Kumba Yalá em 2003 até à eleição de Vieira em 2005.

<sup>11</sup> A presidência Yalá de 2000 a 2003 foi marcada por uma instabilidade ministerial extrema, uma crise orçamental permanente e violações repetidas das liberdades e da ordem institucional; tendo Yalá tentado de forma muito inadequada domesticar os diferentes segmentos de um Estado que lhe fugia em grande medida. Os doadores foram-se afastando do seu regime. Ver o relatório do Crisis Group, *Guinée-Bissau: besoin d’Etat*, op. cit., p. 15-16.

Muitos dos intervenientes guineenses têm a ideia de que a instabilidade político-militar do país é um obstáculo. Os comentários de um deputado do PAIGC são claras sobre este ponto:

Temos consciência de que é necessário ultrapassar este problema. Isto bloqueia o nosso desenvolvimento. Não podemos ter um governo que tomba desta maneira. Temos necessidade de investimentos na área da saúde, educação e em infraestruturas. Se pagarmos os salários, isso já é bom. Faz-nos falta o dinheiro da comunidade internacional. E a comunidade internacional não dá dinheiro a povos em conflito.<sup>12</sup>

Tal como em todas as crises precedentes, este factor desempenhou em 2010 e 2011 um papel decisivo, alimentando as pressões internas no sentido da estabilização.

## 2. A comunidade internacional como realidade: o “bom” e o “vilão”

A acção concreta da comunidade internacional depois dos acontecimentos de 1 de Abril foi marcada por uma forte divisão. Obviamente, a condenação dos acontecimentos foi unânime, tal como o apelo ao regresso à ordem constitucional e à libertação de Zamora Induta (ou pelo menos à sua apresentação perante a justiça). Mas após as suas declarações iniciais, as divisões multiplicaram-se quanto às medidas a adoptar: de um lado, a UE e os seus países membros bem como, em certa medida, os Estados Unidos; do outro lado as Nações Unidas (operando através do Gabinete integrado das Nações Unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau, Binugbis),<sup>13</sup> a UA, a CE-DEAO e determinados parceiros bilaterais. Esta divisão teve um impacto decisivo e, paradoxalmente, positivo na evolução do país depois de Abril de 2010.

A UE, até então com um papel de liderança tanto na RSS como no apoio orçamental às autoridades civis, estimou que o dia 1 de Abril tornara impossível todos os avanços. A mesma defendeu uma linha muito firme, exigindo imediatamente o reenvio e o julgamento dos chefes militares responsáveis pela agitação.<sup>14</sup> Depois de ter deixado um

---

<sup>12</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, deputado do PAIGC, Bissau, Julho de 2011.

<sup>13</sup> O Binugbis substituiu em 1 de Janeiro de 2010 o Gabinete de Apoio das Nações Unidas para a consolidação da paz na Guiné-Bissau (Banugbis) criado em Abril de 1999, nos últimos momentos da guerra de 1998-1999.

<sup>14</sup> Esta insistência valeu à UE acusações de parcialidade: porque razão tomava uma posição tão firme contra os chefes militares do 1 de Abril de 2010, que não tinham matado ninguém, enquanto que era menos agressiva em relação aos responsáveis políticos e militares suspeitos de muita implicação nos assassinatos de Março e Junho de 2009? A resposta da UE, lógica do ponto de vista jurídico (enquanto que os inquéritos sobre Março



tempo de manobra às autoridades políticas, ela decidiu finalmente dar um fim à sua missão de apoio à RSS em 20 de Setembro de 2010 e suspender todo o apoio orçamental ao Estado guineense. Os Estados Unidos suspenderam igualmente a sua implicação na RSS, exigindo também a nomeação de um novo chefe do Estado-Maior que não esteja “implicado nos acontecimentos de 1 de Abril”.<sup>15</sup>

Os outros intervenientes internacionais defenderam uma linha mais flexível, argumentando que a eliminação dos militares não era um objectivo realista com base no equilíbrio de forças entre o exército e o poder civil, que insistir sobre este ponto levaria este último ao “suicídio”<sup>16</sup> e que este equilíbrio frágil poderia mesmo assim permitir avanços. Mostraram-se sensíveis à posição defendida pelo presidente Sanhá, posteriormente pelo próprio primeiro-ministro Gomes Júnior. Portugal, que permanece próximo do primeiro-ministro,<sup>17</sup> foi primeiramente particularmente veemente nas suas condenações, antes de tomar uma posição moderada, ao ver que Gomes Júnior parecia disposto a jogar o jogo com o novo poder militar. Estes “moderados” investiram no sentido de tentar fazer evoluir as posições dos países e instituições mais duros.<sup>18</sup>

---

e Junho de 2009 ainda não permitiram estabelecer claramente as responsabilidades, os responsáveis do 1 de Abril assumiram publicamente os seus actos) não satisfazem totalmente os críticos. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e militares guineenses, e diplomatas, Bissau, Junho de 2010 e Julho de 2011.

<sup>15</sup> “Les Etats-Unis ‘n’apporteront plus leur appui’ à la réforme de l’armée (ambassade)”, Agence de presse sénégalaise (APS), 29 de Junho de 2010.

<sup>16</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata europeu, Bissau, Julho de 2011.

<sup>17</sup> A natureza da ligação entre o primeiro-ministro e Portugal é objecto de múltiplos rumores em Bissau. Galp, a grande companhia petrolífera portuguesa da qual o Estado é accionista minoritário, detém 80 por cento da Petromar, empresa que domina o mercado guineense dos produtos petrolíferos, criada em 1990 por Gomes Júnior e da qual ele detém ainda os restantes 20 por cento. A Galp tem entre os seus principais accionistas a empresa portuguesa Amorim Energia, empresa detida em parte pelo grupo público petrolífero angolano Sonangol, que está representado no conselho de administração da empresa pelo próprio genro do presidente angolano.

<sup>18</sup> Em resultado disto, a conferência dos chefes de Estado e de governo da CEDEAO de Setembro de 2010 decidiu exortar a Comissão da CEDEAO “a prosseguir nos esforços que visam persuadir os parceiros internacionais a apoiar a Guiné-Bissau”. Ver “Communiqué final. Session extraordinaire de la conférence des chefs d’Etat et de gouvernement”, Abuja, 20 de Setembro de 2010.

Bissau, Nova Iorque e Bruxelas fazem ecoar desde então críticas recíprocas entre as duas correntes,<sup>19</sup> os duros a denunciar a fraqueza e a ausência de princípios dos moderados, acusados de acabarem por aceitar tudo, enquanto que aqueles acusam os primeiros dos seus amuos irresponsáveis que arriscam fazer implodir o país.<sup>20</sup> Esta divisão da comunidade internacional teve contudo um impacto positivo. De um lado, a atitude rígida da UE foi um verdadeiro choque para as autoridades e para o exército, surpreendidos por se verem sob pressão quando acreditavam num simples “bluff” europeu.<sup>21</sup> A indicação, em Maio de 2010, do almirante na Tchuto e do chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Ibraima Papa Camará, pelo departamento americano do Tesouro pelo seu papel no tráfico internacional de estupefacientes, aumentou ainda a pressão.<sup>22</sup> Face a esta intransigência, os internacionais moderados, mas também o poder civil bissau-guineense, o presidente em primeiro lugar, seguido do primeiro-ministro, foram capazes de se posicionar como recurso, como intermediários, até mesmo como protectores para os militares.

Assim, em Agosto de 2010, os chefes do Estado-Maior da CEDEAO e da CPLP reuniram-se em Bissau para prepararem um roteiro visando o relançamento da RSS, domínio no qual eram indispensáveis avanços para ajudar as autoridades guineenses a manter o contacto com os doadores.<sup>23</sup> Este roteiro, adoptado oficialmente em Março de 2011 pela CEDEAO e em Julho pela CPLP, recuperou nas suas grandes linhas o projecto preparado pela missão RSS da UE, incluindo a renovação da hierarquia militar,

---

<sup>19</sup> Na sua resolução de 26 de Junho de 2009, o Conselho de Segurança exigiu ao Binugbis “um plano de trabalho estratégico com critérios que permitam medir e seguir os progressos feitos”. Um diplomata próximo do dossier vê o mesmo “como um “pode fazer melhor” inscrito na caderneta de um aluno”. Comunicação electrónica do Crisis Group, Outubro de 2011.

<sup>20</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus, Bruxelas, Maio de 2011, Paris e Lisboa, Junho de 2011, e Bissau, Julho de 2011. A renovação do mandato do Binugbis em Dezembro de 2011 deu lugar a novas trocas de argumentos sobre este ponto.

<sup>21</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata, Bissau, Julho de 2011.

<sup>22</sup> O peso das posições americanas foi ainda mais reforçado pelo sucesso do assalto contra Bin Laden, que terá suscitado muitos comentários nos círculos militares bissau-guineenses. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata, Dakar, Julho de 2011. A passagem de um navio de guerra francês ao largo de Bissau em Maio de 2010 terá igualmente incomodado determinados chefes militares guineenses, preocupados com um ataque internacional contra as suas pessoas; terão sido enviados barcos para monitorizar o navio francês. “Breves”, *Africamonitor*, n°476, 1 de Junho de 2010.

<sup>23</sup> A CPLP esteve representada pelo chefe do Estado-Maior angolano. O vice-chefe do Estado-Maior de Cabo Verde, país que pertence aos dois grupos, esteve igualmente presente.

sem fixar contudo verdadeiros prazos.<sup>24</sup> Esta intervenção, se for feita numa linha firme, tem permitido relançar as comunicações entre as partes

As autoridades civis guineenses lideraram, com o apoio de Portugal, uma maratona diplomática marcada por uma coordenação inesperada entre a presidência e o gabinete do primeiro-ministro.<sup>25</sup> As mesmas conseguiram que a UE não tomasse as sanções propostas contra os chefes militares implicados nos acontecimentos de 1 de Abril.<sup>26</sup> Decidiu no entanto abrir consultas no quadro do artigo 96 do Acordo de Cotonu.<sup>27</sup> No final de uma reunião em 29 de Março de 2011, a UE obteve que as autoridades se comprometessem com a “renovação da hierarquia militar”, tendo-as convidado “com urgência” a “iniciar investigações e processos judiciais relativamente aos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, a fim de intensificar os

---

<sup>24</sup> Mais especificamente, ela apela à “passagem imediata para fora das forças armadas” dos dezassete oficiais gerais ainda em funções, bem como de outros oficiais superiores que ultrapassaram o limite de idade e “que ocupam funções centrais na estrutura de comando actual”. Para fazer isso, o roteiro pode so apelar às autoridades políticas da CEDEAO e da CPLP, em colaboração com o poder civil guineense, “que se comprometam a encontrar os incentivos e as motivações necessários”. “Roadmap for the effective take-off of the security sector reform programme”, Reunião extraordinária do Comité dos Chefes dos Estados-Maiores da Defesa dos Estados membros da CEDEAO, Bissau, 11-12 de Agosto de 2011, p. 20.

<sup>25</sup> Os altos responsáveis bissau-guineenses visitaram as principais capitais europeias, tendo apresentado em Bruxelas uma delegação representante não só dos dois ramos do poder civil, mas também da sociedade civil e até mesmo do exército, na pessoa de Daba na Wala, o muito apresentável funcionário judicial que dirige o gabinete do chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. Em Fevereiro de 2011, Gomes Júnior fez a sua primeira visita a Dakar para se encontrar com os embaixadores não residentes e mobilizar o apoio do presidente senegalês Abdoulaye Wade. Finalmente, o “grupo dos amigos” mobilizado por Bissau em Bruxelas para as consultas era particularmente importante: UA, CEDEAO, Angola, Senegal, Níger e África do Sul.

<sup>26</sup> Os diplomatas europeus sublinharam que a decisão em matéria de sanções foi simplesmente suspensa e não abandonada. Comunicação telefónica do Crisis Group, Outubro de 2011.

<sup>27</sup> Nos termos do artigo 96 do acordo de Cotonu entre a UE e os Estados do grupo África-Caraíbas-Pacífico (ACP), que entrou em vigor em 1 de Abril de 2003, se uma das partes considerar que a outra desrespeitou os direitos do homem, princípios democráticos e do Estado de direito, pode pedir a abertura de consultas. No caso de falha das consultas, podem ser tomadas “medidas adequadas”. Ver “Acordo de parceria entre os membros do grupo dos Estados de África, Caraíbas e Pacífico, por um lado, e a Comunidade europeia e seus Estados membros, por outro lado, assinado em Cotonu em 23 de Junho de 2000”.

esforços para combater impunidade”.<sup>28</sup> Apesar de uma certa impaciência quanto à linguagem dupla utilizada pelas autoridades, que suavizaram, após o seu regresso a Bissau, o tom dos compromissos assumidos em Bruxelas, a UE encerrou finalmente as consultas em Julho de 2011, tendo decidido um reatamento gradual da ajuda, com condições firmes: A maior parte da assistência, e em particular o apoio à RSS, fica condicionada pela “renovação da hierarquia militar”.<sup>29</sup>

Por outro lado, o poder civil guineense tem multiplicado iniciativas diplomáticas na direcção de outros parceiros bilaterais, Senegal, Angola, Brasil, Cabo Verde, China ou Líbia, para exercer pressão sobre a UE, fazer rodar a máquina estatal, tratar do exército e defender a sua imagem de regime reformador. Pôde contar com diferentes parceiros financeiros africanos, como a União Económica e Monetária da África Ocidental, o Banco Africano de Desenvolvimento ou o Banco de Desenvolvimento da África Ocidental. Por outro lado, mantiveram-se as boas relações construídas com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial por alguns tecnocratas do governo. Entre a recusa de entrar demasiado directamente na política e a vontade de concluir um processo a longo prazo, o FMI aprovou em Maio de 2010 uma facilidade de crédito alargada de um montante de 33 milhões de dólares a três anos.

Em Dezembro de 2010, o FMI e o Banco Mundial estimaram que o país tinha atingido o ponto de conclusão da iniciativa reforçada a favor de países pobres altamente endividados, abrindo a possibilidade de um cancelamento de dívida de cerca de 1,2 mil milhões de dólares junto das instituições financeiras internacionais (IFI) e de outros credores, ou seja, cerca de 90 por cento da dívida externa. Os países ocidentais, mesmo que tenham manifestado reservas quanto ao rigor da monitorização realizada pelas IFI,<sup>30</sup> na sua maioria acabará simplesmente por se abster na votação. Eles não têm cumprido os seus compromissos no quadro do Clube de Paris, anulando 283 milhões de

---

<sup>28</sup> “Abertura das consultas com a parte ACP sobre a Guiné-Bissau de acordo com o artigo 96 do Acordo de Cotonu – Conclusões da União europeia”, Conselho da UE, 29 de Março de 2011.

<sup>29</sup> “Decisão do Conselho relativa à conclusão do procedimento de consulta com a República da Guiné-Bissau”, Conselho da UE, 18 de Julho de 2011.

<sup>30</sup> Os diplomatas europeus põem em causa a seriedade dos indicadores seleccionados e sublinham que as IFI recusaram durante muito tempo envolver-se nas questões político-militares mais sensíveis, como por exemplo na gestão do orçamento da defesa. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus, Paris e Bissau, Junho e Julho de 2011. Sobre este último ponto, a sua posição evoluiu recentemente, obtiveram por parte das autoridades compromissos sobre a inclusão dos ministérios da Defesa e do Interior no novo sistema unificado de pagamento dos salários. “IMF mission confirms the positive outlook for growth”, Economist Intelligence Unit, 4 de Outubro de 2011.

dólares de dívida em Maio de 2011. Portugal, que não faz parte, anunciou no mesmo momento um cancelamento de dívida de 77 milhões de euros.

Não existe nenhum desacordo substancial entre os diferentes parceiros internacionais. Todos apresentam o mesmo objectivo global: A consolidação do poder civil, a desmobilização dos chefes militares que constituem problema e a RSS. Mas apresentam-se fortes suspeitas na forma como estas exigências são reinvedicadas. Inicialmente, sem dúvida de forma involuntária, dividindo-se, apresentando sinais contraditórios, a comunidade internacional desempenhou o papel do “bom/vilão” o que levou, ao menos por momentos, os principais intervenientes bissau-guineenses incluindo os militares, a fazer uma boa figura, a estabilizar a situação e a cooperar.

### 3. Angola, finalmente um “país líder” no âmbito do dossier bissau-guineense?

É precisamente na incerteza aberta em 1 de Abril de 2010 que Angola deu os seus passos mais espectaculares em Bissau. Beneficiando da lufada de ar criada pela desistência da UE, Luanda envolveu-se maciçamente, contribuindo de maneira decisiva para a elaboração do compromisso ambíguo que perdura.

Angola não é um interveniente novo em Bissau. Se a relação entre os dois países, cuja proximidade à época da luta pela independência é hoje comemorada de forma lírica, tinha esfriado,<sup>31</sup> as ligações haviam sido restabelecidas na segunda metade da década de 2000. Finalmente livre da sua guerra civil, Angola envolveu-se em seguida numa política de projecção diplomática. Já em 2005, ao abrigo de um acordo feito com Carlos Gomes Júnior, que ocupava então o lugar de primeiro-ministro, Luanda tinha treinado 250 polícias guineenses.<sup>32</sup> Foi ultrapassado um pon-

to de viragem em Janeiro de 2007, quando Angola nomeou o seu primeiro embaixador residente na Guiné-Bissau. Vieira veio em visita a Luanda em Fevereiro e o presidente José Eduardo dos Santos apelou na ocasião ao reagrupamento do PAIGC em torno do seu antigo chefe.<sup>33</sup>

Alguns meses depois, em Maio, Higinio Carneiro, ministro angolano da Obras Públicas e homem de confiança de dos Santos, assinou em Bissau um acordo para a exploração da bauxite, desde há muito localizada em redor de Boé, no leste do país.<sup>34</sup> Bauxite-Angola, uma empresa de capitais mistos ligada ao Estado angolano, foi criada imediatamente a seguir.<sup>35</sup> O plano de investimentos ascende a 500 milhões de dólares, dos quais um pouco mais de 320 milhões para a construção de um porto em águas profundas em Buba, ao sul de Bissau.<sup>36</sup> Mas as agitações políticas fizeram parar o processo depois da implementação do projecto. É sem dúvida em parte devido a disto que Luanda tem reforçado a sua presença em Bissau.

Por outro lado, decidida a tornar-se numa grande potência africana, Luanda empenha-se agora numa nova diplomacia, colocando-se voluntariamente sobre uma linha nacionalista e associando-se aos regimes ignorados e criticados pelas potências ocidentais. Este foi o caso da Costa do Mar-

---

não deixaram por isso de ser recrutados para fazerem parte das redes ligadas a Gomes Júnior no seio da polícia. “Angola apoia reforma de segurança na Guiné-Bissau”, *Prensa Latina*, 23 de Dezembro de 2011; e Entrevista realizada pelo Crisis Group, pessoa próxima da polícia guineense, Dakar, Janeiro de 2012.<sup>33</sup> “Dos Santos aconselha ‘Nino’ Vieira e PAIGC”, *BBC*, 27 de Fevereiro de 2007. A pressão angolana tinha forçado Vieira a separar-se do seu primeiro-ministro de então, Aristides Gomes, um dos seus seguidores, e a substituí-lo por um homem do PAIGC, Martinho Ndafo Cabi.

<sup>34</sup> Na década de 1980, as reservas tinham sido estimadas em 113 milhões de toneladas. “L’Angola, nouveau maitre de la filière bauxitique”, *Africa Mining Intelligence*, n°238 (17 de Novembro de 2010). Igualmente em 2007, a Sociedade de Hidrocarbonetos de Angola, uma sociedade petrolífera angolana de direito privado que a Global Witness suspeita ser um relé de interesses privados dos dirigentes angolanos, obteve uma licença de exploração na zona offshore guineense. Ver “Angola: private oil firm has shareholders with same names as top government official”, *Global Witness*, 4 de Agosto de 2009.

<sup>35</sup> Bernardo Campos, o presidente do conselho de administração da Bauxite-Angola, é um ex-quadro da Diamang e da Endiama, companhias públicas angolanas do sector dos diamantes. Pertenceu igualmente aos serviços da presidência angolana. A Bauxite-Angola deve operar através de uma sociedade de direito guineense, a Sociedade Mineira do Boé, que ela controla a 70 por cento. O Estado angolano detém 20 por cento das acções, e o Estado guineense 10 por cento. “Guinea Bissau signs bauxite mining agreement with Angola”, *Macau Hub*, 17 de Setembro de 2007.

<sup>36</sup> “Exploração da bauxite em Boé”, *Boletim de informação sobre petróleo e minas na Guiné-Bissau*, n°0 (Outubro de 2011), p. 5.

---

<sup>31</sup> Aparentemente a pedido de Portugal, que desejava vê-lo contribuir para a mediação do conflito angolano, Nino Vieira estabeleceu ligações com a rebelião angolana dirigida por Jonas Savimbi a partir de 1994. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos e jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Paris, Dezembro de 2011. Ver também o testemunho de João Renato da Silva, que teria sido um dos intermediários desta relação. A este propósito, ele sublinha: “Savimbi dizia que todos os homens podem ser comprados e que é o preço que varia”. Ver “Futuro refém da reforma do Exército”, *Moçambique para todos* (macua.blogs.com), 18 de Abril de 2010.

<sup>32</sup> Integrados na polícia de intervenção rápida, estes “Angolanos” estão, de acordo com a lógica clientelar, pessoalmente ligados a Carlos Gomes Júnior. Após os acontecimentos de Dezembro de 2011, eles têm estado particularmente envolvidos na sua protecção e nas operações de repressão. Um novo grupo de 350 polícias estagiários partiu para formação em Angola em 11 de Dezembro de 2011. Apesar de terem passado através do processo de certificação estabelecido pelas Nações Unidas, eles

fim de Laurent Gbagbo,<sup>37</sup> e depois da Guiné-Bissau, onde os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 foram desencadeadores:<sup>38</sup> foi precisamente após os mesmos que o presidente Sanhá, confrontado com a rigidez dos ocidentais e em busca de alternativas, se reuniu com o presidente dos Santos em Luanda. Em 16 de Abril, o ministro angolano da Defesa assinou em Bissau um acordo de defesa, incluindo uma componente de formação, sublinhando os benefícios para os militares bissau-guineenses.<sup>39</sup> No dia 5 de Maio, Angola anunciou que anulava a sua parte da dívida bissau-guineense, estimada em 39 milhões de dólares. Na cimeira da CPLP no fim de Julho de 2010, o presidente angolano prometeu a ajuda da organização e convocou uma conferência de países doadores, não excluindo nenhuma forma de intervenção. Sanhá anunciou então à televisão pública angolana querer construir uma relação “estratégica” com Angola.<sup>40</sup>

Em Agosto de 2010, Angola que exercia a presidência da CPLP, estava presente em força na visita da delegação da organização a Bissau para discutir com a CEDEAO o mapa para o relançamento da RSS. De 4 a 9 de Setembro de 2010, António Injai dirige-se a Luanda para discutir com os seus homólogos angolanos a futura cooperação militar. No final de Setembro, o ministro angolano dos Negócios Estrangeiros Georges Chicoti anunciou perante as Nações Unidas uma contribuição de 30 milhões de dólares para a RSS, recebendo o exército guineense a sua primeira oferta angolana, viaturas e uniformes.<sup>41</sup> Em Outubro, o campo de cooperação foi alargado:<sup>42</sup> uma delega-

ção angolana multisectorial de alto nível veio a Bissau,<sup>43</sup> anunciando um apoio orçamental de 12 milhões de dólares e a abertura de uma linha de crédito de 25 milhões de dólares para financiar o sector privado. Sinal da sua vontade de influência, Luanda envolve-se em acções em benefício dos media guineenses.<sup>44</sup> Em Junho de 2011, Angola nomeia uma personagem importante para a chefia da sua embaixada em Bissau, Feliciano dos Santos, antigo chefe de Estado-Maior da Marinha angolana, antigo adido de defesa nos Estados Unidos.

Esta influência de Angola foi rapidamente reconhecida nos fóruns internacionais e foi um diplomata angolano, Sebastião Isata, que Jean Ping nomeou representante especial da UA para a Guiné-Bissau em Agosto de 2010.<sup>45</sup> Impulsionada por este reconhecimento, Angola destacou uma missão de cooperação militar e policial (Missang), que constitui uma espécie de via média, aceitável para o exército guineense na área onde a força de estabilização desejada por determinados parceiros internacionais constituía problema.<sup>46</sup> Inaugurada em 21 de Março de 2011, ela apresenta-se como uma simples missão de cooperação, tendo-se as autoridades militares guineenses apressado a esclarecer que os Angolanos eram apenas um pouco mais de 100 e não 600, como certos rumores pretendiam.<sup>47</sup> Determinados parceiros internacionais congratulam-se por dispor, pela primeira vez, de tropas estrangeiras no local. Alguns acreditam que entretanto, Angola, argumentando

<sup>37</sup> Sobre o apoio angolano a Laurent Gbagbo, ver o relatório África do Crisis Group N°171, *Côte d'Ivoire: faut-il se résoudre à la guerre?*, 3 de Março de 2011. Por outro lado Bissau apoiou, tanto quanto lhe foi diplomaticamente possível, o seu novo patrão angolano na situação marfinense, apelando a uma solução negociada para a crise eleitoral de Novembro de 2010, num momento em que as Nações Unidas, as potências ocidentais e a CEDEAO consideravam Laurent Gbagbo como o único responsável pelo bloqueio da situação.

<sup>38</sup> De maneira sintomática, o último relatório do secretário-geral das Nações Unidas sobre a Guiné-Bissau antes de 1 de Abril de 2010 não faz qualquer menção específica a Angola, embora discuta a do Brasil, da UE e da CEDEAO. Ver “Rapport du Secrétaire général sur l'évolution de la situation en Guinée-Bissau et les activités du Bureau intégré des Nations Unies pour la consolidation de la paix en Guinée-Bissau”, 26 de Fevereiro de 2010.

<sup>39</sup> O protocolo de implementação foi assinado em Setembro de 2010 em Luanda e aprovado em Novembro pela Assembleia nacional angolana.

<sup>40</sup> “Guiné-Bissau quer relação estratégica com Angola”, Televisão Pública de Angola, 22 de Julho de 2010.

<sup>41</sup> “Guiné-Bissau recebe viaturas e uniformes militares do Governo angolano”, Portuguese News Network (PNN), 22 de Setembro de 2010.

<sup>42</sup> Num artigo de opinião, o redactor-chefe do influente jornal angolano *O País* sublinhou então a necessidade de uma acção

para além do nível da política e militar, na economia, que beneficie o exército e a população. “Os espelhos de Bissau”, *O País*, 22 de Outubro de 2010.

<sup>43</sup> Dirigida pelo ministro da Geologia e Minas e da Indústria, a delegação angolana inclui o secretário de Estado das Relações Exteriores, o ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e Pescas, a secretária de Estado do Tesouro e o vice-presidente da Comunicação Social.

<sup>44</sup> “Angola vai investir 150 mil dólares em ‘acções de urgência’ na comunicação social da Guiné-Bissau”, Lusa, 22 de Outubro de 2010. A notícia não deixou de suscitar comentários, tendo em conta o estado da liberdade de imprensa em Angola. Mais tarde, 7 milhões de dólares foram postos à disposição dos meios de comunicação do Estado.

<sup>45</sup> Um outro Angolano, João Miranda, foi o enviado especial de Jean Ping, o presidente da Comissão da UA, à eleição presidencial guineense de 2009.

<sup>46</sup> Sobre os debates em torno da força de estabilização, ver a secção II.C.

<sup>47</sup> “Militares angolanos em Bissau para apoiar reforma das FA”, Lusa, 16 de Março de 2011. O destacamento inicial consistia em 100 homens, mas as sucessões permitiram reforços. As estimativas actuais dos interlocutores do Crisis Group variam entre 160 e 250 homens, dos quais um certo número de soldados das forças especiais. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Bissau, Julho de 2011. Ver também “Forças armadas procedem a substituição de efectivos da Missang”, Angola Press (Angop), 23 de Julho de 2011.

o carácter bilateral da sua missão, tem sido individualista e não faz qualquer esforço para comunicar.<sup>48</sup>

Mesmo se o acordo bilateral que regula a implementação da Missang não foi tornado público, esta missão oferece de facto uma protecção às autoridades civis face aos militares guineenses. O facto de a missão ter sido baseada no Bissau Palace Hotel, hotel adjacente ao novo Palácio do Governo, o complexo administrativo do primeiro-ministro, é portanto frequentemente evocado pelos observadores.<sup>49</sup> Após a agitação de Dezembro de 2011, foi na embaixada de Angola, situada perto da sua residência, que o primeiro-ministro se abrigou.<sup>50</sup> A Missang tenta assim ser tudo para todos: a promessa de auxílio ao invés da ameaça para os militares guineenses; a garantia de segurança para as autoridades e a esperança de uma reforma para a comunidade internacional. Numa situação muito indecisa, a intervenção angolana permitiu assim aos diferentes intervenientes a redução das incertezas e a continuidade do jogo.

Se a sua posição não é inequívoca e, portanto não isenta de perigo (os rumores mais variados correm em Bissau sobre o mandato, tamanho e armamento da Missang), Angola parece implantar-se em força. Talvez pela primeira vez na história das intervenções internacionais na Guiné-Bissau, impõe-se um interveniente que dispõe ao mesmo tempo de recursos financeiros formais e informais significativos, de interesses económicos reais, de uma ambição diplomática, de uma legitimidade histórica (a de “camaradas” da luta contra Portugal), e de uma pequena força militar no terreno.<sup>51</sup> Talvez até mesmo Angola ofereça uma visão para o futuro aos diferentes segmentos da elite guineense: o regime angolano também passou através de grandes atribulações, estando actualmente bem estabelecido e beneficiando da prosperidade económica do país. Angola dispõe assim de uma verdadeira capacidade de mediação entre as diferentes correntes do partido no poder, como entre estes últimos e as facções do exército, e tem sido capaz de facilitar o desenvolvimento de um compromisso.

Numa situação de conflito, a implicação de um “país líder” capaz de canalizar e de manter a atenção internacio-

nal e de exercer uma influência sobre o país destinatário da intervenção internacional é um factor decisivo de sucesso.<sup>52</sup> Poderá Angola utilizar as suas inegáveis vantagens para este papel em Bissau, fazer avançar o país abrindo uma oportunidade real de valorização diplomática e de implantação económica? Para isso, Luanda deverá cuidar das suas relações tanto no âmbito da comunidade internacional como na cena guineense. As opiniões estão com efeito muito divididas, e muitos dos intervenientes regionais e internacionais lamentam um défice de comunicação por parte de Angola, que eles entendem como desejando influenciar o processo multilateral, brandindo ao mesmo tempo a carta do bilateralismo para limitar a coordenação e a transparência.<sup>53</sup> Na cena guineense bem como na cena internacional, Luanda deixa demasiado facilmente lugar às suspeitas quanto às suas intenções e aos seus métodos, o que enfraquece a legitimidade da sua intervenção.

## B. O PAIGC REUNIDO NA HEGEMONIA?

Como muitos outros antigos partidos únicos em África, o PAIGC conservou uma influência e uma implantação consideráveis, mas é atravessado por clivagens muito fortes. A guerra de 1998-1999 levou estas clivagens a um extremo, com toda uma parte do PAIGC a apoiar a junta militar contra o chefe do partido, o presidente Nino Vieira.<sup>54</sup> As lutas partidárias continuaram desde então, e o regresso de Nino Vieira em 2005 veio ainda agravá-las mais, na medida das manobras deste último para se constituir uma maioria parlamentar contra o novo presidente do PAIGC, Carlos Gomes Júnior, seu inimigo declarado.<sup>55</sup> Até

<sup>48</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Dakar e Bissau, Julho de 2011.

<sup>49</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, jornalistas guineenses, Bissau, Julho de 2011, e Dakar, Novembro de 2011. Segundo uma fonte, o primeiro-ministro teria uma suite à disposição no Bissau Palace Hotel, em caso de perigo.

<sup>50</sup> “Grupo de soldados descontentes atacou sede do Estado-Maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau”, Lusa, 26 de Dezembro de 2011.

<sup>51</sup> Outro elemento de influência, Angola é um dos novos destinos da emigração guineense. Haverá entre 5000 e 7000 Bissau-Guineenses em Angola. “Antigo ministro das Finanças, Manuel dos Santos ‘Manecas’, nomeado embaixador em Angola”, Lusa, 23 de Março de 2011.

<sup>52</sup> Ver por exemplo David Ambrosetti e Mélanie Cathelin, “Les enjeux du leadership au Conseil de sécurité: responsabiliser ou contrôler les opérations de paix de l’ONU?”, *Revue internationale et stratégique*, n°68 (2008), p. 69-79.

<sup>53</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomatas europeus e africanos, Bissau, Julho de 2011.

<sup>54</sup> Em 1998, sob a pressão do Senegal e da França, preocupados com o tráfico de armas pertencentes ao exército guineense a favor dos separatistas que operavam em Casamance, a região sul do Senegal, o presidente Vieira acusou o seu chefe do Estado-Maior, Ansumana Mané. Após o fracasso de uma tentativa contra a vida de Vieira, o confronto no seio da pequena elite político-militar de Bissau transbordou, alinhando-se com Mané a oposição a Vieira, tanto no seio do PAIGC como fora. Uma situação socio-económica degradada e a impopularidade dos soldados enviados pelo Senegal e pela Guiné-Conacri em apoio a Vieira tinham acabado por colocar a população no campo da junta. Vencido em 1999, Vieira instalou-se em Portugal.

<sup>55</sup> Foi Nino Vieira que nomeou Gomes Júnior, então funcionário das Finanças, à frente da Dicol, empresa pública de distribuição de produtos petrolíferos, em 1980. Dez anos depois, beneficiando da liberalização económica, Gomes Júnior criou a sua própria empresa de produtos petrolíferos, Petromar, que rapidamente se impôs no sector. Ele investiu muito também em

à morte do presidente Vieira enfrentaram-se essencialmente uma facção pró-Vieira e uma facção pró-Gomes Júnior, uma e a outra alternando no governo, ao critério das alianças com outros grupos no seio do PAIGC e certas facções de outros partidos políticos.<sup>56</sup>

Com a morte de Vieira em Março de 2009 e até à morte de Malam Bacai Sanhá em Janeiro de 2012, o PAIGC recompôs-se em duas facções principais, a de Gomes Júnior confrontando a de Sanhá,<sup>57</sup> às quais se juntam outras redes menores que se aliam uma vez a uns outras vezes a outros. A designação do candidato para as presidenciais de 2009 tem sido uma grande batalha, com o primeiro-ministro a apoiar um dos seus seguidores, Raimundo Pereira, contra Sanhá. Este último ganhou a nomeação e posteriormente a eleição em 26 de Julho de 2009, mas as tensões permaneceram fortes para o controlo dos recursos do Estado e das nomeações. Uma partilha de facto foi feita na formação do novo governo em Outubro de 2009, o primeiro-ministro e o presidente a repartirem os ministérios entre os que lhes são próximos, clientes e respectivos aliados.

É claro, o presidente Sanhá tentou assumir uma posição de mediação e conciliação. Assim, um dos seus seguidores, Serifo Nhamadjo, vice-presidente da Assembleia Nacional, teve a ideia de um processo de diálogo e reconciliação, que circulou por algum tempo na Guiné.<sup>58</sup> Com o compromisso da Assembleia e o apoio do Binugbis, ele organizou sessões de discussão sobre o sector da segurança, bem como reuniões preparatórias através do país e na diáspora, que foram concluídas em Outubro de 2011 – a grande conferência nacional de encerramento é ainda

---

imobiliário. Muitos em Bissau consideram que ele foi um dos gestores da fortuna de Vieira durante a liberalização e que se “autonomizou” após a guerra de 1998-1999, tornando-se o principal financiador do PAIGC. A inimizade entre os dois homens foi de qualquer modo clara ao longo da década de 2000, apesar dos esforços dos Angolanos a partir de 2007 para os aproximar.<sup>56</sup> O governo de Gomes Júnior, apoiado por uma parte do PAIGC e uma parte do Partido para a Renovação Social (PRS), caiu assim em 2005 contra uma recém formada aliança entre a facção vieirista do PAIGC aliada a uma outra facção PRS.

<sup>57</sup> Presidente da Assembleia Nacional no momento em que eclode o conflito de 1998, Sanhá apoiou a junta de Mané contra Vieira e foi presidente no período de transição entre a queda de Vieira em 1999 e a eleição de Kumba Yalá em 2000. Veterano da luta da independência, Sanhá tinha influência não só junto dos veteranos do partido mas também junto dos “jovens” dos anos 1980 e 1990 que tinham feito frente a Vieira, por vezes deixando o PAIGC para criar os seus próprios partidos. Após a morte de Vieira, ele foi o ponto de convergência de uma parte dos fiéis deste último, herdeiros do seu conflito com Gomes Júnior.

<sup>58</sup> Essa ideia já encontrou uma primeira encarnação a partir de 2007 em Voz di Paz, programa de consulta e diálogo implementado em 2007 pela ONG Interpeace e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa.

aguardada. Mas ao lado desta tentativa muito mediática, não faltaram falcões nos dois campos para encorajar os rumores desfavoráveis para o outro lado. As acusações de tráfico de droga,<sup>59</sup> de nepotismo, de acusações de abuso de confiança, de tentativas de desestabilização,<sup>60</sup> de complacência ou hostilidade para com os militares, multiplicaram-se.<sup>61</sup>

Neste contexto, receia-se que os acontecimentos de 2 de Abril de 2010 tenham sido encorajados ou tolerados pelo campo presidencial (ou por alguns dos seus membros) uma vez que eles visaram o primeiro-ministro e o seu fiel chefe do Estado-Maior Zamora Induta.<sup>62</sup> Em qualquer dos casos, o presidente Sanhá parece ter achado que Gomes Júnior era essencial, tanto aos olhos dos doadores como no seio do PAIGC, uma vez que apoiou, exigiu e obteve a sua libertação, bem como pedidos de desculpas dos chefes militares. Em Junho de 2010, o presidente cabo-verdiano Pedro Pires facilitou uma reunião em Paris entre os dois homens, que terminou no retorno de Gomes Júnior a Bissau no dia 14 de Junho, após 45 dias de ausência. Os meses que se seguiram foram acompanhados de um novo surto de febre acusatória entre as duas facções, mas o presidente e o primeiro-ministro compreenderam que a estabilidade e a ordem constitucional eram um dos seus principais recursos, e aplicaram-se a fazer baixar a tensão, pelo menos à superfície.

Progressivamente, os ataques pelos meios de comunicação abrandaram ou tornaram-se menos virulentos. Em vários pontos de tensão, surgiram compromissos. Assim,

---

<sup>59</sup> Às acusações que circulam na internet contra o filho do presidente Sanhá, responderam as acusações contra Gomes Júnior e Zamora Induta. Comparar “EUA vão divulgar lista com 120 nomes de guineenses suspeitos de narcotráfico”, PNN, 28 de Maio de 2010; e “Exclusivo: ex-Ministro da Defesa à Comissão de Inquérito ao caso 1 de Abril: “1º Ministro Carlos Gomes ordenou libertação do navio” (com droga)”, Ditadura do consenso (ditaduradocensenso.blogspot.com), 31 de Maio de 2010.

<sup>60</sup> Em Novembro de 2009, as informações produziram um documento identificando como ameaça a actividade de diversas figuras do PAIGC, próximas de Nino Vieira e por vezes ligadas a Sanhá. Foram mencionados em particular Roberto Cacheu e Soares Sambú. “Relatório sobre a situação dos direitos humanos na Guiné-Bissau 2008/2009. A força sem discernimento colapsa sob o seu próprio peso”, Liga Guineense dos Direitos Humanos, p. 63.

<sup>61</sup> Podem ser usadas as “informações” frequentemente muito orientadas divulgadas pelo Portuguese News Network sob a assinatura de Rodrigo Nunes (www.interpnn.com/), e o blogue muitas vezes não menos partidário do jornalista António Aly Silva, Ditadura do Consenso.

<sup>62</sup> Uma fonte afirma assim que António Injai tinha advertido o presidente Sanhá das crescentes tensões entre ele e Zamora Induta e que este último teria conscientemente atrasado qualquer intervenção. Entrevista realizada pelo Crisis Group, políticos guineenses, Lisboa, Junho de 2011.

quando a ministra do Interior, Hadja Satu Camará Pinto, próxima de Sanhá, entrou em conflito com o primeiro-ministro sobre as nomeações no seu ministério, o presidente aceitou a sua substituição por um outro dos seus seguidores, Dinis na Fantchama.<sup>63</sup> No final do ano de 2010, Sanhá tinha afirmado que o primeiro-ministro permaneceria em funções até ao final da legislatura, prevista para Novembro de 2012. Mais recentemente, ele defendeu-o publicamente face às graves acusações feitas pela oposição contra ele.<sup>64</sup> Quanto à reorganização ministerial ocorrida em Agosto de 2011, a mesma reflecte também esta dinâmica de cooperação arduamente negociada no seio do PAIGC: O presidente e o primeiro-ministro trocaram em seguida os ministérios, os homens do primeiro-ministro assumindo finalmente o Interior bem como a Justiça, que se tornaram para eles estratégicos, enquanto que o presidente colocava em troca homens seus na Defesa e nos Negócios Estrangeiros.<sup>65</sup>

Se eles defenderam fortemente as suas respectivas influências, Sanhá e Gomes Júnior pareceram estar conscientes de que dependiam um do outro, uma vez que eram os dois pilares institucionalmente legítimos do Estado guineense. Eles tinham de preservar uma imagem relativamente positiva aos olhos dos doadores<sup>66</sup> para conservar o acesso aos financiamentos internacionais, a retoma dos investimentos e o crescimento económico, elementos decisivos para assegurar a vitória do PAIGC nos vencimentos futuros.

---

<sup>63</sup> Argumentando que era preciso não perturbar a RSS, o primeiro-ministro criticou Satu Camará Pinto por ter dotado de pessoal por sua própria iniciativa os três sub-comissariados (operações e segurança, recursos humanos, logística e finanças) previstos na nova lei orgânica da polícia de ordem pública adoptada em 13 de Maio de 2010. Tratava-se sem dúvida de uma luta pelo controlo de postos chave no seio de um ministério chave. A “suspensão” pronunciada pelo primeiro-ministro contra Satu Camará foi de uma constitucionalidade duvidosa. Ver “Designação de comissários adjuntos provoca tensões entre Gomes Júnior e Ministra”, PNN, 27 de Outubro de 2010; e “As implicações jurídico-políticas do episódio Adja vs Cadogo”, Associação Gbcontributo-Cidadania, 2 de Novembro de 2010. Satu Camará Pinto retomou as funções abandonadas por na Fantchama na presidência, e continua a seguir o sector dos serviços secretos em nome do presidente.

<sup>64</sup> Ver a secção III.C.

<sup>65</sup> Os militares não perderam na troca: conseguiram a substituição na Defesa de Aristide Ocante da Silva, com o qual não estavam satisfeitos, por Baciro Dja, filho de um antigo combatente e antigo presidente do Instituto de Defesa Nacional, com o qual têm boas relações.

<sup>66</sup> Segundo um diplomata europeu, o regime actual “não é o melhor, mas é o menos mau”. Entrevista realizada pelo Crisis Group, Bissau, Julho de 2011.

### C. PERANTE A QUESTÃO MILITAR: COMPROMISSO OU COMPROMETIMENTO?

Esta estabilização da esfera política através do compromisso também ocorre na esfera militar. Gradualmente, em tudo o que diz respeito às forças armadas e sempre que se verificaram tensões, o poder civil e a comunidade internacional têm, em larga medida, cedido aos chefes militares saídos de 1 de Abril de 2010. No entanto, o longo período de forte tensão que se seguiu a essa data permitiu uma espécie de cativação recíproca entre o poder civil e o novo poder militar, que parecem ter avaliado a dependência mútua. Falta saber se tal facto alterou a relação de forças entre essas duas componentes do Estado.

Desde 1 de Abril de 2010 que foram exercidas pressões internacionais no sentido de afastar os dois principais militares responsáveis implicados, o Almirante Bubo na Tchuto e o General António Injai. O envio de uma força internacional de estabilização encarregada, especificamente, de proteger as instituições, é então pedido por inúmeros parceiros internacionais, provocando grande nervosismo em Bissau devido à desconfiança dos militares guineenses relativamente a uma força desse tipo. As pressões não tiveram sucesso em nenhum dos pontos evocados. Injai e na Tchuto impuseram-se à frente das forças armadas mas, para isso, submeteram-se ao poder civil.

Em 1 de Junho de 2010, um tribunal militar retira a acção intentada contra Bubo na Tchuto, acusado, na altura, de tentativa de golpe de Estado. Em 25 de Junho, Injai é confirmado como Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. No dia 8 de Outubro, na Tchuto retoma as funções de Chefe do Estado-Maior da Marinha.<sup>67</sup> Tendo em conta os constantes rumores sobre o envolvimento desses dois homens no tráfico de cocaína e a clara ilegalidade da sua acção de 1 de Abril, essas nomeações suscitaram a reprovação de grande parte dos parceiros internacionais. O Presidente Sanhá justificou tais nomeações como sendo necessárias para “criar um clima de paz e estabilidade interna”, mas não deixou de recordar a sua legitimidade como presidente eleito, bem como a soberania do

---

<sup>67</sup> Logo em Abril de 2010 retomou o controlo, de facto, da Marinha e chamou os fiéis, dispersos em quartéis por todo o país após a sua fuga para a Gâmbia. O seu substituto na Marinha, o Comodoro Estêvão na Mena, foi nomeado inspector-geral das Forças Armadas em 8 de Outubro de 2010. O Major-general Mamadú Turé “Nkrumah” foi, no mesmo dia, nomeado Vice-chefe do Estado-Maior General. Segundo alguns observadores, sendo Turé da etnia biafada, isto é, da mesma etnia que o Presidente Sanhá, pode ser considerado aliado potencial. Foi substituído no Estado-Maior do Exército pelo Coronel Augusto Mário Có “Capacete de Ferro”.

Estado guineense.<sup>68</sup> No final de Dezembro de 2010 verificou-se, aliás, uma distribuição de patentes nos mais altos níveis do exército, que conta agora com mais três generais, numa altura em que o desequilíbrio da sua pirâmide hierárquica é já significativo.<sup>69</sup> Para fraca consolação da UE, Zamora Induta, antigo Chefe de Estado-Maior, foi libertado na mesma altura, encontrando-se contudo desde então em detenção domiciliária.

A intervenção militar, ideia antiga relançada por diversos parceiros internacionais, provocou vivos debates.<sup>70</sup> A 1 de Agosto de 2010, à saída de uma reunião do Conselho Nacional de Defesa, um porta-voz da Presidência anuncia que as autoridades civis e militares aceitam o destacamento de uma força de estabilização.<sup>71</sup> A Liga Guineense dos Direitos Humanos (LGDH), principal organização de defesa dos direitos humanos no país, muito empenhada no combate à impunidade e aos abusos militares, assinala a sua concordância. Pelo contrário, o muito influente Bispo de Bissau, Dom José Camnaté na Bissign, mostra-se prudente, assim como a Binugbis, que frisa que o país tem, antes de mais, de formar os seus militares,<sup>72</sup> e insiste na necessidade de um consenso nacional sobre o assunto. Alguns partidos da oposição, entre os quais o Partido para a Renovação Social (PRS) e o Movimento Democrático Guineense (MDG) declaram-se contra essa ideia.<sup>73</sup>

Finalmente, por pressão dos militares, a Presidência desmente o seu porta-voz, recordando que o debate se mantém

em aberto.<sup>74</sup> Numa manobra reveladora, por ocasião da reunião, em Bissau, dos Chefes de Estado-Maior da CE-DEAO e da CPLP a 12 de Agosto de 2010, Injai manifesta publicamente o seu desacordo, afirmando que a decisão cabe às autoridades políticas.<sup>75</sup> O roteiro preparado pelos Chefes de Estado-Maior propõe uma fórmula ambígua, entre protecção policial e militar, com um efectivo restrito – cerca de 200 homens.<sup>76</sup>

Em 16 de Setembro é a vez de a Comissão Permanente da Assembleia Nacional, onde o Primeiro-Ministro dispõe de maioria, se declarar a favor do destacamento de uma força internacional.<sup>77</sup> O exército, porém, mantém a pressão e, para acalmar os rumores, o Presidente Sanhá é obrigado a revelar a missiva que endereçou, a 20 de Setembro, à CEDEAO, à CPLP, à UA e a Angola: nela, pede apoio para começar a RSS e não o destacamento de uma força armada.<sup>78</sup> Em Outubro de 2010, pouco depois de uma reunião com o Primeiro-Ministro, o representante especial da UA para a Guiné-Bissau, Sebastião Isata, lança de novo o debate, dizendo que o nome - força de estabilização, de manutenção da paz ou de protecção - pouco importa.<sup>79</sup> O encontro CEDEAO-CPLP de Novembro de 2010 reitera a ideia de um destacamento internacional temporário.<sup>80</sup> Isata volta ao assunto em Janeiro de 2011, quando anuncia o envio de uma missão de estabilização, mas é rapidamente desmentido pelas autoridades guineenses.<sup>81</sup>

<sup>68</sup> “PR explica nomeação de Contra-almirante Bubo Na Tchuto com necessidade de estabilidade interna”, Lusa, 8 de Outubro de 2010.

<sup>69</sup> Foram promovidos a brigadeiros-generais o Chefe do Estado-Maior do Exército, Augusto Mário Có, e o Chefe da Casa Militar da Presidência, Saie Braié na Nhakba. O Inspector-geral das Forças Armadas, Estêvão na Mena, foi nomeado contra-almirante. O Chefe do Estado-Maior da Força Aérea, Ibraima Papa Camará, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, Eduardo Costa, e o Brigadeiro-general Miguel Gomes foram promovidos a maiores-generais. Segundo o recenseamento de 2008, para um pouco menos de 4500 homens, o exército contava com dezassete oficiais generais.

<sup>70</sup> Na Cimeira da Praia de Março de 2009, imediatamente após a morte de Vieira e na Wai, a CEDEAO e a CPLP tinham evocado essa questão. “CPLP e CEDEAO criam um contingente militar para Bissau”, Panafrican News Agency (Pana), 31 Março de 2009.

<sup>71</sup> “Autoridades aceitam presença de força de estabilização”, Lusa, 2 de Agosto de 2010.

<sup>72</sup> “País precisa formar seus militares, em vez de pedir missão estabilização”, Lusa, 13 de Agosto de 2010.

<sup>73</sup> “Missão de estabilização já provocou reacções na classe política”, PNN, 2 de Agosto de 2010; “Partido de Kumba Ialá rejeita ideia de uma força de estabilização”, Angop, 3 de Agosto de 2010.

<sup>74</sup> “A política zig-zig de Malam Bacai Sanha”, PNN, 6 de Agosto de 2010.

<sup>75</sup> “Le général Indjai opposé à la venue d’une force étrangère”, Agence France-Presse (AFP), 13 de Agosto de 2010.

<sup>76</sup> É proposta uma “unidade de polícia formada” ou uma “companhia bem treinada e bem equipada” (cerca de 140 homens) para proteger o Presidente, uma secção de polícia ou um pelotão (cerca de 30 homens) para o Primeiro-Ministro, equipas de protecção de personalidades para figuras centrais do Estado e guarda-costas para os ministros. Ver “Roadmap for the effective take-off of the SSR programme”, op. cit., p. 19.

<sup>77</sup> “A Assembleia Nacional manifesta o seu acordo ao envio de uma força de estabilização”, Xinhua, 18 de Setembro de 2010.

<sup>78</sup> “Presidente divulga carta à CEDEAO para esclarecer que não pediu missão militar”, Notícias Lusófonas, 1 de Outubro de 2010.

<sup>79</sup> “Há consentimento do Governo para envio de força de estabilização – representante União Africana”, Lusa, 4 de Outubro de 2010.

<sup>80</sup> São então previstas três “unidades de polícia formadas” e uma “unidade de protecção”, ou seja, cerca de 500 homens. “Relatório final. Reunião conjunta extraordinária dos comités de chefes de pessoal de defesa e chefes de serviços de segurança da CE-DEAO e do representante da CPLP”, Novembro de 2010, p. 9.

<sup>81</sup> “Representante da UA reafirma envio de missão de estabilização”, Infopress, 8 de Janeiro de 2011. Isata foi chamado pouco depois, mas não é certo que esse facto esteja relacionado com estas declarações. A UA manteve o seu gabinete em Bissau mas deixou de ter representante especial.



Finalmente, apenas a missão de cooperação militar angolana (Missang) entra em funções em Março, configurando uma espécie de compromisso. Mantém-se a desconfiança, circulam os rumores mais diversos sobre o seu mandato e os seus efectivos, e os partidos políticos contrários à força de estabilização, a começar pelo PRS, declaram a sua hostilidade.<sup>82</sup> As autoridades angolanas tentam tranquilizar os espíritos, frisando que o número de efectivos não seria aumentado e que a “componente fundamental” da missão consistia no apoio às forças guineenses.<sup>83</sup> Decerto como forma de garantia, o almirante Bubo na Tchuto preside à comissão que assegura o acompanhamento das acções de cooperação da Missang, e Angola empenha-se, entre outras coisas, na construção de um novo Estado-Maior da Marinha, que ficará instalado em Prabis, fora de Bissau.<sup>84</sup> Perante a oposição dos militares da Guiné-Bissau, a CEDEAO, em Março de 2011, já não previa o envio de uma força autónoma mas apenas de uma “equipa de assistência técnica de segurança com vista a reforçar e treinar equipas nacionais de protecção”<sup>85</sup> que, em Janeiro de 2012, ainda não tinha chegado a Bissau.<sup>86</sup>

O lado do Primeiro-Ministro, directamente ameaçado em 1 de Abril de 2010 foi, durante muito tempo, muito favorável a uma força internacional,<sup>87</sup> naquilo em que o campo presidencial, mais bem tratado pelos militares em 1 de Abril, adoptava uma posição mais prudente. Mas, com o tempo, orientados por um realismo compreensível e pen-

sando que era possível aceitar a nova hierarquia militar, quando nenhum interveniente internacional se mostrava disposto a tomar a iniciativa de enviar um destacamento, os dois ramos do poder civil abandonaram a ideia de uma intervenção, contentando-se com a Missang. A situação era tanto mais arriscada quanto alguns partidos da oposição, e nomeadamente o PRS, manifestavam o seu apoio aos responsáveis militares,<sup>88</sup> incitando-os, indirectamente, a agir contra um poder civil que acusavam de pretender alienar a soberania nacional e prejudicar o exército.

A partir de 1 de Abril de 2010, o poder civil e o poder militar (ou melhor, os seus diversos ramos) foram-se acostumando lentamente um ao outro. A 1 de Abril, na Tchuto tinha declarado que Carlos Gomes Júnior seria “mais cedo ou mais tarde levado a tribunal”, enquanto Injai ameaçava matar o Primeiro-Ministro e quem se manifestasse a seu favor.<sup>89</sup> Em Julho de 2010, confirmado na chefia do Estado-Maior General, afirmava: “De ora em diante, os militares da Guiné-Bissau serão um exemplo de disciplina e de respeito pelo poder civil. O militar tem de saber que não está acima da política, devendo obedecer totalmente ao poder civil; quem não respeitar este princípio não poderá continuar nas nossas fileiras”.<sup>90</sup> E quando Bubo na Tchuto, em 14 de Outubro de 2011, celebrou o primeiro aniversário do seu controverso regresso à chefia da Marinha, fê-lo na presença de próximos dos dois responsáveis máximos do executivo e do novo embaixador angolano.<sup>91</sup> Na altura, apelou à paz e à disciplina.

Por seu lado, as autoridades civis mobilizaram diversos doadores de fundos em prol das forças armadas. Assim, sem colocar as mesmas condições que os Estados Unidos e a UE, a Líbia de Kadhafi, a China, o Senegal, a Nigéria e Angola apoiaram diversas medidas, a propósito das quais o poder civil fez questão de mostrar que eram de sua iniciativa.<sup>92</sup> O Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas também contribuiu, financiando, por exem-

<sup>82</sup> “Kumba Yala acredita que missão de estabilização contribui para agudizar tensões”, PNN, 17 de Janeiro de 2011; “CEMGFA concorda com Missão Militar Angolana no país”, PNN, 7 de Abril de 2011.

<sup>83</sup> “O CEMGFA de Angola está no país”, SOS Guiné-Bissau (sosguinebissau.blogspot.com), 25 de Julho de 2011.

<sup>84</sup> Tal não parece impedir a desconfiança: segundo uma fonte, um navio com um carregamento destinado à Missang foi retido ao largo de Bissau por ordem dos responsáveis militares guineenses, para revista. “Angola na reforma das FA da Guiné-Bissau”, Luso Monitor (lusomonitor.net), 30 de Maio de 2011.

<sup>85</sup> “Comunicado final. Trigésima nona sessão ordinária da conferência de Chefes de Estado e de Governo”, CEDEAO, Abuja, 23-24 de Março de 2011.

<sup>86</sup> Convirá recordar a história da CEDEAO no país. Esta organização tinha destacado uma força para Bissau aquando da guerra de 1998-1999. A junta tinha considerado essa força como um peão de França, preocupada em proporcionar ao Senegal uma saída honrosa, e não tinha sentido qualquer embaraço com essa presença para afastar em Maio de 1999 os últimos fiéis ao Presidente Vieira depois de retiradas as tropas senegalesas.

<sup>87</sup> Não deixa de ser significativo que um relatório governamental destinado aos doadores de fundos afirme que “a grande maioria da opinião pública nacional mostra-se favorável à entrada (...) de uma força internacional de estabilização”. Ver “Segundo Relatório de Seguimento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2009-2010”, Ministério de Economia, Plano e Integração Regional, 30 de Agosto de 2010, p. 3.

<sup>88</sup> O PRS começou por estabelecer boas relações com Injai, congratulando-se, por exemplo, com a sua nomeação, muito contestada, para o Estado-Maior. “Nomeação de major-general António Injai é gesto a saudar – PRS”, Lusa, 25 de Junho de 2010.

<sup>89</sup> “Bubo Na Tchute installe le général Antonio Injai à l'état-major de l'armée bissau-guinéenne”, Agence de presse africaine (APA), 1 de Abril de 2010; “Le Premier ministre arrêté et menacé de mort”, AFP, 2 de Abril de 2010.

<sup>90</sup> “L'armée bissau-guinéenne s'engage à lutter contre l'insubordination”, Pana, 26 de Julho de 2010.

<sup>91</sup> Encontravam-se presentes Maria Adiatu Djaló Nandigna, Ministra da Presidência do Conselho de Ministros, e o Ministro da Defesa Baciro Dja. “José Américo Bubo Na Tchuto promete subordinar-se ao poder civil”, PNN, 17 de Outubro 2011.

<sup>92</sup> “Relatório do Secretário-geral sobre a evolução da situação na Guiné-Bissau e sobre as actividades do Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz nesse país”, 25 de Outubro de 2010, p. 8.

plo, a renovação de dois quartéis. Aliás, a hierarquia militar teria beneficiado além disso de vantagens materiais, formais e informais, por parte das autoridades.<sup>93</sup> Os recursos públicos orientados para os militares deverão, inclusivamente, aumentar nos próximos anos. No orçamento de 2012, com um total de 116,1 mil milhões de francos CFA (cerca de 250 milhões de dólares), a parte destinada à defesa deveria atingir 13,2 mil milhões de francos CFA, contra 9,6 mil milhões, apenas, em 2011. Deste modo, o orçamento da defesa mantém-se ligeiramente superior ao da educação (13 mil milhões de francos CFA) e é muito superior ao da saúde (7 mil milhões).<sup>94</sup> Sendo este orçamento muito deficitário (54,3 mil milhões), é dos doadores de fundos que as autoridades esperam obter o necessário para satisfazer as expectativas das forças armadas.

Difícilmente imaginamos que os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 tenham sido apagados das memórias. O *modus vivendi* assim concertado entre poder civil e militar continua bastante incerto. Mas, pelo menos no que se refere aos princípios, a “disciplina” é uma das cláusulas da nova aliança. Embora, periodicamente, militares estejam implicados em incidentes que indicam que há quem recuse a sua responsabilidade perante o poder civil, as autoridades resistiram-lhes com êxito e os chefes militares apelaram ao respeito pelas regras (sem, no entanto, chegar a impor sanções).<sup>95</sup> Por outro lado, quando uma parte da oposição multiplicou os ataques contra o Primeiro-Ministro e, depois, contra o Presidente a partir de Junho de 2011, a hierarquia militar demarcou-se dessas acções, proibindo os soldados de participarem em manifestações, mesmo que desfardados.<sup>96</sup>

#### D. UMA CONJUNTURA ECONÓMICA FAVORÁVEL

O regresso da Guiné-Bissau à ribalta na segunda metade dos anos 2000 atraiu o interesse dos doadores de fundos, que foram progressivamente envolvendo-se e ajudaram a relançar a economia e a dar início à melhoria dos serviços

fornecidos às populações, tanto através do Estado como de organizações não governamentais. O aumento da procura mundial de matérias-primas permitiu à Guiné-Bissau valorizar o seu principal recurso, a castanha de caju, produto rentável mas tanto mais sensível aos choques externos quanto o país dispõe de capacidades de transformação muito escassas.<sup>97</sup> Os importantes recursos haliêuticos do país são ainda pouco valorizados e, no domínio das minas e minerais, não se atingiu ainda a fase de exploração. A exploração dos fosfatos de Farim poderá ter início em 2014 e a de bauxite de Boé perto de 2018. A exploração do petróleo offshore continua em fase de prospecção. Foram já realizados ou estão em fase de projecto investimentos interessantes: em Setembro de 2011 foi inaugurado, em Bandim, perto de Bissau, um porto de pesca industrial, e o Estado criou um fundo, financiado por uma taxa sobre as exportações de caju, para apoiar a indústria e, em particular, para desenvolver a transformação industrial.<sup>98</sup>

A suspensão do decisivo apoio da UE ao orçamento, na sequência dos acontecimentos de 1 de Abril de 2010, poderia ter travado esta dinâmica. Mas na realidade levou a que as autoridades apertassem o dispositivo fiscal e a melhor controlarem a despesa pública, o que constitui uma forma não só de atravessar a crise mas também de enviar à comunidade internacional sinais encorajadores sobre temas que lhe são especialmente caros. Em 2011, a receita aduaneira atingiu assim 24 mil milhões de francos CFA, ultrapassando o limiar de 21 mil milhões estabelecido pelo FMI.<sup>99</sup> O recenseamento da função pública permitiu identificar perto de 4000 funcionários “fantasma” (num total de 22 000), garantindo uma poupança

<sup>93</sup> Comunicação electrónica do Crisis Group, Dezembro de 2011.

<sup>94</sup> “Guiné-Bissau : adoption du budget de l’exercice 2012”, Le Griot (legriot.info), 28 décembre 2011.

<sup>95</sup> Em Setembro de 2011, militares da Marinha entraram em confrontos com homens da segurança do Presidente a propósito de um alojamento de serviço retirado a um dos seus membros para ser entregue à Presidência. Em Outubro de 2011, militares reclamaram a uma das “esquadras-modelo” criadas pelas Nações Unidas a entrega de um civil que aí se tinha refugiado depois de ter ameaçado um militar com uma arma. “Militares invadem esquadra de polícia no Bairro Militar”, PNN, 2 de Novembro de 2011; “Militares da Marinha Nacional envolvidos em confrontos”, PNN, 20 de Setembro de 2011.

<sup>96</sup> Entrevistas realizadas pelo Crisis Group, diplomatas e jornalistas, Bissau, Julho de 2011.

<sup>97</sup> Em 2011, as exportações de castanhas de caju ultrapassaram as 150 000 toneladas. A produção e a exportação continuam a ser estimuladas por uma procura mundial em alta, assim como pelo reforço do dispositivo bancário na Guiné-Bissau e pelo reembolso da dívida interna a partir do fim de 2009, decidido pelas autoridades. O dinheiro da cocaína poderá ter tido aqui algum papel, já que o tráfico de castanha de caju foi, provavelmente, um dos instrumentos usados para o branqueamento. A presença, no mercado do caju, de políticos ligados ao regime de Nino Vieira e conhecidos pelas suas ligações ao tráfico de cocaína parece confirmar essa hipótese. Entrevista realizada pelo Crisis Group, jornalistas e funcionários guineenses de ONG, Bissau, Julho de 2011.

<sup>98</sup> A criação, quando se aproximam as eleições legislativas, desse fundo já dotado de 14 milhões de dólares e administrado conjuntamente pelo Ministério do Comércio e a Câmara do Comércio – duas instituições dirigidas por prósperos comerciantes pertencendo ao PAIGC – não deixou de provocar receios e, mesmo, viva controvérsia, entre Setembro e Outubro de 2011. As autoridades da tutela apresentaram documentos que comprovavam a presença dos fundos nas contas oficiais.

<sup>99</sup> “Guiné-Bissau: Receitas das alfândegas superam previsões do Governo e FMI”, PNN, 5 de Janeiro de 2012.

significativa em salários.<sup>100</sup> Uma conjuntura económica favorável e um perdão considerável da dívida permitiram ao Estado estabilizar as contas públicas, continuar a assegurar o pagamento regular dos salários dos funcionários, civis e militares, e até anunciar um aumento dos salários para 2012.

O país beneficiou de uma melhoria do crescimento, superior a 3% desde 2008, podendo superar os 4% em 2011,<sup>101</sup> apesar de uma inflação forte em 2010 e 2011 e de uma redução das remessas de emigrantes. Esta conjuntura económica relativamente positiva contribuiu para reforçar a credibilidade do poder civil, e as autoridades conseguiram tirar proveito da situação para levar a cabo reformas importantes no funcionamento do Estado. Contudo, os efeitos concretos são ainda restritos e, frequentemente, sentem-se mais em Bissau do que no resto do país. Se, por um lado, os esforços desenvolvidos no que respeita à boa governação foram decisivos para manter a ligação com os doadores de fundos, as incertezas e conflitos da microscópica esfera político-militar de Bissau constituem ainda sério obstáculo a um novo empenho maciço internacional. No entanto, a esperança existe e tem um papel importante.

### III. E AGORA? A GUINE BISSAU ENTRE PROJECTOS E AMEAÇAS

A estabilização do país após o choque de 1 de Abril de 2010 foi conseguida com base numa série de compromissos frágeis e temporários. Numa série de dossiês – a RSS, o estado do sector político, a questão da impunidade, a natureza do crescimento económico – colocam-se sérias dúvidas, independentemente da melhoria da conjuntura nos últimos meses.

#### A. A REFORMA DO SECTOR DA SEGURANÇA: RUMO AO MOMENTO DECISIVO?

Em teoria, desde 2006 o país está empenhado numa ambiciosa RSS.<sup>102</sup> Na realidade, porém, encontra-se num processo de reforma desde o fim da guerra da independência, em 1974. O futuro do exército guineense suscita desde então tensões nos quartéis, com fortes implicações na esfera política. Deste modo, o programa de desmobilização e reinserção lançado após a guerra de 1998-1999 com financiamento da UE e do Banco Mundial passou por dificuldades consideráveis.<sup>103</sup> Foi pelo menos em parte devido ao seu empenho nesta matéria que Zamora Induta foi derrubado em 1 de Abril de 2010.<sup>104</sup> Na Guiné-Bissau, a RSS nunca foi apenas técnica; pelos efeitos que tem, é claramente política.

Paradoxalmente, os acontecimentos de 1 de Abril de 2010 vieram impulsionar a reforma. Uma primeira série de leis orgânicas indispensáveis à reforma foi, então, adoptada entre Abril e Junho de 2010, foi lançada uma campanha de sensibilização e organizada em Bissau uma conferência internacional. As últimas leis orgânicas necessárias,

<sup>102</sup> O documento estratégico que estabelece a RSS foi adoptado em 2006. A UE enviou, em Junho de 2008, uma missão de apoio à reforma, e a mesa-redonda da Praia de 2009 detalhou o seu conteúdo.

<sup>103</sup> O programa sofreu alterações importantes, e pelo menos parte dos desmobilizados voltaram aos quartéis depois de terem beneficiado da reinserção.

<sup>104</sup> Quando a RSS suscitava a desconfiança do exército, Zamora Induta arvorou-se em bom aluno da comunidade internacional e tentou fazer desse facto uma componente da estratégia de autonomização relativamente aos outros chefes militares, de que não era mais do que, na realidade, o emissário. Deste modo tentou obter apoio internacional para recrutar jovens militares com formação que lhe fossem fiéis. Estas manobras aparecem claramente nas mensagens enviadas pela embaixada dos Estados Unidos em Dakar reveladas pelo WikiLeaks e disponíveis em [www.cablegatesearch.net](http://www.cablegatesearch.net). Ver, por exemplo, Embassy Dakar, “Confidence Building in Guinea-bissau : CHOD Told to End Abuses, Reform Armed Forces”, 5 de Maio de 2009. É significativo ver António Injai, por seu lado, pressionar no sentido do arranque do serviço nacional.

<sup>100</sup> “País toma medidas contra funcionários fantasmas”, Pana, 21 de Julho de 2010. Cerca de vinte funcionários do Ministério das Finanças foram detidos e estão a ser investigados.

<sup>101</sup> “Le FMI prévoit une croissance de 4,3 pour cent du PIB de la Guinée-Bissau en 2011”, Xinhua, 12 de Junho de 2011.

relativas, entre outros aspectos, ao Estado-Maior General e às diferentes armas - Força Aérea, Exército e Marinha - foram adoptadas em 27 de Dezembro de 2011. Mas como interpretar esses progressos? Tratar-se-á de mera tática das autoridades civis para se mostrarem bons alunos da comunidade internacional e dar garantias ou, pelo contrário, é sinal de verdadeira vontade de reforma? A posição do exército (ou das diversas forças que o compõem) é ambígua e vaga, o que é válido também para algumas modalidades importantes da reforma. Num clima diplomático complicado devido às tensões entre determinados parceiros internacionais, estas dúvidas contribuem para esmorecer os apoios e atrasar a aplicação da RSS, assim como para fragilizá-lo. Há que sair deste círculo vicioso e aproveitar a conjuntura para que a reforma tenha a sua oportunidade.

## 1. Uma reforma ambiciosa

O diagnóstico que serviu de base ao projecto de reforma tal como concebido com o apoio da UE e retomado no roteiro CEDEAO-CPLP é simples: legado de duas guerras sucessivas, o exército absorve uma percentagem excessiva do orçamento<sup>105</sup> e não corresponde minimamente às necessidades do país.<sup>106</sup> O exército caracteriza-se por um acentuado desequilíbrio entre praças e oficiais e a média de idades é demasiado elevada.<sup>107</sup> A gestão do pessoal e a formação são desorganizadas e as condições de vida e de trabalho da maioria dos militares são deploráveis. A criação de um exército reduzido, bem treinado, bem organizado, bem dotado e sustentável do ponto de vista financeiro é condição indispensável para que a esfera militar deixe de intervir na esfera política.

A RSS representa, portanto, uma verdadeira transformação para as forças armadas. Em Maio de 2010 estava prevista uma redução do efectivo de 4500 para 1500 militares de carreira, devendo portanto 2 200 passar à reforma e outros 800 ser desmobilizados. A estes somar-se-iam 2000 recrutas, que deverão ser escolhidos com base no nível de

escolarização e não através de recrutamentos clientelares (e, por vezes, hereditários) que até aí se praticavam.<sup>108</sup> Finalmente, deverá ser criada uma guarda nacional dependente do Ministério da Administração Interna que incluirá 1 700 homens e que será um contrapeso tácito às Forças Armadas.<sup>109</sup>

O Estado-Maior estabeleceu uma primeira lista de 1 460 militares cessantes, com base em critérios que se pretendem objectivos:<sup>110</sup> devem entrar na reforma os homens com mais de 60 anos bem como os jovens que entraram no exército a partir da guerra de 1998 e que se ofereceram para abandonar as fileiras ou cujo nível de formação é demasiado fraco. É forçoso, no entanto, constatar que os números previstos são um tanto flexíveis. Deste modo, numa provável concessão aos chefes militares, o efectivo previsto para as Forças Armadas voltou a ser aumentado para 4000 homens, com a justificação oficial (e contestada) da necessidade de constituir um batalhão para as operações de paz.<sup>111</sup> Em Março de 2011, o Ministro da Defesa anunciou 1 300 reformas nos cinco anos subsequentes na polícia e exército, conjuntamente.<sup>112</sup> Quanto à criação da guarda nacional, mantém-se forte contestação.

## 2. Os militares bissau-guineenses face à reforma

Embora alguns intervenientes internacionais se tenham dado ao luxo de pensar que os militares bissau-guineenses são tropas indisciplinadas e brutais que não compreendem os desafios da RSS,<sup>113</sup> a verdade é que o exército está muito interessado na reforma. O que pensa o exército da reforma? Persistem muitas incertezas. As opiniões nas Forças Armadas parecem diversas e evoluíram sem dúvida nos últimos tempos.

<sup>105</sup> O orçamento oficial das forças armadas representaria 3,8% do PIB, ultrapassando o do ensino primário. “A crise oculta: conflitos armados e educação. Relatório de Monitoramento Global de EPT”, UNESCO, 2011, p. 27.

<sup>106</sup> É frequente justificar a RSS com referência ao rácio entre o número de militares e a população. O número geralmente evocado pela Guiné é de 4 a 5 soldados por mil habitantes mas, se considerarmos os militares *stricto sensu* (excluindo as forças policiais), a taxa é um pouco menos de 3 por mil (4 500 soldados por 1,6 milhões de habitantes), taxa que se mantém muito elevada, já que a média dos outros países da CEDEAO é de 1,2 por mil. “Chegada de força estrangeira longe de granjear a unanimidade”, AFP, 9 de Agosto de 2010.

<sup>107</sup> Apenas 15% dos soldados têm menos de 30 anos, e cerca de 4% têm mais de 60. Há mais de 40% de oficiais, quando a norma internacional é de cerca de 8%. “Roadmap for the effective take-off of the SSR programme”, op. cit., p. 4-5.

<sup>108</sup> São estes os termos que aparecem, por exemplo, no acordo celebrado com o FMI em Maio de 2010. FMI, “Guiné-Bissau – Consulta de 2010 ao abrigo do Artigo IVº e solicitação de um acordo de três anos no âmbito da Facilidade de Crédito Ampliado e de assistência intercalar adicional no âmbito da Iniciativa Reforçada para os Países Pobres Muito Endividados”, Maio de 2010, p. 20.

<sup>109</sup> Um núcleo de guarda nacional foi já formado com o apoio da cooperação portuguesa. No total, a polícia fardada (essencialmente guarda nacional e polícia de ordem pública) reuniria 3 600 homens.

<sup>110</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, interveniente guineense da RSS, Bissau, Julho de 2011.

<sup>111</sup> “Final report. Joint extraordinary meeting of the ECOWAS committees of chiefs of defence staff, chiefs of security services and representative of the CPLP”, Novembro de 2010, anexo B, p. 1. Conversas do Crisis Group, interveniente guineense da RSS e diplomatas, Bissau, Julho de 2011.

<sup>112</sup> “Ministro da Defesa anuncia aposentação de cerca de 1.300 polícias e militares”, Lusa, 25 Maio de 2011.

<sup>113</sup> Conversas do Crisis Group, membros da missão da UE para a RSS, Bissau, Setembro de 2009.

Pelo menos parte dos militares partilha o diagnóstico que está na base da reforma. Alguns estariam dispostos a abandonar as Forças Armadas em troca de uma compensação atractiva; isto verifica-se tanto entre os mais antigos como entre os jovens mas diz respeito sobretudo àqueles que, não sendo próximos dos chefes militares, não têm acesso às missões e graduações interessantes e têm de se contentar com salários medíocres.<sup>114</sup> Finalmente, há militares com boa formação que são a favor de um exército reduzido, bem dotado e profissionalizado, sabendo que poderão encontrar nele um lugar que não é, forçosamente, aquele que ocupam actualmente.

Um bom conhecedor do exército declarou à Crisis Group: “mesmo no exército, as pessoas querem a reforma, sabem que as coisas não podem continuar assim”, acrescentando “mas se um tipo que esteve com os Brancos [alusão ao Primeiro-Ministro Gomes Júnior] vem dizer aquilo que te vai acontecer, ninguém vai aceitar”.<sup>115</sup> Para muitos militares, o sangue derramado implica direitos não sujeitos a negociação, incluindo o direito de participar no lucrativo tráfico de cocaína. Em nome dos sacrifícios por si sofridos nas duas guerras que o país viveu, os chefes militares, incluindo aqueles cujos nomes são regularmente relacionados com o tráfico, pensam que têm alguma legitimidade.<sup>116</sup> Entendem que não têm que receber lições dos representantes políticos, cuja prosperidade é, por vezes, tão misteriosa como a sua. Seria esta a justificação dada por um antigo Chefe do Estado-Maior para o seu envolvimento no tráfico, ao mesmo tempo que salientava que os ministros podem servir-se dos cofres do Estado.<sup>117</sup> A legitimidade, ainda frágil, do poder civil alimenta esse sentimento dos militares segundo o qual terão direitos históricos.

Para os responsáveis militares que estiveram implicados nos crimes dos últimos anos, tentativas de golpes de estado, assassinatos e tráfico de droga, tanto a questão da reforma como a da guarda nacional são cruciais. Manter-se

no exército, sobretudo se este detém o monopólio dos meios de exercer violência, parece-lhes a única protecção contra eventuais sanções.<sup>118</sup> Deste ponto de vista, a escolha da comunidade internacional em articular a renovação da hierarquia militar com a RSS comporta um risco: mesmo quando não são hostis à reforma, os chefes militares são incitados a encará-la como um perigo pessoal. Mas o problema ultrapassa esse pequeno grupo de indivíduos. Em primeiro lugar, porque controlam clientelas de militares mas também de amigos, parentes ou protegidos. Depois porque, com alguma razão, muitos militares entendem que a parte civil do Estado não parou, desde a independência, de tentar “ajustar” o seu exército e de marginalizar os seus homens.<sup>119</sup>

A desconfiança que os militares nutrem pelo poder civil tem, aliás, uma conotação étnica, já que, historicamente, o exército serviu de porta de acesso ao Estado e à modernidade para os cidadãos rurais e, em particular, os Balantas, durante muito tempo marginalizados.<sup>120</sup> Os números que circulam quanto à participação dos diferentes grupos no exército são uma fantasia, uma vez que não há recenseamento étnico, mas é evidente que os Balantas estão muito presentes nas chefias sem, no entanto, deterem o monopólio. Em privado, certos defensores da RSS admitem ver na reforma um instrumento de reequilíbrio étnico do exército e de fim do monopólio aí exercido pelos Balantas, passos necessários, na sua opinião, para limitar as manipulações da etnicidade.<sup>121</sup> Numerosos militares criticam esta abordagem.<sup>122</sup> A própria exigência de determinado nível de escolarização para o serviço nacional, prevista na reforma, reforça a percepção geral de que a elite urbana está a tentar impedir os rurais (e os Balantas) de acederem ao poder.<sup>123</sup> A RSS torna-se, então, foco de tensão e pode

<sup>114</sup> Conversas do Crisis Group, interveniente universitário da RSS, universitário e militares guineenses, Bissau, Julho de 2011. O salário de base de um soldado raso é 28 000 francos CFA, e o de um polícia, 19 000 francos CFA. “Conferência para consolidação da paz e desenvolvimento realizada no sul do país”, Gazeta de Notícias, 17 de Janeiro de 2011.

<sup>115</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, universitários guineenses, Bissau, Julho de 2011. Sobre a identificação de Gomes Júnior com os brancos e os portugueses, ver a secção III.B.

<sup>116</sup> Jornalistas narram do seguinte modo as afirmações de Bubo na Tchuto numa visita ao mercado: “Não dei dinheiro a todas as pessoas que estão a saudar-me! Mas gostam de mim e vêem em mim um valoroso combatente da guerra da libertação, o homem que poderá dar estabilidade ao país”. “À vontade em Bissau, Bubo brinca com as acusações de tráfico de estupefacientes e de conluio”, AFP, 15 Maio de 2010.

<sup>117</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group, ex-ministro guineense, Paris, Dezembro de 2011.

<sup>118</sup> Circulou o boato de que Bubo na Tchuto constava da lista dos que deviam abandonar o exército (nasceu em 1950) e que se opunha à ideia de partida. Conversas do Crisis Group, jornalistas guineenses e diplomatas europeus, Dakar e Bissau, Julho de 2011.

<sup>119</sup> Esta questão teve o seu papel tanto no golpe de estado de 1980 como na guerra de 1998-1999.

<sup>120</sup> Para a questão balanta, ver Marina Temudo, “From the Margins of the State to the Presidential Palace: The Balanta Case in Guinea-Bissau”, *African Studies Review*, vol. 52, no. 2 (2009), p. 47-67.

<sup>121</sup> Conversas do Crisis Group, intervenientes guineenses e internacionais da RSS, Bissau, Setembro de 2009 e Julho de 2011.

<sup>122</sup> Não devemos provavelmente exagerar o grau de lealdade suscitada pelo clientelismo ou pelo seu argumento étnico: um jovem militar balanta com quem o Crisis Group se encontrou, que entrou no exército graças a um “tio”, frisa que não se sente ligado a uma causa balanta e que está no exército, sobretudo, para poupar dinheiro para poder emigrar. Entrevista realizada pelo Crisis Group, Bissau, Setembro de 2009.

<sup>123</sup> Durante a guerra da independência contra Portugal, na ala militar do PAIGC, maioritariamente composta por guineenses, muitos nutriam ressentimento contra os intelectuais, geralmente cabo-verdianos, que dirigiam o partido. Independentemente de

ser utilizada por todos os que tentam incitar grupos de soldados contra os poderes militares ou civis.

É esta uma das cartas apostadas pelo PRS, principal partido da oposição. O seu chefe, Kumba Yalá, é balanta e há já algum tempo faz uma utilização política dessa identidade, tanto nas eleições como através dos militares.<sup>124</sup> Na ausência de Kumba Yalá, que se estabeleceu em Marrocos e apenas episodicamente intervém no xadrez político guineense, Braima Sory Djaló é o seu braço direito no terreno. Afirmou publicamente que a RSS é um instrumento anti-balanta,<sup>125</sup> esperando sem dúvida instigar o exército contra o poder do PAIGC.

Essas manobras de mobilização dos militares contra a RSS não tiveram sucesso. O zelo militar por ocasião do 26 de Dezembro de 2011 não teve a ver com esta questão e fracassou.<sup>126</sup> Poderemos então concluir que a situação já não é favorável a golpes? A partir dos anos 1990, as crises políticas e orçamentais do Estado tinham deixado os militares ao abandono, dependentes da boa vontade dos seus chefes. Essa situação fez aumentar a sua disponibilidade para aventuras contra o poder civil e contra a influência dos oficiais que controlavam o acesso aos recursos alternativos, a ajuda militar senegalesa, a fiscalização das pescas ou mesmo parte do tráfico de cocaína. Será que as clientelas militares estão fragilizadas, agora que o Estado cumpre melhor as suas obrigações, paga salários e renova os quartéis? Será que, vendo-se entre a usura das suas clientelas e a protecção do poder civil perante as pressões internacionais,<sup>127</sup> os chefes militares já não estão dispostos a desestabilizar o jogo? A sucessão de dois influentes representantes da elite militar balanta, os generais Buota na Mbatcha e Bitchofla na Fafé, no lugar de conselheiro para a defesa junto do governo indica que Gomes Júnior acarinha as suas relações no exército.

---

eventuais cúmplices, foram decerto alguns destes militares guineenses que mataram Amílcar Cabral, chefe (identificado como cabo-verdiano) do PAIGC. Ver José Castanheira, *Quem matou matar Amílcar Cabral?* (Ed. Relógio D'Água, 1995).

<sup>124</sup> Em Março de 2005, deputados do PRS acusaram o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior de conspirar contra o Chefe do Estado-Maior da altura. Em Novembro de 2008, após o ataque lançado pelo próprio sobrinho, sargento Alexandre Tchama Yalá, contra a Presidência, Kumba Yalá foi suspeito pelas autoridades. O episódio não está ainda cabalmente esclarecido: o sargento Yalá é também próximo de Bubo na Tchuto, então refugiado na Gâmbia desde 2008, após o fracasso de outra tentativa de golpe de estado.

<sup>125</sup> “Guiné-Bissau: Nova manifestação exige demissão de Gomes Júnior”, *Voz da América*, 5 de Agosto de 2011. O próprio Djaló não é balanta, mas fula.

<sup>126</sup> Para os acontecimentos de 26 de Dezembro, ver a secção IV.

<sup>127</sup> Se o trânsito de cocaína pela Guiné-Bissau diminuiu efectivamente nos últimos anos ou se foi recentralizado, como determinados indícios deixam pensar, é um factor suplementar de enfraquecimento das clientelas militares. Ver a secção III.D.

É lícito, portanto, colocar duas hipóteses. Ou estamos perante um regresso à configuração clássica: O exército (ou, melhor dizendo, as redes clientelistas que o controlam) não tenta tomar o poder e mantém-se “à margem do debate político”.<sup>128</sup> Em contrapartida, espera o respeito tácito da sua autonomia, direitos e privilégios, por muito discutíveis que possam por vezes ser. Deste modo, o exército conseguiu não ser obrigado ao “pagamento presencial” dos salários,<sup>129</sup> já aplicado, com êxito, na função pública, para evitar o desvio de salários pagos a funcionários fantasma e cuja aplicação às forças armadas os parceiros internacionais exigem.<sup>130</sup> As autoridades evocam o direito, para apaziguar os doadores de fundos,<sup>131</sup> e os militares mantêm-se alerta, prontos a bloquear qualquer alteração do *status quo*. Ou, segunda hipótese, o equilíbrio deslocou-se lentamente a favor do poder civil e, mesmo que possa haver rancor e desconfiança nas forças armadas, os grandes chefes militares já não sentem o seu lugar suficientemente seguro para arriscarem nova intervenção.

Não esqueçamos, ainda, outro factor: a existência de clientelas rivais no próprio exército, as quais podem encarnar visões antagonistas da RSS e ter alianças opostas no mundo da política. A relação entre os dois parceiros dos acontecimentos de 1 de Abril, o Chefe de Estado-Maior General António Injai e o seu Chefe do Estado-Maior da Marinha, Bubo na Tchuto, sempre foi objecto de especulação e preocupações. Ambos são balantas mas cada um dispõe de uma rede própria nas forças armadas e teriam os seus diferendos. Injai, que tem um posto superior embora seja mais novo do que na Tchuto, é também sobrinho do antigo Chefe de Estado-Maior, Tagme na Wai, com quem na Tchuto tinha relações muito conflituosas.

---

<sup>128</sup> Paulo Gorjão, “Who wants to play the Russian roulette in Guinea-Bissau?” (Quem quer jogar à roleta russa na Guiné Bissau?), IPRIS Viewpoints, no. 71 (2011), p. 2.

<sup>129</sup> O argumento utilizado, o carácter confidencial do efectivo militar, é tanto mais bizarro quanto os resultados do recenseamento de 2008 foram amplamente divulgados.

<sup>130</sup> Embora os militares no activo tenham sido poupados, o pagamento presencial é aplicado desde Fevereiro de 2011 aos antigos combatentes. Teriam sido descobertos 108 oficiais superiores fictícios e a fraude importava em cerca de metade dos 153 milhões de francos CFA pagos todos os meses pelo Estado aos pensionistas. Ver “Descobertos 108 oficiais ‘fantasmas’ nas Forças Armadas”, *Angop*, 20 de Maio de 2010; e “Polícia Judiciária descobre rede de corrupção”, *Pana*, 13 de Setembro de 2010. É o Estado-Maior que emite o cartão que reconhece o estatuto de antigo combatente que, por seu lado, dá acesso às pensões. Este caso poderá estar na origem da demissão da directora da polícia judiciária, Lucinda Aukharie, em Maio de 2011. Não teria apreciado que as autoridades políticas não a tenham defendido, perante pressões militares sobre o assunto. Entrevista realizada pelo Crisis Group, polícia guineense, Bissau, Julho de 2011.

<sup>131</sup> “Le président défie l’armée”, *AFP*, 10 de Julho de 2010.

Injai é, frequentemente, visto pelos intervenientes internacionais como um homem prudente e razoável, que procura, acima de tudo, sair com vida de um lugar cujos três últimos detentores foram assassinados ou depostos por um golpe. A imagem de na Tchuto é menos apreciada: é considerado menos cooperante e mais ambicioso. Há que considerar, sobretudo, que embora os rumores de ligação ao tráfico de cocaína não poupem Injai, é na Tchuto que tem a honra (duvidosa) de figurar na lista de traficantes de droga do departamento do tesouro americano.<sup>132</sup> Por fim, enquanto Injai cultiva boas relações com o Presidente e o Primeiro-Ministro, na Tchuto parece ter sobretudo contactos com o PRS.<sup>133</sup> No entanto, no pequeno mundo político-militar de Bissau, todos estão relacionados com todos, e convém não subestimar a força das dinâmicas de consenso, mediação e estabilização dentro do próprio exército.

Abundam rumores sobre a divisão do exército em facções. No final de Agosto 2011, meios de comunicação próximos do governo indicavam que na Tchuto se opunha à RSS.<sup>134</sup> Injai levou essa atitude tão a sério que organizou, no início de Setembro de 2011, um périplo dos quartéis da capital na sua companhia. Denunciou militares que o teriam acusado de receber dinheiro do Primeiro-Ministro para o manter no poder e de ter abandonado a etnia balanta, apelou ao respeito da ordem constitucional e denunciou o tribalismo.<sup>135</sup> Por seu lado, na Tchuto desmentiu

qualquer plano de golpe de estado e pediu aos “políticos” que não o procurassem. Na Tchuto solicitou ainda a Injai que o chamasse caso ouvisse rumores a seu respeito, para que pudesse explicar-se, e reiterou o seu apoio à RSS.<sup>136</sup> Por muito tranquilizante que tenha sido a intenção, este esforço de comunicação inédito traduz as fragilidades que ainda ameaçam o exército: os boatos, os apelos das bases do PRS aos militares balantas, a desconfiança que tudo isso suscita e a divisão do exército em redes que concorrem entre si e, principalmente, entre Injai e na Tchuto.

Após o episódio Zamora Induta, talvez não seja negativo que os chefes efectivos do exército, aqueles que controlam as clientelas mais influentes, estejam à frente da reforma.<sup>137</sup> Resta saber se estão dispostos, por seu lado, a assumir o risco de levar avante a RSS, uma vez que se encontram entre as pressões internacionais e o perigo que pode advir do facto de se pôr em causa as vantagens adquiridas dos militares. Resta saber, ainda, se o relançamento da reforma não acarreta o perigo de dar um carácter violento à divisão do exército em facções.

### 3. Os parceiros internacionais face à RSS

Estas incertezas dão azo a que os parceiros internacionais duvidem da sinceridade do poder civil relativamente à RSS: Será que as autoridades guineenses se interessam pela reforma apenas porque esta permite manter boas relações com os doadores de fundos? Estarão dispostas a assumir o risco de uma RSS articulada com uma rápida renovação da hierarquia militar? Será que tentam demorá-la, fazendo os possíveis por dar a impressão de que a defendem? Prevista para Junho de 2010 e adiada pelos acontecimentos de 1 de Abril, a reunião de alto nível sobre o financiamento da RSS, novamente pedida pelas autoridades em meados de 2011, não se tinha ainda realizado em Janeiro de 2012. Segundo um responsável do Binugbis, verifica-se “falta de apetência por parte dos doadores de fundos”.<sup>138</sup> No entanto, as autoridades reafirmam constantemente o seu empenhamento e lamentam o atraso na disponibilização dos financiamentos internacionais.<sup>139</sup>

Há aqui uma espécie de círculo vicioso: para além das declarações de princípio, o cepticismo e as dificuldades de coordenação dos doadores de fundos, por um lado, e as preocupações e prudência dos actores políticos e militares guineenses, por outro, reforçam-se mutuamente. Feitas as

<sup>132</sup> Injai também estaria implicado no tráfico de estupefacientes. Após a aterragem de um misterioso avião – por si autorizada – na pista de Cufar no dia 1 de Março de 2010, teria sido obrigado a assinar um documento onde assumia a sua responsabilidade, em troca de uma retirada negociada. Ter-se-ia, porém, rebelado, o que conduziria aos acontecimentos de 1 de Abril. Seria este, aliás, um dos motivos da sua rebelião contra Induta. “Guiné-Bissau: Indjai confessa papel activo no narcotráfico”, PNN, 27 de Maio de 2010.

<sup>133</sup> Alguns observadores consideram que o PRS e na Tchuto colaboraram na tentativa de golpe de estado de Tchama Yalá, nomeadamente através do muito influente Ernesto Carvalho, conselheiro próximo de Kumba Yalá e antigo Ministro da Administração Interna, cujo nome foi referido a propósito do tráfico de cocaína nas missivas diplomáticas americanas reveladas por WikiLeaks. Embaixada Dakar, “Guinea-Bissau resembles a narco-state”, 17 de Janeiro de 2007; Embassy Dakar, “Guinea Bissau: Embaixador fala de assassinatos com a ex-Primeira Dama”, 13 de Março de 2009 (nota 124). Por outro lado, o advogado de na Tchuto, Joãozinho Vieira Có, tem ligações a Yalá, de quem foi ministro e embaixador.

<sup>134</sup> “Exoneração de Bubo Na Tchuto em cima da mesa”, PNN, 26 de Agosto de 2011. Teria boicotado reuniões do Conselho Superior de Defesa e Segurança. Estranho é o facto de a informação ser dada como proveniente de fontes próximas da Missang.

<sup>135</sup> Injai anunciou que os militares responsáveis pelos boatos seriam transferidos para o interior do país. “Rumores acusam Tenente General António Indjai de receber dinheiro do Primeiro-Ministro para o manter no poder”, O Defensor, 28 de Setembro de 2011.

<sup>136</sup> “Guiné-Bissau: Bubo Na Tchuto preocupado com informações divulgadas na imprensa”, PNN, 16 de Setembro de 2011.

<sup>137</sup> “Crise político-militar em fase de decompressão”, Africa-monitor, n° 481, 17 de Junho de 2010.

<sup>138</sup> “Reunião da ONU para recolha de fundos para reforma do sector de defesa”, Angop, 30 de Maio de 2011.

<sup>139</sup> “Appel du président pour le financement des pensions des militaires démobilisés”, Xinhua, 25 de Setembro de 2011.

contas, à excepção de uma série de acções de cooperação militar que não colocam em causa, pelo menos para já, o funcionamento do exército guineense,<sup>140</sup> nada se passa, ou quase nada. Todos os intervenientes do processo podem considerar-se desiludidos, esperando que os outros enviem sinais convincentes.

Como sinal de seriedade e para lançar alguma solenidade, a conselho da Binugbis as autoridades anunciaram, em Abril de 2011, a abertura da conta bancária que deve pagar os fundos de pensões, e depositaram nela 500 000 dólares.<sup>141</sup> Mas, se o contributo do Fundo de Consolidação da Paz das Nações Unidas (3 milhões de dólares) se concretizou finalmente, a situação relativamente aos outros doadores é menos clara. A UE faz depender os seus compromissos neste domínio da “renovação da hierarquia militar”.<sup>142</sup> A CEDEAO e Angola, que depois da retirada europeia tinham chamado a si a causa da RSS através do roteiro CEDEAO-CPLP, parecem ter dificuldade em chegar a acordo. Mas eram justamente estes intervenientes que se tinham comprometido com os montantes mais significativos, tendo a CEDEAO prometido 63 milhões de dólares para a RSS (dos quais 45 milhões para o fundo de pensões) e Angola 30 milhões de dólares. No final de 2011, a CEDEAO informou que parte da sua contribuição (23 milhões de dólares) se encontrava “em Bissau”, mas, ao que parece, não na conta criada pelas autoridades para o fundo de pensões.<sup>143</sup>

Embora alguns diplomatas tenham a delicadeza de evocar simples “problemas técnicos”,<sup>144</sup> esta morosidade é política. Enquanto, na sequência de 1 de Abril de 2010, a CEDEAO, preocupada com o recuo ocidental, num primeiro momento viu com bons olhos a intervenção da CPLP, ao que parece alguns países-chave como o Senegal e a Nigéria consideraram esse avanço da CPLP uma manobra puramente bilateral de Angola, cuja ambição os preocupa.<sup>145</sup>

O Senegal teme perder a discreta, mas forte, influência que desde os anos 2000 exercia e que lhe tinha permitido obter de Bissau uma pressão militar directa contra os separatistas de Casamança estacionados ao longo da fronteira.<sup>146</sup> Apesar do acordo celebrado em Setembro de 2011 para a criação de patrulhas comuns na zona de fronteira, as autoridades guineenses, em Novembro de 2011, reagiram muito secamente à passagem da fronteira de dois helicópteros militares senegaleses.<sup>147</sup> O projecto angolano de um porto de águas profundas, acompanhado de um projecto de caminho-de-ferro para o Mali, assim como o crescimento das trocas entre Angola e a Guiné-Bissau, afectam o papel sub-regional do porto de Dakar e a influência do comércio senegalês nesse país. Por fim, também as perspectivas de valorização dos recursos petrolíferos situados na zona marítima comum ao Senegal e à Guiné-Bissau contribuem, decerto, para a tensão. A Nigéria, cujas ambições continentais e internacionais são bem conhecidas, desconfia das intervenções angolanas na África Ocidental, onde considera que lhe cabe o papel principal.

O facto de Angola ter conseguido colocar soldados em Bissau quando a CEDEAO não o conseguiu veio aumentar a frustração,<sup>148</sup> tanto mais que Luanda pareceu pretender desobrigar-se do fundo de pensões.<sup>149</sup> Deixa, portanto, à CEDEAO a parte mais delicada e menos estratégica da RSS para se concentrar na cooperação militar, bastante mais interessante, pois permite aumentar a influência sobre aqueles que se mantêm no exército. A assinatura do memorando de acordo entre a CEDEAO, a CPLP e a Guiné-Bissau sobre a aplicação do roteiro vem sendo adiada há meses. Em 17 de Novembro de 2011, o Presidente José Eduardo dos Santos reconhecia em público, finalmente, a existência de “dificuldades” com “alguns países da CEDEAO” e anunciava a visita de enviados especiais ao país.<sup>150</sup>

<sup>140</sup> Entre elas, o hospital militar construído pela China ou a academia militar erigida pelo Brasil. A médio prazo, se se mantiver, pode-se esperar que esta academia cause impacto no funcionamento das forças armadas.

<sup>141</sup> Em Junho de 2011, o Ministro da Defesa tinha prometido uma contribuição nacional total de 4,5 milhões de dólares.

<sup>142</sup> A UE tinha previsto um contributo no montante de 10 milhões de euros: 4 milhões a título do Programa de apoio à reforma do sector de segurança e 5 ou 6 milhões a título do Programa de apoio à reforma da administração civil e militar.

<sup>143</sup> Entrevista telefónica do Crisis Group com diplomata europeu, Janeiro de 2012. (here again, the format of references to interviews needs to be standardized)

<sup>144</sup> Entrevistas realizadas pelo Crisis Group com diplomatas africanos, Bissau, Julho de 2011.

<sup>145</sup> Entrevistas realizadas pelo Crisis Group com diplomatas, Bruxelas, Novembro de 2011.

<sup>146</sup> Em 2006, após alguns assaltos, o chefe separatista radical Salif Sadio foi obrigado, pelo exército bissau-guineense, a abandonar a zona de fronteira. Tinha-se refugiado na outra ponta de Casamança, do lado da fronteira entre o Senegal e a Gâmbia.

<sup>147</sup> Foi adiado um encontro entre as autoridades dos dois países e destacados para a fronteira soldados guineenses. “Vers des patrouilles conjointes à la frontière des deux pays”, APS, 17 de Setembro de 2011.

<sup>148</sup> O Senegal, que interveio em 1998-1999 ao lado do Presidente Nino Vieira contra a maioria do exército guineense, sabe que não pode destacar homens. Mas a CEDEAO não goza de melhor imagem perante os militares guineenses, visto na altura ter colocado no país uma força de interposição que, na sua opinião, serviu sobretudo para retardar a derrota de Vieira.

<sup>149</sup> Angola comprometeu-se com um contributo de 2 milhões de dólares, mas mantêm-se fortes dúvidas sobre a realidade desse compromisso. Entrevista realizada pelo Crisis Group, diplomata da ONU, Nova Iorque, Novembro de 2011.

<sup>150</sup> “Angola admite dificuldades na reforma das forças armadas da Guiné Bissau”, O Apostolado (apostolado-angola.org), 17 de Novembro de 2011.



O historial da RSS e as suas dimensões políticas e étnicas convidam a usar de prudência. No entanto, é necessário arriscar a prova da verdade, levar a sério os intervenientes guineenses e não facilitar a vida a quem não está preparado para mudar o sistema. A chave está na construção de verdadeiro consenso entre o Senegal, Nigéria e Angola, que deverá acomodar as preocupações de cada um destes países. Trata-se de uma oportunidade de esses países mostrarem a sua capacidade para desenvolverem uma diplomacia ambiciosa, aberta e corajosa. Se o distanciamento da UE e dos Estados Unidos recorda aos intervenientes guineenses que a situação está longe de poder ser considerada normalizada, por outro lado é necessário um rápido e efectivo compromisso do Fundo de Consolidação da Paz. Não convém bloquear a RSS com a questão da renovação imediata da hierarquia militar. É indispensável, porém, manter um elevado nível de exigência: depois de terem dado uma verdadeira oportunidade à reforma num contexto favorável, os intervenientes internacionais não podem recuar quando chegar a altura de exigir contas aos intervenientes políticos e militares guineenses.

O Estado guineense, por seu lado, deve resolver rapidamente as incertezas que subsistem quanto ao formato da reforma, tanto sobre os efectivos e o nível de pensão desejáveis e possíveis, como sobre a questão da guarda nacional. Tendo em conta o atraso no financiamento do fundo de pensões, as autoridades parecem orientar-se para uma fórmula mínima, a saber, a rápida passagem à reforma de um primeiro contingente, mesmo pequeno.<sup>151</sup> Trata-se de uma solução satisfatória que poderá permitir lançar e testar o processo e confirmar o empenhamento do Estado guineense.

## B. UM CÉNARIO POLÍTICO AINDA FRÁGIL

A incerteza persistente no campo militar e a inevitável prova da verdade que se aproxima suscitam preocupação, sobretudo porque a situação continua frágil no domínio político. Como tantas vezes aconteceu na história da Guiné-Bissau, estes dois campos, que obedecem a lógicas bastante diferentes e estão menos ligados do que se possa pensar, cruzam-se por vezes, com efeitos desastrosos.

É verdade que, para se manter no poder e oferecer à comunidade internacional um interlocutor legítimo, o PAIGC refez a sua unidade. Esta unidade mantém-se, porém, frágil, como demonstram os conflitos constantes entre as facções do partido. Verificaram-se choques em redor das nomeações para os lugares no domínio da segurança e das informações,<sup>152</sup> mas também da diplomacia, sector onde o

Presidente Sanhá recorreu às suas prerrogativas para nomear pessoas próximas. Em Luanda, embaixada estratégica, o Primeiro-Ministro teria, deliberadamente, atrasado a colocação do embaixador escolhido pelo Presidente Sanhá, decerto para melhor controlar este eixo diplomático fundamental.<sup>153</sup> Outro sintoma, nos assuntos internacionais, desde a questão do Sara Ocidental à queda de Muammar Kadhafí, o Presidente e o seu Primeiro-Ministro estiveram muitas vezes em contradição, se não mesmo em oposição.<sup>154</sup> No plano interno, num regime parlamentar que lhe deixa um poder limitado, o Presidente não perde uma ocasião de se apresentar como emissário das exigências sociais face ao governo.<sup>155</sup>

Estas tensões, assaz contidas no contexto actual, são preocupantes na perspectiva das lutas que se avizinham. Para as legislativas, previstas para Novembro de 2012, o PAIGC deverá convocar um congresso e proceder a nomeações. Os desafios são tanto mais elevados quanto o PAIGC tem boas hipóteses de se impor. Vários meses antes da sua morte, os problemas de saúde do Presidente Sanhá já permitiam a Gomes Júnior reforçar o seu poder sobre o PAIGC. Vencedor dos dois últimos congressos do partido, em 2004 e em 2008,<sup>156</sup> não tinha no entanto conseguido impor o seu candidato às eleições presidenciais de 2009. Sanhá reuniu então uma vasta coligação de inimigos de Gomes Júnior, mobilizando os “órfãos” de Nino Vieira e, em particular, Hélder Proença, ex-Ministro da Defesa, e Cipriano

<sup>153</sup> “Exclusivo DC: Embaixada em risco”, Ditadura do consenso, 27 de Agosto de 2011.

<sup>154</sup> Em Maio de 2009, o governo de Gomes Júnior voltou atrás na decisão de retirar o reconhecimento à República Árabe Saraui Democrática tomada em 1997 por Nino Vieira. Em Março de 2010, o Presidente Sanhá, com profundas ligações ao mundo árabe e a Marrocos através, entre outros, do seu aliado senegalês, anunciou a retirada desse reconhecimento. Em Fevereiro de 2011, o Primeiro-Ministro reafirmou o apoio do seu governo e do PAIGC ao movimento sarauí. Essa luta prende-se, em parte, com lealdades diplomático-financeiras concorrentes, já que a Argélia e Marrocos travam uma competição continental nesse domínio. Ver “Le Maroc demande des ‘explications’ à la Guinée-Bissau concernant le Polisario”, Ya Biladi (yabiladi.com), 15 de Setembro de 2009. Inicialmente próximo de Muammar Kadhafí, o Presidente Sanhá demarcou-se do seu Primeiro-Ministro quando este ofereceu asilo ao Guia líbio. “Kadhafí pas le bienvenu à Bissau”, AFP, 16 de Setembro de 2011.

<sup>155</sup> Tal acontece quando, com os seus conselheiros, manifesta compreensão para com os magistrados em greve. “PR recebe magistrados em greve e promete falar com governo”, Lusa, 28 de Junho de 2011.

<sup>156</sup> Gomes Júnior tinha obtido 578 votos, pouco mais de metade dos sufrágios expressos. Os outros candidatos obtiveram os seguintes resultados: Malam Bacai Sanhá, 355 votos; Martinho Ndafo Cabi, então Primeiro-Ministro, 95 votos; Cipriano Casamá, ligação com Nino Vieira no PAIGC, 61 votos; Baciro Dja, 30 votos; e Policarpo Cabral de Almeida, 5 votos.

<sup>151</sup> Comunicação electrónica do Crisis Group com interveniente da RSS, Novembro de 2011.

<sup>152</sup> “Director-geral do Serviço de Informação do Estado continua a dar polémica”, PNN, 13 de Julho de 2011.

Cassamá, ex-Ministro da Administração Interna, que controlavam importantes redes e recursos.<sup>157</sup>

Mas os vieiristas perderam influência. O assassinato de Hélder Proença, em Junho de 2009, foi um rude golpe para esse grupo, e uma das principais figuras que restam, Roberto Cacheu, foi suspenso do partido, por um período de três anos, em Setembro de 2011, devido aos ataques que desferiu contra o Primeiro-Ministro. Acusado de estar implicado nos acontecimentos de 26 de Dezembro de 2011, encontra-se em fuga desde então. É verdade que Gomes Júnior não veio da “luta”, como se diz na Guiné, ou seja, não pertence à geração que combateu contra Portugal. Pior ainda para algumas pessoas, é filho de um homem de negócios mestiço de Bissau considerado próximo do regime colonial, e alguns dos seus opositores acusam-no de pretender “implantar o neocolonialismo na Guiné-Bissau” e de receber “instruções dos portugueses”.<sup>158</sup> Dispõe, no entanto, de recursos financeiros pessoais e conta com o apoio angolano e das suas redes, além de beneficiar da imagem de gestor correcto e parceiro aceitável para os doadores de fundos, imagem essa que construiu durante as suas diversas passagens pelos órgãos de governação, ainda que essa imagem pareça esboroar-se ao sabor dos episódios político-militares.<sup>159</sup>

Cada vez mais incontornável, Gomes Júnior parece bem colocado para reforçar o seu poder sobre o PAIGC, de que é presidente, e obter as alianças necessárias. A organização de jovens, a Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC), é pouco dinâmica e está sob o controlo de um dos seus seguidores, Victor Naneia. Em Junho de 2010, foi uma personalidade “intermediária”, Eva Gomes,<sup>160</sup> que assumiu o controlo da União Democrática das Mulheres da Guiné (Udemu), a organização feminina do PAIGC, até aí controlada pela velha guarda, favorável a Malam Bacai Sanhá. Quanto a Estêvão Gomes Có, eleito, no final de 2010, secretário-geral do potente sindicato ligado ao partido, a União Nacional dos Trabalhadores da Gui-

né-Bissau (UNTG), parece seguir uma linha mais afastada da política e mais centrada nos combates sindicais. Mantém-se a luta pelo controlo da organização dos quadros, o Conselho Nacional dos Quadros Técnicos, Simpatizantes e Amigos do PAIGC (CONQUATSA).<sup>161</sup>

A hegemonia do PAIGC poderá conduzir a uma radicalização da oposição. Em Bissau, muitos parecem, aliás, considerar as legislativas de 2012 já ganhas. Na verdade, o PAIGC tem todos os trunfos na mão: antigo partido único, beneficia ainda da sua legitimidade histórica, controla o Estado, reúne grandes nomes que são frequentemente, ao mesmo tempo, prósperos homens de negócios (logo, podendo financiar a campanha eleitoral). Pode, aliás, apresentar resultados: a estabilidade actual, o pagamento regular dos salários e, mesmo, promessas de aumentos,<sup>162</sup> o crescimento económico, obras de infraestruturas e outros projectos de desenvolvimento. O Primeiro-Ministro não hesitou, em Julho de 2011, em propor a antecipação da data das legislativas.<sup>163</sup> Observadores consideram que as medidas de boa governação e de privatização tornam a situação do PRS ainda mais difícil. A verdade é que já perdeu e pode vir a perder ainda mais benesses e posições adquiridas sob as presidências de Kumba Yalá e Nino Vieira,<sup>164</sup> e os seus homens estão mal colocados para aceder a vantagens alternativas, concursos públicos ou funções importantes.

À medida que o regime se ia estabilizando em 2011, o PRS, seguido de parte da oposição, lançou-se em ataques públicos cada vez mais vivos. Por um lado, o partido tentou levar o exército a reagir, denunciando a RSS.<sup>165</sup> Por

<sup>157</sup> Por ocasião da votação no PAIGC em Abril de 2009, Sanhá obteve 144 votos contra 118 do seu adversário, Raimundo Pereira, Presidente da ANP que era na altura Presidente da República interino e era apoiado por Gomes Júnior.

<sup>158</sup> “Oposição avisa Chefe de Estado para demitir PM ou será ‘atacado politicamente’”, Expresso Bissau, 26 de Julho de 2011, p. 4. A preocupação de Gomes Júnior em apresentar-se em público sempre com a boina do Amílcar Cabral, o pai da independência, visa, decerto, compensar essa fragilidade. As suas posições diplomáticas poderiam reflectir, ainda, a vontade de dar garantias do seu enraizamento ‘à esquerda’. Para este ponto, ver a nota 154.

<sup>159</sup> Comunicações electrónicas e telefónicas com diplomatas, Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012.

<sup>160</sup> Filha do ex-Primeiro-Ministro Francisco “Chico” Mendes, Eva Gomes é casada com um conselheiro da Presidência, mas a irmã mais nova é casada com o filho de Gomes Júnior.

<sup>161</sup> Encontram-se em liça Octávio Lopes, Conselheiro do Presidente Sanhá para os assuntos jurídicos, e Tomás Barbosa, Secretário de Estado de Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável, próximo do Primeiro-Ministro.

<sup>162</sup> “Governo da Guiné-Bissau defende aumentos de 58% para a função pública”, Radio France Internationale (RFI), 23 de Novembro de 2011.

<sup>163</sup> “PAIGC desafia oposição para legislativas antecipadas”, PNN, 13 de Julho de 2011.

<sup>164</sup> São evocados, nomeadamente, o pagamento presencial dos salários e a não acumulação de salários à medida que as carreiras políticas progridem (durante muito tempo os ex-ministros mantinham um salário equivalente ao de um director-geral em exercício, mesmo quando já não se encontravam em funções). “Le gouvernement bissau-guinéen paye des salaires à 3 000 fonctionnaires fictifs”, APA, 16 de Agosto de 2009. A gestão mais escrupulosa e a perspectiva da privatização de determinadas empresas públicas como o porto de Bissau assumem, também, dimensão política: quando Kumba Yalá assumiu o poder em 2000, o porto passou a contar com muitos “clientes” do PRS, passando então os seus efectivos de pouco menos de 400 para cerca de 1000 empregados. Desde 2009, os efectivos baixaram para cerca de 800 empregados. Entrevista realizada pelo Crisis Group com sindicalista guineense, Bissau, Julho de 2011.

<sup>165</sup> Ver a secção III.A.2.

outro, acusou o Primeiro-Ministro dos assassinatos políticos de 2009, exigindo a sua demissão e julgamento.<sup>166</sup> Tais ataques, contudo, não suscitaram a unanimidade no PRS, desgastado por clivagens significativas.<sup>167</sup> Em privado, algumas figuras do PRS pensam que o governo de Gomes Júnior é positivo para o país ou, pelo menos, o menor mal possível, e que a estratégia de desestabilização lançada pelo seu partido não é bem-vinda.<sup>168</sup>

### C. O TEMA DA IMPUNIDADE

Há muito que a impunidade constitui um problema na Guiné-Bissau. Presentemente, a questão não se centra tanto na impunidade quotidiana, os abusos de poder perpetrados pelos guardiães da autoridade pública na “base”, mas mais na impunidade no “topo”. De facto, desde a guerra de 1998, ocorreram uma série de assassinatos políticos no país que ainda estão por resolver. Uma amnistia votada em 2007 (válida para o período entre 1974 e 2004) deveria ter colocado um ponto final no problema, mas uma nova série de mortes violentas assaltou a elite político militar em 2009, ceifando a vida a quatro responsáveis de altas patentes: o Chefe do Estado-Maior na Wai e o Presidente Vieira, em Março, os deputados Baciro Dabó e Hélder Proença, em Junho.<sup>169</sup> Circulam muitos rumores, mas perante a ausência de processos judiciais conclusivos, é impossível saber-se exactamente o que aconteceu. Mesmo assim, estas mortes tornaram-se em armas políticas, direccionadas em especial contra o actual Primeiro-Ministro. Ainda que exista uma grande parte de instrumentalização política nestes ataques, o problema é real e deve ser tratado com seriedade.

No final do Verão de 2010, uma figura próxima de Nino Vieira, Roberto Cacheu, exigiu a intervenção da justiça no dossier Vieira. Para tal, reuniu-se com o Procurador-Geral, Amine Saad, conhecido pela sua proximidade ao Presidente Sanhá. Como Cacheu tinha sido o director da campanha de Sanhá até aos acontecimentos de Junho de 2009,<sup>170</sup> muitos dos analistas previram que o círculo pessoal do Presidente utilizaria a questão para debilitar o

Primeiro-Ministro, numa altura em que existia uma grande tensão entre os dois. Em Maio de 2010, o próprio Presidente Sanhá afirmou, sem concretizar mais, que tinham estado envolvidas “personalidades políticas” no assassinato de Nino Vieira, umas palavras muitas vezes interpretadas como sendo uma alusão ao Primeiro-Ministro.<sup>171</sup> Em Agosto de 2010, o blogue Ditadura do Consenso publicou o que assegurava ser uma carta do Procurador-Geral ao Presidente Sanhá, acusando o Primeiro-Ministro de ter encomendado o assassinato. Enquanto que o Ministério Público e a Presidência se mantiveram estranhamente em silêncio em relação à questão, o Primeiro-Ministro advogou que se tinha tratado de uma mentira e apresentou queixa – que foi posteriormente arquivada – contra o autor do blogue, António Aly Silva.

A ulterior aproximação entre o Primeiro-Ministro e o Presidente não colocou um ponto final nas tensões: as acusações não terminaram, sendo agora veiculadas fora do PAIGC. Em Fevereiro de 2011, os deputados do PRS abandonaram a Assembleia Nacional em sinal de protesto contra a ausência de justiça face às mortes de Março de 2009.<sup>172</sup> Em Março de 2011, o PRS acusou ainda o Presidente, o Primeiro-Ministro e o Procurador-Geral de “manterem o *status quo*” e de bloquearem as investigações.<sup>173</sup>

Em Maio de 2011, num gesto claro para acalmar os ânimos políticos, o Procurador-Geral arquivou os processos em curso contra os supostos autores da conspiração de Junho de 2009,<sup>174</sup> argumentando falta de provas. Assim, suprimiu qualquer “justificação” para a morte de Dabó e de Proença. Na altura, o governo de Gomes Júnior tinha afirmado que estes tinham estado envolvidos na conspiração e que foi por esse motivo que os militares os assassinaram. Dado que as pessoas suspeitas de terem cometido esses assassinatos eram militares, o Procurador-Geral remeteu o caso para o Tribunal Militar Superior.<sup>175</sup> Este acto recebeu críticas de todas as partes, incluindo do Representante Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas

<sup>166</sup> Ver a secção III.C.

<sup>167</sup> Estas clivagens, alimentadas por Nino Vieira entre 2005 e 2009, parecem em parte resolvidas. O dissidente Sola N’Quilin na Bitchita regressou assim ao PRS em Janeiro de 2011. Parece, no entanto, continuar a marcar a diferença, assumindo posições moderadas sobre a questão da força de estabilização. Ver “Regresso Sola N’Quilin ao PRS”, site oficial do PRS, 19 de Janeiro de 2011.

<sup>168</sup> Entrevista realizada pelo Crisis Group com deputado do PRS, Bissau, Julho de 2011.

<sup>169</sup> Dois adjuntos de Proença foram assassinados conjuntamente com o próprio.

<sup>170</sup> Tinha sido substituído por Augusto Olivais, o secretário permanente do PAIGC.

<sup>171</sup> “Malam Bacai Sanhá, président de Guinée-Bissau”, RFI, 31 de Maio de 2010.

<sup>172</sup> “PRS abandona o parlamento”, Ditadura do Consenso, 28 de Fevereiro de 2011. Foram então seguidos por dois deputados “vieiristas” do PAIGC, Roberto Cacheu e Francisco Conduto de Pina.

<sup>173</sup> “Familiares e amigos lembram “Nino” Vieira em cerimónia religiosa”, Angop, 2 de Março de 2011.

<sup>174</sup> Entre as pessoas suspeitas figuravam Daniel Gomes, Marciano Silva Barbeiro, Faustino Fudut Imbali, Aristides Gomes, Sandji Fati e Alfonso Té, todos homens ligados, de uma maneira ou de outra, a Nino Vieira.

<sup>175</sup> O Procurador-Geral e o Presidente do Tribunal Militar Superior reuniram-se em Maio de 2011 para discutir a criação de uma polícia judiciária militar incumbida de investigar os crimes e delitos militares. Ver “Ministério Público e Promotoria da Justiça Militar estiveram reunidos”, PNN, 13 de Maio de 2011.

no Conselho de Segurança.<sup>176</sup> O Presidente do Tribunal Militar Superior rejeitou o pedido, argumentando questões processuais.<sup>177</sup>

A oposição aproveitou a oportunidade para sair ao ataque. O afastamento oficial da hipótese de conspiração colocava obviamente em causa a justificação das detenções e das execuções extra judiciais realizadas em Junho de 2009, sob a responsabilidade do governo de Gomes Júnior. Agora, era a vez do Primeiro-Ministro ser acusado de violência e impunidade. O golpe foi ainda mais hábil, visto que o principal responsável militar envolvido nos eventos de Junho de 2009 não era outro senão o próprio Zamora Induta, o então Chefe do Estado-Maior: Assim, aqueles que acusavam o Primeiro-Ministro evitavam colocar em causa o actual poder militar e atacavam um militar desacreditado e bastante chegado ao Primeiro-Ministro.<sup>178</sup>

A 14 e 19 de Julho de 2011, uma parte da oposição instigou a população a manifestar-se em Bissau para exigir a demissão de Gomes Júnior, que negava qualquer envolvimento nas mortes de Março e Junho de 2009.<sup>179</sup> Porém, o Presidente Sanhá interveio, rejeitando a ideia de demissão do Primeiro-Ministro. O Presidente sacrificou o então Procurador-Geral Amine Saad, que apresentou a sua demissão a 2 de Agosto, assim como solicitou à oposição que desse pelo menos dois meses ao seu sucessor, Edmundo Mendes. Manteve-se a manifestação prevista para 5 de Agosto, mas a que estava marcada para 16 do mesmo mês acabou por não se realizar, sem que o colectivo apresentasse alguma explicação. Os números dos participantes

---

<sup>176</sup> O Representante Especial qualificou a decisão de “precoce”. “Guinée-Bissau: l’ONU note des progrès dans la réforme du secteur de la sécurité”, Serviço de informações das Nações Unidas, 28 de Junho de 2011. O Presidente da República manifestou o seu descontentamento face à intervenção de Mutaboba.

<sup>177</sup> Sublinhou que não poderia recuperar um processo que ele próprio não tinha iniciado. Por seu turno, Saad confessou que cabia ao Tribunal Supremo de Justiça se pronunciar sobre o conflito negativo de competência, mas este acabou por se demitir antes que o Tribunal tivesse tempo de intervir. “PGR admite existir realmente conflito negativo de competência entre o MP e a Promotoria do Tribunal Militar Superior”, sosguinebissau.blogspot.com, 28 de Julho de 2011.

<sup>178</sup> Provavelmente, foi por esta razão que a mobilização da oposição se centrou mais nos assassinatos de Junho de 2009 do que nos de Março de 2009, mais perigosos na medida em que muitas pessoas consideram que homens fiéis ao actual Chefe do Estado-Maior estiveram envolvidos na morte de Nino Vieira. Num acto muito significativo, Roberto Cacheu teve o cuidado de salientar que não considerava o General Injai responsável. “Chefe das Forças Armadas devia esclarecer assassinios ocorridos em 2009”, Angop, 14 de Julho de 2011.

<sup>179</sup> O colectivo formado para a ocasião englobava uma dezena de partidos da oposição, mas apenas o PRS e o Partido Republicano para Independência e Desenvolvimento (PRID) tinham assento parlamentar.

em cada manifestação, assim como o balanço, foram muito contraditórios. De qualquer das formas, o nervosismo era evidente; alegadamente, o poder temia que os militares balantas não apoiassem estas mobilizações por simpatia étnica para com o PRS ou por hostilidade contra o Primeiro-Ministro. Além disso, determinados responsáveis militares proibiram formalmente os seus homens de se imiscuírem nesta questão.

Numa carta ao Procurador-Geral, o Primeiro-Ministro tentava, por seu turno, isentar-se de todas as responsabilidades e exigia explicações sobre o arquivamento da suposta tentativa de golpe de estado de Junho de 2009. O Primeiro-Ministro sublinhava que não fez mais do que transmitir as acusações “oriundas de indivíduos [neste caso, alguns responsáveis dos serviços secretos] que mereciam e merecem ainda a maior consideração e maior confiança, que vinham acompanhados de elementos de prova que pareciam irrefutáveis e que foram colocados à disposição do Ministério-Público”.<sup>180</sup> A investigação acerca do assassinato de Tagme na Wai foi retomada em Outubro de 2011. Mendes procedeu a uma acareação entre três oficiais, hoje em dia marginalizados (incluindo Zamora Induta), que se acusaram mutuamente neste caso,<sup>181</sup> deixando os outros dossiês para mais tarde. Tal facto não pode constituir uma casualidade, na medida em que a investigação sobre a morte de na Wai é, provavelmente, a que representa um menor perigo para o poder actual.

No final de Outubro de 2011, o PRS anunciou que iria boicotar a comissão preparatória para a Conferência Nacional pela Paz e Reconciliação, sublinhando que o seu responsável máximo, Serifo Nhamadjo, pertencia ao partido do poder e pretendia encobrir “crimes de sangue”.<sup>182</sup> É de lamentar que essa conferência nacional que se estribou em grandes consultas públicas em todo o país e possibilitou debates interessantes entre o povo guineense, possa ser abalada pela suspeição de consagrar um caminho para

---

<sup>180</sup> “Governo quer explicações da PGR sobre arquivamento de caso de golpe de 2009”, Lusa, 24 de Agosto de 2011. Gomes Júnior queixa-se igualmente de ter tomado conhecimento do arquivamento pela imprensa, quando deveria ter sido notificado previamente.

<sup>181</sup> Os outros dois são o antigo Chefe do Estado-Maior da Força Aérea de Kumba Yalá, Melciades Gomes Fernandes, especialista em pirotecnia, e Samba Djaló, antigo Director-Adjunto da Contra-inteligência Militar, que desempenhou um papel fundamental na elaboração da acusação contra os supostos responsáveis pela conspiração de Junho de 2009. Mendes auscultou ainda discretamente o Primeiro-Ministro. A oposição aproveitou esta notícia, vendo nela uma confirmação das suspeitas que recaíam sobre a sua pessoa. “PAIGC acusa oposição de mentiras e falsidades”, Angop, 5 de Dezembro de 2011.

<sup>182</sup> “PRS recusa participar na Conferência Nacional de Reconciliação”, PNN, 2 de Novembro de 2011. Nhamadjo é deputado do PAIGC e Primeiro Vice-Presidente da Assembleia Nacional.

uma nova validação da impunidade. Tal significa efectivamente que, como alguns na oposição parecem temer, volvidos menos de cinco anos, está a ser preparada uma nova amnistia?

Em Bissau, há vozes que defendem que a comunidade internacional deve assumir o controlo desta questão. Este é um apelo que já remonta a Junho de 2009, mas que foi sempre diferido. Em Agosto de 2011, após uma tomada de posição do deputado independente Victor Mandinga nesse sentido, a LGDH renovou o seu apelo para a constituição de uma comissão de inquérito internacional.<sup>183</sup> Por seu turno, a ministra da Economia, Helena Nosolini Embaló, aludiu a um recurso ao Tribunal Penal Internacional (TPI),<sup>184</sup> algo que é pouco provável visto que os crimes de 2009 não estão abrangidos pelo mandato do TPI. De momento, a constituição de uma comissão de inquérito internacional – um dispositivo dispendioso e complexo – parece pouco verosímil. É preciso dar tempo ao processo judiciário retomado sobre a direcção do novo Procurador-Geral, Edmundo Mendes. Este deve ser uma prioridade, sendo que deve ser apoiado e encorajado, tanto pelas autoridades guineenses, como pelos seus parceiros internacionais. A recente adopção da lei em matéria de protecção de testemunhas deve, por exemplo, resultar rapidamente na aplicação de um programa concreto.

#### D. O FACTOR COCAÍNA

O trânsito de cocaína desde a América Latina com destino à Europa desempenhou um papel decisivo na recolocação da Guiné-Bissau no mapa mundial, na segunda metade da primeira década do século XXI. Na realidade, avançada a possibilidade do país se transformar num narco-Estado subjugado às vontades de traficantes aliados a determinados chefes militares. Os sobressaltos político-militares destes últimos anos foram frequentemente analisados à luz do tráfico e dos confrontos que este teria financiado e despoletado. Os credores enviaram esforços específicos para reforçar a capacidade de combate do estado guineense, mas persiste ainda uma grande incerteza relativamente à situação real do narcotráfico e ao seu potencial impacto a nível político.

Importa desde logo destacar que é bastante difícil ter certezas neste domínio. As próprias Nações Unidas sublinham a ausência de “informações fiáveis”.<sup>185</sup> O rótulo de “trafi-

cante” tornou-se num instrumento de lutas políticas na Guiné-Bissau, a derradeira arma de arremesso que os partidos rivais usam para se atacar.<sup>186</sup> Tudo isto dificulta o estabelecimento da verdade, ainda mais, visto que os processos judiciais relativos às sensacionais apreensões de 2007 e 2008 ainda não chegaram ao fim.

Pelo menos, é evidente que a era das apreensões de centenas de quilos de cocaína que chegava por barco ou avião, sob a supervisão de traficantes latino-americanos instalados em Bissau, já chegou ao fim. Apenas algumas “mulas” associadas às redes nigerianas, utilizando voos regulares provenientes do Brasil e fazendo escala em Cabo Verde, com pequenas quantidades de droga (cerca de um quilo por pessoa) é que ainda são detidas na Guiné-Bissau.<sup>187</sup>

Face a esta evolução, as autoridades guineenses e o Gabinete para a Droga e a Criminalidade das Nações Unidas (ONUDD) afirmam que o narcotráfico, longe de ter diminuído, tornou-se sobretudo mais discreto e dissimulado, assim como melhor monopolizado por determinados segmentos do Estado. As pistas de aterragem outrora utilizadas pelos traficantes estão ainda sob o controlo do exército e pelo menos uma delas continua interdita aos actores internacionais da luta contra o tráfico de droga.<sup>188</sup> Foi referida a utilização de semi-submersíveis.<sup>189</sup> Contudo, a ONUDD destaca igualmente o crescimento do consumo local e até mesmo o surgimento da heroína. As autoridades nacionais hesitam: deve continuar-se a insistir na gravidade do problema, a fim de ganhar a empatia e atrair os recursos da

---

Junho de 2011, p. 14. O documentário Africa Stups de Stéphane Ventura e Jean-Christophe Brisard, produzido e transmitido em Março de 2010, no Canal+, referia que, desde 2007, o quilo de cocaína tinha aumentado de forma extraordinária em Bissau, passando dos 8000 para os 12.500 euros, o que constitui um sinal de uma crescente escassez do produto no mercado guineense. De acordo com outras fontes, o preço terá atingido mesmos os 15.000 euros em 2010, antes de cair a pique cerca de 7000 a 10.000 euros no final de 2011, o que parece indicar um reabastecimento do mercado. Comunicação electrónica do Crisis Group, Dezembro de 2011; entrevista do Crisis Group, polícia europeu, Dakar, Janeiro de 2012.

<sup>186</sup> Sobre as acusações contra o filho do Presidente Sanhá e contra o Primeiro-Ministro, ver a secção II.B.

<sup>187</sup> Contrariamente aos grandes casos de 2007 e 2008, nos quais todas as pessoas detidas foram misteriosamente libertadas sem julgamento, estes pequenos casos resultaram em processos e condenações efectivas. Entrevistas do Crisis Group, polícias guineenses e agente da ONUDD, Bissau, Julho de 2011.

<sup>188</sup> Entrevista do Crisis Group, diplomata europeu, Bissau, Julho de 2011.

<sup>189</sup> “Les narcotrafiquants utilisent des sous-marins pour introduire la drogue en Afrique (ONU)”, Xinhua, 20 de Junho de 2011.

---

<sup>183</sup> “Defendida comissão internacional para investigar assassínios de 2009”, Angop, 12 de Agosto de 2011.

<sup>184</sup> “Governo estuda aderir ao Tribunal Penal Internacional – ministra Economia”, Lusa, 3 de Novembro de 2011. A Guiné-Bissau devia assinar já o estatuto de Roma.

<sup>185</sup> “Rapport du Secrétaire général sur l'évolution de la situation en Guinée-Bissau et sur les activités du Bureau intégré des Nations unies pour la consolidation de la paix dans ce pays”, 17 de

comunidade internacional, ou deve rejeitar-se este rótulo tão marcante, negativo e alarmante para os investidores?<sup>190</sup>

Outros observadores consideram que o trânsito por Bissau já atraiu demasiadas atenções. Referem que entre Abril de 2010 e o final de 2011, não foi identificado nenhum avião suspeito e que a maioria dos traficantes se deslocaram para países com melhores ligações aos fluxos mundiais de bens e pessoas. Os mais críticos afirmam que as autoridades guineenses e a ONUDC ataram o seu destino a esta construção da imagem da Guiné-Bissau como um local de trânsito da cocaína e, por isso, têm tendência para exagerar.<sup>191</sup>

Porém, os acontecimentos de Dezembro de 2011 reacenderam o debate e suscitaram novos rumores. De facto, várias fontes indicaram que a tensão entre António Injai e Bubo na Tchuto estava relacionada com a chegada de mais uma tonelada e meia de cocaína, no início de Dezembro. Proveniente da América Latina, a droga teria chegado sob protecção militar em duas entregas efectuadas em pistas improvisadas, uma das quais situada em Jugudul, perto da herdade de Injai.<sup>192</sup> O PRS denunciou explicitamente o envolvimento do governo nesta nova entrega e pelo menos uma fonte evocou a necessidade de financiamento associada às próximas campanhas eleitorais.<sup>193</sup>

Mesmo que se confirme que a Guiné-Bissau já não está verdadeiramente no centro do tráfico de droga (ou que não está mais envolvida do que outros países da África Ocidental), o risco persiste. O eventual desvio do narcotráfico para outras rotas não é mais do que uma consequência do súbito interesse internacional pelo país, que importa manter. Além disso, é óbvio que a constituição de uma polícia judiciária operacional, formada em torno da nova geração de licenciados da pequena Faculdade de Direito de Bissau,<sup>194</sup> assim como o reforço mais amplo da

polícia, justiça e autoridades penitenciárias, são um resultado importante e um efeito directo do apoio de vários parceiros internacionais.<sup>195</sup> Para além da luta contra o narcotráfico na acepção exacta do termo, estes avanços desempenham um papel fundamental na melhoria da governação. Na verdade, a polícia judiciária realizou investigações importantes sobre os salários e as pensões fictícias pagas pelo erário público, contribuindo para a contracção da gestão das finanças públicas, assim como sobre a atribuição ilegal de licenças de exploração a uma empresa mineira chinesa.<sup>196</sup>

Além da questão do tráfico de droga e do risco de criminalização do mundo da política, o papel positivo desempenhado por uma experiência como a da Faculdade de Direito confirma a importância de uma acção a longo prazo no domínio do ensino superior, indispensável para formar agentes que possam assegurar a administração e o desenvolvimento económico do país. Nesta perspectiva, a diminuição do importantíssimo apoio prestado por Lisboa à Faculdade de Direito (designadamente através do pagamento de salários adequados ao corpo docente) é uma má notícia.<sup>197</sup> Só pode-se esperar que as autoridades guineenses estão à procura de encontrar uma solução satisfatória.

## E. DO CRESCIMENTO ECONÓMICO AO DESENVOLVIMENTO: NOVAS AMEAÇAS

É uma realidade que as questões políticas, militares e judiciais são cruciais a muito curto prazo, mas é imprescindível centrar desde já a atenção nas questões económicas. A estabilização do país é efectivamente acompanhada por uma desejada aceleração da economia, que, não obstante, coloca riscos políticos a médio-prazo.

Os indicadores económicos de curto-prazo são bons e as perspectivas são optimistas. Contudo, os indicadores de desenvolvimento estão a recuperar muito lentamente do colapso da primeira década do século XXI. A Guiné-Bissau

<sup>190</sup> Comparar, por exemplo, “‘Não somos um narco-estado apesar das nossas fragilidades’ – primeiro-ministro”, Lusa, 11 Maio de 2011, e “País longe da eficácia no combate à droga – ministro da Justiça”, Lusa, 27 de Outubro de 2011.

<sup>191</sup> Entrevistas do Crisis Group, diplomatas, polícias, agente da ONUDC e agente alfandegário, Paris, Janeiro de 2011, Dakar, Março de 2011, e Bissau, Julho de 2011.

<sup>192</sup> Comunicações electrónicas e entrevistas telefónicas do Crisis Group, diplomatas da ONU e europeus, e jornalista guineense, Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012, e “Governo desmente, Revoltosos ripostam”, PNN, 27 de Dezembro de 2011. As fontes referem um voo de origem cubana ou mexicana.

<sup>193</sup> “Guiné-Bissau : un parti d’opposition critique le déploiement de troupes angolaises”, Xinhua, 1 de Janeiro de 2012; entrevista do Crisis Group, polícia europeu, Dakar, Janeiro de 2012. Ainda que o PRS tenha tido inicialmente uma atitude favorável para com Injai, trata-se de uma confirmação da sua percepção de que Injai e Gomes Júnior são agora verdadeiros aliados.

<sup>194</sup> A Faculdade de Direito de Bissau é uma pequena estrutura bastante apoiada e enquadrada desde o início dos anos 1990

pelas autoridades portuguesas. Esta Faculdade contribui para a produção de uma interessante jovem geração de funcionários nacionais e internacionais.

<sup>195</sup> De referir, designadamente, a renovação das prisões de Bafata e Mansoa, a formação de guardas prisionais, a criação de esquadras de polícia modelo e a constituição de uma célula de luta contra a criminalidade transnacional.

<sup>196</sup> “Bissau : trois haut fonctionnaires arrêtés pour corruption”, AFP, 8 de Janeiro de 2012.

<sup>197</sup> Pela primeira vez em Fevereiro de 2011, o corpo docente da Faculdade, no qual os diplomados guineenses substituíram quase na totalidade os assistentes portugueses, entrou em greve: as autoridades guineenses ainda não descortinaram uma solução para colmatar a retirada do apoio salarial português. Comunicação electrónica do Crisis Group, antigo professor na Faculdade, Janeiro de 2012.

continua com um nível de desenvolvimento drasticamente baixo, mesmo em comparação com a restante África Ocidental. O país ocupa a 164ª posição entre 169 países na classificação do PNUD sobre o desenvolvimento humano e esteve na cauda do pelotão nos últimos dez anos, numa altura em que outros países menos desenvolvidos registaram uma melhoria do seu índice de desenvolvimento humano.<sup>198</sup> Entre 2002 e 2010, a pobreza aumentou, sendo que a população que vive com menos de um dólar por dia passou de 64,7% para 69,3%.<sup>199</sup>

Nos últimos anos, observaram-se alguns progressos no domínio da escolarização, mas esta ainda insuficiente (a taxa líquida de escolarização primária em 2010 era de 67,4% a nível nacional), desigual (os valores atingem os 87,1% em Bissau e apenas 56,5% nas zonas rurais) e discriminatória, em especial porque a qualidade do ensino varia consideravelmente de local para local. Consequentemente, o nível de formação da população activa é baixo: apenas 600 funcionários públicos, num total superior a 12.000, possuem um diploma do ensino superior.<sup>200</sup> Quanto à mortalidade infantil, esta registou uma subida entre 2000 e 2006 (de 203 para 223 óbitos de crianças com menos de um ano de idade por cada mil), mas tem vindo a diminuir desde então. Contudo, ainda é extremamente elevada (155 por cada mil, em 2010), um número bem distante dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (80 por cada mil). Também no acesso aos cuidados de saúde se observa uma grande variação entre a capital, as zonas urbanas e as zonas rurais.<sup>201</sup>

A questão das desigualdades étnicas e regionais em termos de distribuição de recursos públicos é bastante sensível e susceptível de ser politizada. Uma revisão do peso dos Balantas no exército tem mais hipóteses de ser bem sucedida, se for acompanhada de uma reflexão e acção junto desta comunidade que vive com um nível de desigualdade e sub-desenvolvimento histórico. A própria sociedade balanta está empenhada em realizar uma reflexão sobre estes temas, quer sejam os intelectuais e os homens da política<sup>202</sup> quer seja o movimento religioso profético e

sincrético Kyang-Yang.<sup>203</sup> Os territórios históricos de povoamento da comunidade balanta – as zonas de Mansoa, Catió, Bissora e Fulacunda – devem ser objecto de uma atenção especial.<sup>204</sup>

Além disso, caso o crescimento económico se confirme, irá suscitar novas tensões. O domínio fundiário constitui o primeiro foco de tensão. A explosão da produção do caju, mas também o crescimento da cidade de Bissau, as perspectivas de desenvolvimento turístico (designadamente no arquipélago dos Bijagós, assim como na região de Varela, na fronteira com o Senegal) e o relançamento do projecto do porto de águas profundas de Buba, intensificaram a corrida aos terrenos em diferentes regiões. As redes políticas desempenham um papel importante nesta matéria. Nos últimos anos, alguns investidores construíram patrimónios fundiários consideráveis.<sup>205</sup> Por exemplo, Buba assistiu a uma corrida aos terrenos de natureza especulativa na qual as elites de Bissau ficaram com a melhor fatia.

Por seu turno, esta nova penetração económica exerce uma pressão inédita sobre os recursos naturais. Apesar da Guiné-Bissau contar, em simultâneo, com uma forte tradição de resistência dos povos das aldeias e uma poderosa rede de organizações não-governamentais bastante envolvidas nas questões dos recursos naturais, o equilíbrio entre abertura económica, princípios ecológicos e justiça social é muito difícil de alcançar. As tensões decorrentes da pressão colocada sobre a pesca para exportação ao largo do Arquipélago dos Bijagós são bem conhecidas.<sup>206</sup> Contudo, outros sectores também estão a ser afectados. Os aldeões que vivem em redor da reserva florestal de Cantanhez, no sul do país, resistiram aos cortes florestais abusivos de uma empresa chinesa. Conseguiram ganhar a batalha, mas parece que os danos foram significativos e a empresa descolou-se para outras zonas não protegidas.<sup>207</sup>

Uma das grandes clivagens históricas que reina no país é a que separa as elites urbanas e as populações rurais do interior do país (em especial os Balantas, mas seguramente que também os Bijago, os Nalu ou os Biafada). A composição das redes económicas que estão em vias de se estru-

<sup>198</sup> O IDH cresceu a uma média de 0,9% ao ano entre 2000 e 2010, enquanto que a média da África Subsariana se cifrou nos 2,1%. “Segundo Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza”, República da Guiné-Bissau, Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, Junho de 2011, p. 5.

<sup>199</sup> Ibid, p. 6.

<sup>200</sup> “Recenseamento biométrico detecta 4 mil funcionários fantasma do Estado da Guiné-Bissau”, Lusa, 23 de Julho de 2010.

<sup>201</sup> República da Guiné-Bissau, Ministério da Economia, do Plano e Integração Regional, “Segundo Relatório de Seguimento e Avaliação do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza 2009-2010”, 30 de Agosto de 2010, p. 16.

<sup>202</sup> Entrevistas do Crisis Group, Bissau, Julho de 2011.

<sup>203</sup> Carlos Cardoso, “Ki-Yang-Yang: uma nova religião dos Balantas?”, *Soronda. Revista de Estudos Guineenses*, n°7 (Janeiro de 1989), p. 31-62; Inger Callewaert, *The Birth of Religion among the Balanta of Guinea-Bissau* (University of Lund, 2000).

<sup>204</sup> Ver a cartografia proposta por Álvaro Nóbrega, *A luta pelo poder na Guiné-Bissau*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (2003), p. 71.

<sup>205</sup> Entrevista do Crisis Group, empresário guineense, Bissau, Julho de 2011.

<sup>206</sup> Raul Mendes Fernandes, “Conflitualidade nas pescas e no turismo nas Ilhas Bijagós”, *Soronda. Revista de Estudos Guineenses* (Dezembro de 2008), p. 259-272.

<sup>207</sup> Entrevista do Crisis Group, responsável guineense de uma ONG, Bissau, Julho de 2011.

turar e o seu modo de penetração no interior são, assim, variáveis políticas determinantes.

As divisões não existem apenas entre os próprios guineenses. A vantagem comparativa (acesso ao crédito ou a redes comerciais, formação profissional, domínio do francês) que muitos “estrangeiros” possuem (oriundos designadamente do Senegal, da Mauritânia ou da Guiné-Conacri) poderá causar problemas. Recentemente, um deputado criticou o uso do véu islâmico nos mercados, um costume pouco compatível com a tradição da Guiné-Bissau, referindo-se assim ao peso do povo Peul da Guiné-Conacri, seguidores de um Islão mais rigoroso.<sup>208</sup> Os projectos mineiros já suscitam igualmente algumas preocupações, visto que os nacionais da Guiné-Conacri – um país com uma longa tradição na exploração mineira – estão bem colocados para garantirem os empregos mais interessantes. Alguns jovens guineenses queixam-se que o domínio do francês é exigido cada vez mais em diferentes sectores urbanos em crescimento (banca, telecomunicações, ONG e organizações internacionais). Ao mesmo tempo, os jovens diplomados do Senegal ou do Mali vêm tentar a sua sorte no pequeno mercado de trabalho local de Bissau, onde a oferta e a procura ainda não estão devidamente ajustadas.<sup>209</sup>

Tudo isto ocorre ao mesmo tempo que existe uma enorme interpenetração entre o sistema económico e o sistema político e a transparência e a concorrência são limitadas. À semelhança do resto de África, a liberalização económica que teve o seu início em meados dos anos 80 beneficiou, primeiramente, um pequeno grupo de homens políticos transformados na ocasião em homens de negócios, que se apropriaram de contratos, empresas públicas e títulos de propriedade. Não raras vezes, o próprio Primeiro-Ministro é considerado uma das pessoas que tirou mais partido da situação à época.<sup>210</sup> A sua trajectória parece ter-se tornado numa espécie de modelo. Os intervenientes que combinam com maior frequência os cargos mais variados: homens políticos, comerciantes, empresários, investidores imobiliários, responsáveis de ONG, consultores, até mesmo funcionários de organizações internacionais. Assim, o governo é constituído em parte por diversos homens de negócios que estão entre os mais importantes do país,<sup>211</sup>

fazendo com que a linha que separa os dois mundos seja muito ténue.

Os projectos e os contratos relativos aos recursos do subsolo suscitam uma preocupação especial devido à falta de transparência, quer se trate da bauxite de Boé, dos fosfatos de Farim, do petróleo offshore ou das areias mineralúrgicas de Varela.<sup>212</sup> A empresa suíça GB Minerals, responsável pelo projecto dos fosfatos, parece querer dar o exemplo, quebrando assim o que um interveniente do sector qualifica como “tabu”.<sup>213</sup> Após um longo período de inactividade devido à ausência de parceiros financeiros, a empresa organizou, em Abril de 2011, uma cerimónia para celebrar o início da segunda fase de prospecção. Esta cerimónia foi o palco de um aceso debate na presença do Ministro dos Recursos Naturais e de um conjunto de organizações não governamentais nacionais e internacionais. A GB Minerals apresentou os detalhes acerca do seu projecto e comprometeu-se a realizar uma avaliação de impacto ambiental de acordo com as directivas do Banco Mundial e referenciais validados por um organismo governamental, a Célula de Avaliação de Impacto Ambiental.<sup>214</sup>

As informações acerca dos outros projectos são bem mais raras, o que gera críticas por parte da sociedade civil.<sup>215</sup> Por exemplo, muitas pessoas em Bissau questionam a execução do projecto angolano no domínio da bauxite, assinado por Nino Vieira (já falecido) e, segundo parece, em seu benefício,<sup>216</sup> agora depois do falecimento deste. Existem ou não accionistas privados guineenses na mesa de negociações Bauxite-Angola? Caso a resposta seja afirmativa, quem são? A ausência de uma resposta definitiva

---

próprio partido, a Aliança Democrática, sendo que é o único deputado do mesmo na ANP. A oposição também conta igualmente com alguns homens de negócios e empresários mas, geralmente, com um peso menor do que os do PAIGC.

<sup>212</sup> As areias mineralúrgicas são areias ricas em minerais raros, designadamente, titânio e zircão, que atraem cada vez mais investidores em toda a África.

<sup>213</sup> Comunicações electrónicas do Crisis Group, agentes de uma ONG internacional, Novembro de 2011.

<sup>214</sup> Os proprietários suíços da GB Minerals já venderam 50% da empresa (e deverão vender a totalidade até 2013) à Plains Creek, um consórcio de investidores canadianos e chineses. O investimento previsto ascende a 300 milhões de dólares (incluindo 100 milhões de fundos próprios). A exploração deve ter início em 2013 e deve gerar um volume de negócios anual na ordem dos 200 milhões de dólares, durante um período mínimo de 25 anos. “A production & development project. Phosphate in Guinea Bissau, West Africa”, Plains Creek Phosphate, Maio de 2011.

<sup>215</sup> “Exploração da bauxite em Boé”, *Boletim de informação sobre petróleo e minas na Guiné-Bissau*, n° 0, Outubro de 2011, p. 5.

<sup>216</sup> De acordo com várias fontes, o contrato assinado teria garantido ao presidente Vieira uma parte do capital em seu próprio nome. Entrevistas realizadas pelo Crisis Group, alto funcionário e políticos guineenses, Bissau, Julho de 2011, Paris, Dezembro de 2011.

---

<sup>208</sup> Entrevista do Crisis Group, diplomata da ONU, Bissau, Julho de 2011.

<sup>209</sup> Entrevistas do Crisis Group, jovens diplomados da Guiné-Bissau, Senegal e Mali, Setembro de 2009 e Junho de 2010.

<sup>210</sup> Ver nota de rodapé 55.

<sup>211</sup> O empresário Botché Candé, Ministro do Comércio e Deputado do PAIGC, teria desenvolvido a sua influência política através do financiamento das campanhas de diversos deputados do seu partido. Braima Camará, Presidente da Câmara de Comércio, proprietário do Hotel Malaika e homem de negócios, também é deputado do PAIGC. Quanto a Victor Mandinga, antigo Ministro e importante actor no comércio do caju, tem o seu



a estas duas simples questões coloca um problema.<sup>217</sup> Quanto à recente colocação em causa de vários altos funcionários que estariam envolvidos na emissão ilegal de uma licença de exploração de areias mineralúrgicas a uma empresa chinesa não identificada, tal não é mais do que o início de um processo judiciário, pelo que será necessário esperar pela sua conclusão para que se possa esclarecer a situação no sector.<sup>218</sup>

A oposição não deixa de denunciar o nepotismo do regime e a reciclagem das antigas figuras próximas de Nino Vieira, principais beneficiadas com as privatizações das décadas de 80 e 90. A oposição condena a formação de uma verdadeira *dividocracia*, assente no acesso ao crédito bancário, aos reembolsos da dívida pública interna e às indemnizações pagas pelo Estado – ou seja, pelos seus credores – aos empresários supostamente afectados pela guerra de 1998-1999. O advogado e opositor Silvestre Alves, chefe do MDG, é o crítico mais talentoso desta elite político-empresarial.<sup>219</sup> A rede familiar de Carlos Gomes Júnior tem estado nas bocas das gentes de Bissau<sup>220</sup> e cada adjudicação de obra pública suscita comentários. Algumas figuras denunciam uma evolução seguindo o modelo do Gabão e da Guiné Equatorial. Com o dinheiro da comunidade internacional e sob a protecção angolana,<sup>221</sup> uma pequena elite político-económica, que controla as explorações dos recursos naturais e organiza as privatizações em seu benefício, poderia estabelecer uma hegemonia ímpar, tornando o PAIGC num partido único *de facto*.<sup>222</sup>

De modo a que esta fase de expansão económica não resulte num enfraquecimento da legitimidade do poder e contribua verdadeiramente para o desenvolvimento do país, em vez de promover a sua instabilidade, é indispensável começar a trabalhar desde já no domínio da governação económica e da transparência. Uma adesão rápida à Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas (ITIE), proposta pela sociedade civil,<sup>223</sup> impõe-se. Todos os contratos assinados no domínio dos recursos naturais, madeira, pescas ou minas, devem ser objecto de publicação e ser submetidos à Assembleia Nacional Popular.

---

<sup>217</sup> Entrevistas do Crisis Group, diplomatas europeus e alto funcionário guineense, Bissau, Julho de 2011.

<sup>218</sup> Ver nota 196. O caso coloca igualmente a questão da responsabilidade de quem à época tutelava estes altos funcionários, Oscar “Cancan” Barbosa, uma pessoa próxima do Primeiro-Ministro.

<sup>219</sup> “A segunda voz a dizer ‘não’ à Missang : MDG ‘contra a vinda da tropa angolana’ porque ‘não vai servir para nada...’”, *Gazeta de Notícias* (gaznot.com), 3 de Abril de 2011.

<sup>220</sup> Recentemente, o filho do Primeiro-Ministro foi nomeado para um cargo diplomático em Macau, centro nevrálgico para as relações económicas entre o mundo lusófono e a China. A sua filha ocupa uma posição chave no Banco da África Ocidental, um dos seus genros é Secretário de Estado dos Transportes e das Comunicações, enquanto que outro é conselheiro do Governo. Por seu turno, o pai deste último é Ministro da Justiça. As ligações entre o círculo próximo do Primeiro-Ministro e a Ascon, uma empresa de obras públicas a quem foram adjudicadas inúmeras empreitadas, são bastante criticadas. Tendo em conta o carácter extremamente restrito da burguesia neste pequeno país, este tipo de promiscuidade é pouco surpreendente, e obviamente que o Primeiro-Ministro não é a única pessoa envolvida.

<sup>221</sup> Perspectiva-se a privatização de empresas públicas que operam no sector dos telefones, água, electricidade e do porto e aeroporto de Bissau.

<sup>222</sup> Entrevistas do Crisis Group, membros de ONG e jornalistas, Bissau, Julho de 2011.

---

<sup>223</sup> Comunicações electrónicas do Crisis Group, membros de ONG, Novembro de 2011.

#### IV. EPÍLOGOS: A IRRESISTÍVEL HEGEMONIA DE CARLOS GOMES JÚNIOR?

A 26 de Dezembro de 2011, enquanto o Presidente Sanhá estava uma vez mais hospitalizado em França e era negociado o memorando de entendimento acerca da RSS, Bissau viveu mais um dia agitado. Bem cedo, os militares dirigiram-se a diversos quartéis da capital para se apoderarem das armas. Foram disparados tiros, mas que, aparentemente, não causaram mortos. Enquanto que Carlos Gomes Júnior se refugiou sob protecção angolana, António Injai assumiu o controlo da situação com o apoio dos paracomandos da base aérea, que lhe são reconhecidos fiéis, bem como com reforços vindos do campo militar de Mansoa, situado a sessenta quilómetros de Bissau. O Contra-Almirante Bubo na Tchuto, que tinha convocado uma conferência de imprensa para o meio-dia com vista a negar qualquer envolvimento, foi detido após ter respondido a uma convocatória do Governo ou do Estado-Maior Geral. Ele foi imediatamente retirado de Bissau e transferido para o campo de Mansoa.

As detenções e perseguições resultaram em prisões e apreensões de armas. Várias dezenas de pessoas, entre as quais diversos oficiais de alta patente, foram detidas, sendo que algumas foram imediatamente libertadas. Entre 30 de Dezembro de 2011 e 6 de Janeiro de 2012, o Comité Internacional da Cruz Vermelha visitou 38 militares detidos.<sup>224</sup> O antigo ministro Marcelino “Djoy” Cabral entregou-se à polícia e o deputado Roberto Cacheu ainda está a monte. Por agora, as fontes disponíveis citam apenas quatro feridos, entre os quais o General Watna na Lai, conselheiro do estado maior e Cletche na Ghana, actual Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, supostos responsáveis pela tentativa de golpe de estado, e dois mortos. Tratam-se de um polícia que participou nas operações de busca e o seu assassino, morto pelos colegas da vítima enquanto este negociava a sua rendição e se entregava à polícia, acompanhado por militantes dos direitos do homem. Este incidente, condenado por todas as partes, ilustra na perfeição a força da lógica de vingança e impunidade que impera. Inúmeros representantes do governo marcaram presença nas cerimónias fúnebres do polícia, lado a lado com os polícias responsáveis pela morte do assassino, aos quais não foi aplicada nenhuma sanção.<sup>225</sup>

Como sempre, circularam informações contraditórias. Numas vezes, as diferentes autoridades falaram de uma ten-

tativa de golpe de estado, noutras, de um problema menor, do foro interno do exército.<sup>226</sup> A 29 de Dezembro, António Injai e dois supostos putschistas descreveram um verdadeiro projecto de tomada de poder associando o General Watna na Lai e o deputado Roberto Cacheu, com base no descontentamento relativo às condições de vida nas casernas.<sup>227</sup> Na Lai e Cacheu, outrora influentes e actualmente marginalizados, têm em comum o facto de terem um motivo para atacar Carlos Gomes Júnior e Injai.<sup>228</sup>

Por outro lado, a versão oficial não refere nada sobre o eventual envolvimento de na Tchuto. Tendo em conta as relações entre este e Injai, não é de descartar a sua participação. A oposição e determinadas fontes diplomáticas fazem alusão a uma deterioração das relações entre os dois homens no seguimento da entrega recente de um ou dois carregamentos de cocaína.<sup>229</sup> Segundo as fontes, na Tchuto estava descontente por subitamente se ter visto excluído deste lucrativo tráfico, tão importante para a manutenção das clientelas militares. Além disso, uma fonte diplomática afirma que na Tchuto tinha conhecimento da tentativa de golpe de estado, mas deixou-a desenrolar-se e, ainda por cima, tinha se recusado a enviar os seus homens em auxílio de Injai.<sup>230</sup> Apesar de não faltarem motivos para atacar Injai, porque é que na Tchuto respondeu tão facilmente à convocatória que resultou na sua detenção? Porque se sente protegido pela sua influência no exército ou, pelo contrário, porque se apercebeu do reforço

<sup>226</sup> O primeiro comunicado do Governo refere apenas “ataques” e não menciona nenhum nome. “Comunicado”, República da Guiné-Bissau. Gabinete do Primeiro-Ministro, 26 de Dezembro de 2011. Ver também “Governo negou alegada tentativa de golpe militar em Bissau”, 26 de Dezembro de 2011.

<sup>227</sup> “Apresentadas alegadas provas de tentativa de golpe”, Lusa, 29 de Dezembro de 2011. Carlos Gomes Júnior confirmou esta versão no dia seguinte, tendo o cuidado de assinalar que tinha recebido estas informações do Chefe do Estado-Maior. “Havia um plano para me assassinar”, Lusa, 30 de Dezembro de 2011.

<sup>228</sup> Veterano da Guerra da Independência e da Guerra Civil de 1998-1999 contra Vieira, Watna na Lai tinha deixado de ser Chefe do Exército em 2004, após a morte do Chefe de Estado-Maior Geral Veríssimo Seabra Correia. Posteriormente, foi reintegrado como mero conselheiro do Estado-Maior. O seu nome tinha sido avançado para dirigir o Estado-Maior Geral após a morte de Tagme na Wai, em Março de 2009, mas foi Zamora Induta que ganhou o lugar, apoiado por Carlos Gomes Júnior. Quanto a Roberto Cacheu, um homem próximo de Nino Vieira e acérrimo opositor do Primeiro-Ministro, tinha sido recentemente excluído do PAIGC. Marcelino Cabral também é uma figura marginal no seio do PAIGC; Ministro da Defesa sob a Presidência de Kumba Yalá, possui ligações no seio das forças armadas.

<sup>229</sup> Ver a secção III.D. “L’opposition se demande si les troubles militaires ne sont pas liés au trafic de drogue en Guinée-Bissau”, Xinhua, 29 de Dezembro de 2011.

<sup>230</sup> Entrevista telefónica do Crisis Group, diplomata, Janeiro de 2012.

<sup>224</sup> “Guinée Bissau – Visite du CICR aux soldats arrêtés après le putsch raté du 26/12”, AFP, 10 de Janeiro de 2012.

<sup>225</sup> Entrevista do Crisis Group, pessoa que assistiu ao funeral do polícia assassinado, Dakar, Janeiro de 2011.

da influência de Injai e de Gomes Júnior? E como compreender a sua detenção? Uma mera manobra preventiva que decorre da incerteza do momento? Uma manobra do poder para se desembaraçar de uma figura demasiado influente no exército e excessivamente incómoda, começando, assim, a responder às exigências da comunidade internacional em matéria de renovação da hierarquia militar?

A Portuguese News Network (PNN), uma agência noticiosa tradicionalmente próxima do governo, considera, em todo o caso, que os acontecimentos são um “terreno fértil para a promoção de novos chefes militares e a formação de novos quadros, uma etapa decisiva para a reforma do sector da defesa e da segurança”.<sup>231</sup> Congratulando-se pela liderança angolana, a PNN realça igualmente que “António Indjai já manifestou a sua disponibilidade para se demitir das suas funções” e que esta é uma das “exigências” impostas por Angola, que teria oferecido ao actual Chefe do Estado-Maior “condições privilegiadas” para abandonar o cargo. Por fim, a PNN calcula que tudo depende da manutenção da confiança nos responsáveis actuais, sempre ameaçada pelos “interesses pessoais” e as “alianças de interesses em constante mudança”. A oposição condenou a tentativa de golpe de estado, mas algumas vozes já denunciaram uma manipulação com o intuito de afastar figuras problemáticas. Apesar de estarem informadas, através das escutas telefónicas, dos preparativos para a conspiração, as autoridades tê-la-ão deixado desenrolar para que pudesse servir de motivo para uma limpeza político-militar. Alguns países ocidentais também parecem desconfiados e a suspeição foi discretamente abordada no comunicado da Presidência que faz alusão ao fracasso do diálogo e se interroga acerca dos verdadeiros motivos do episódio.<sup>232</sup> Quanto à oposição, alguns dos seus representantes criticaram o Primeiro-Ministro por ter procurado protecção junto dos angolanos e denunciaram a ingerência de Luanda na vida política guineense.<sup>233</sup>

Ainda é demasiado cedo para haver um juízo final sobre os eventos de Dezembro de 2011. Independentemente do grau de política e de instrumentalização neste episódio, ele confirma vários pontos: a persistência de fortes tensões no panorama político-militar guineense, mas também a resiliência da aliança entre Carlos Gomes Júnior e António Injai (com o apoio angolano). Nesta perspectiva, quer tenha sido uma tentativa desesperada de figuras marginali-

zadas e/ou uma manobra de sucesso do poder, o 26 de Dezembro de 2011 é semelhante ao 1 de Abril de 2010 mas ao contrário, ou seja, constitui uma importante etapa de afirmação do regime de Gomes Júnior.

Uma incógnita persiste: qual é o futuro de na Tchuto? Circularam rumores acerca da sua libertação iminente ou com a ajuda dos seus partidários em Mansoa.<sup>234</sup> Quer seja inocente ou não, o que fazer com na Tchuto? A sua polémica detenção é um testemunho do seu enfraquecimento ou fará dele um mártir, o único resistente à aliança entre Gomes Júnior e Injai, e, como tal, um perigo? Uma fonte menciona o descontentamento dos militares balantas, alimentado por determinados actores políticos.<sup>235</sup> como é que Injai foi capaz de enganar o seu camarada na Tchuto em benefício do Primeiro-Ministro? Simetricamente, observa-se um sentimento anti-balanta nas fileiras da polícia de elite que protegeu este último sendo que alguns deles vêem os militares balantas como o último obstáculo ao desenvolvimento.<sup>236</sup> Estas duas dinâmicas são inquietantes e poderão resultar em novas tensões entre segmentos opostos de forças de segurança. Mas as forças de mediação e estabilização continuam a operar, para além do mero alinhamento comunitário. O altamente respeitado oficial balanta Bitchofla na Fafé opôs-se publicamente à tentativa de golpe de estado de Watna na Lai. No plano internacional, o episódio confirmou o envolvimento angolano, mas parece que também possibilitou um avanço nas relações entre a CEDEAO e a CPLP. Agora, é evidente que a presença angolana funciona como uma garantia de segurança para Gomes Júnior. Luanda reagiu muito rapidamente à situação. O ministro da Defesa deslocou-se imediatamente a Bissau, anunciando a disponibilização de uma ajuda financeira no valor de 16,5 milhões de dólares para reabilitar as infra-estruturas do exército, numa forma de encorajar os soldados guineenses a promoverem a estabilidade.<sup>237</sup> Quanto ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, Georges Chicoti, deslocou-se à Nigéria, que actualmente preside à CEDEAO, e ao Gana, e reuniu-se em Luanda com o Presidente da Nigéria,<sup>238</sup> com o intuito de relançar

<sup>231</sup> “Guiné-Bissau : Major Iaia Dabo morto”, PNN, 28 de Dezembro de 2011.

<sup>232</sup> República da Guiné-Bissau. Presidência da República, “Comunicado”, 29 de Dezembro de 2011. O comunicado do Governo de 26 de Dezembro coloca pela primeira vez Raimundo Pereira como Presidente, em regime provisório, enquanto que o comunicado da Presidência relembra que o Presidente é Malam Bacai Sanhá.

<sup>233</sup> “Guiné-Bissau : Angolanos são ‘força de ocupação estrangeira’”, Voz da América, 28 de Dezembro de 2011.

<sup>234</sup> Entrevistas telefónicas do Crisis Group, jornalistas guineenses e diplomatas, Dezembro de 2011 e Janeiro de 2012.

<sup>235</sup> Entrevista telefónica do Crisis Group, diplomata da ONU, Janeiro de 2012.

<sup>236</sup> Entrevista do Crisis Group, pessoa próxima da polícia guineense, Dakar, Janeiro de 2012.

<sup>237</sup> “L’Angola débloque 16,5 millions USD pour réhabiliter les infrastructures de l’armée bissau-guinéenne”, Xinhua, 8 de Janeiro de 2012.

<sup>238</sup> O partido do Presidente Issoufou pertence à Internacional Socialista, tal como o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) no poder em Luanda. Issoufou fez escala em Luanda, quando se deslocava para a África do Sul a fim de participar na celebração do 100º aniversário do Congresso Nacional Africano. As redes de movimentos de libertação e, no sentido mais amplo, da esquerda africana parecem ser uma realidade.

o diálogo entre a CEDEAO e a CPLP. Algumas fontes afirmam que uma parte do montante da CEDEAO (8 milhões de dólares) acabou por ser canalizada para o fundo de pensões.<sup>239</sup> Contudo, não deixa de ser interessante e significativo o facto de Dakar não ter feito parte do itinerário de Chicoti.

Ao mesmo tempo, deve se saudar a participação da União Africana. De facto, o Presidente da Comissão da UA, Jean Ping, deslocou-se a Bissau pouco depois de 26 de Dezembro, à Gambia e ao Burkina Faso. Solicitou a intervenção do Presidente deste último, Blaise Compaoré, que aceitou a proposta após ter recebido um pedido nesse sentido da CEDEAO.<sup>240</sup> Ainda que Compaoré tenha um passado marcado por relações problemáticas com as autoridades angolanas, conta com uma vasta experiência na mediação discreta e na gestão de exércitos “difíceis” e talvez possa ser útil à consolidação interna e à melhoria das relações entre a CEDEAO e Angola.

Como contraponto político a esta agitação militar, a 9 de Janeiro de 2012, foi anunciada a morte do Presidente Malam Bacai Sanhá, que se encontrava hospitalizado desde 26 de Novembro de 2011 em Paris. A Constituição não deixa margem para dúvidas neste ponto: é o Presidente da Assembleia Nacional, Raimundo Pereira, membro do PAIGC e próximo do Primeiro-Ministro, que substitui o Presidente da República em caso de morte ou incapacidade definitiva; as eleições devem realizar-se num prazo de 60 dias.<sup>241</sup> A coligação da oposição liderada pelo PRS e o PRID expressou imediatamente a sua discórdia face a um regime transitório de Pereira, argumentando que este tinha o poder de substituir o Procurador-Geral e, como tal, poderia influenciar o processo judicial em curso acerca das mortes de 2009.<sup>242</sup> Ainda que este protesto não tenha impedido a transição prevista, confirma claramente que, pelo menos, uma parte da oposição vê a hegemonia de Gomes Júnior como uma verdadeira ameaça. O PAIGC tem grandes hipóteses de sair vitorioso de um novo escrutínio presidencial. Contudo, é possível que seja destruído pelas lutas internas para a investidura, uma vez que várias figuras proeminentes do partido nunca esconderam as suas ambições presidenciais. No entanto, parece provável que

Gomes Júnior tenha uma voz preponderante neste processo. Tendo em conta o carácter mais parlamentar do regime actual,<sup>243</sup> não é seguro que ele próprio se apresente como candidato. Tal como em 2009, ele poderá apoiar a candidatura de Raimundo Pereira.<sup>244</sup> Kumba Yalá representará muito provavelmente o PRS, e é igualmente plausível uma candidatura de Henrique Rosa, candidato independente bastante convincente em 2009 e que, desde então, tem estado a reflectir sobre o seu futuro político. Provavelmente, é entre estes três homens ou os seus três campos que a luta se irá desenrolar, mas o PAIGC parte com uma vantagem indiscutível.

A Guiné-Bissau possui uma experiência muito curta em termos de organização de eleições. A primeira eleição pluralista remonta a 1994. Existe uma Comissão Nacional de Eleições (CNE), uma estrutura dirigida pelo antigo deputado do PAIGC, Desejado Lima da Costa. A organização das eleições presidenciais de 2009 foi relativamente satisfatória e não suscitou sérias contestações. Mesmo após o assassinato do Presidente Vieira, em Março de 2009, o prazo previsto (60 ou 90 dias, segundo os textos) foi cumprido à risca, uma vez que a primeira volta das eleições se realizou no final de Junho de 2009. A 17 de Janeiro, Raimundo Pereira, que tinha sido finalmente reconhecido pela oposição como Presidente da República provisório, recebeu a CNE e os representantes dos partidos políticos para abordar o tema das próximas eleições. O Presidente da CNE afirmou que, tecnicamente, as eleições poderiam ser organizadas no prazo de 60 dias e que seria necessário um montante de 3 milhões de euros.<sup>245</sup> O escrutínio de 2009, com um custo estimado inferior a 5 milhões de dólares, foi financiado em 50% pela UE. Desta vez, a CNE solicitou apoio a Angola.<sup>246</sup>

Ainda que seja demasiado tarde para aplicar as reformas estruturais propostas pela missão de observação eleitoral

<sup>239</sup> Comunicação electrónica e entrevista telefónica do Crisis Group, diplomatas, Janeiro de 2012.

<sup>240</sup> “Crise en Guinée-Bissau : l’UA sollicite la médiation du président”, RFI, 31 de Dezembro de 2011; “West Africa : Compaore to mediate in Guinea Bissau”, *Daily Nation*, 8 de Janeiro de 2012.

<sup>241</sup> Pelo menos é o que está previsto no artigo 71.º da Constituição de 1996. Contudo, parece que o código eleitoral prevê um regime transitório que se pode prolongar até um máximo de 90 dias.

<sup>242</sup> “L’opposition bissau-guinéenne refuse le président de l’Assemblée nationale comme président intérimaire”, RFI, 10 de Janeiro de 2012.

<sup>243</sup> A reforma da Constituição já teve início e uma comissão trabalha no tema na Assembleia Nacional, com o apoio da UNIO-GBIS. Algumas pessoas avançam com a hipótese de um regime presidencialista rotativo, no fim do qual Carlos Gomes Júnior se faria eleger Presidente da República, assim colocando um ponto final no dualismo existente. Entrevista telefónica do Crisis Group, político guineense, Dezembro de 2011. Contudo, tendo em conta que as eleições terão de ter lugar no prazo de 60 dias, será que é verdadeiramente plausível uma reforma constitucional tão rápida?

<sup>244</sup> O artigo 71.º da Constituição de 1996, que versa sobre o regime presidencial transitório do Presidente da Assembleia Nacional, não exclui este último da eleição presidencial.

<sup>245</sup> “Guinée-Bissau : concertation avec les partis sur la présidentielle anticipée”, AFP, 17 de Janeiro de 2012; “Guiné-Bissau: Eleições Presidenciais antecipadas dominam agenda política”, PNN, 17 de Janeiro de 2012.

<sup>246</sup> “Conselho Nacional Eleitoral da Guiné-Bissau pede apoio de Angola”, Angop, 18 de Janeiro de 2012.

da UE em 2009,<sup>247</sup> importa ter em atenção alguns problemas que marcaram o escrutínio de 2009. Em primeiro lugar, parece que os meios de comunicação social (como a rádio e a televisão), se depararam com problemas para realizar uma cobertura equilibrada, designadamente no momento decisivo, ou seja, na segunda volta das eleições.<sup>248</sup> Depois, é imprescindível que os cadernos eleitorais sejam revistos, a fim de possibilitar que os jovens eleitores votem; na verdade, estes cadernos já não são revistos desde 2008, e menos de 4% das pessoas registadas tinham então entre 18 e 28 anos.<sup>249</sup> Acima de tudo, o Estado e os credores devem debruçar-se rapidamente sobre a questão orçamental. Ocorrida imediatamente após os eventos de 26 de Dezembro de 2011, a morte de Sanhá, que parece que irá ajudar a consagrar a hegemonia do Primeiro-Ministro no seio do PAIGC e no Estado, poderia igualmente incitar à radicalização de alguns dos seus adversários e a novas aventuras político-militares. Na realidade, Sanhá tinha conseguido exercer uma espécie de função de mediação no panorama muito instável de Bissau. Reste saber também se a hegemonia do Primeiro-Ministro beneficiará verdadeiramente a população guineense. Os acontecimentos de Dezembro de 2011, pouco encorajantes na perspectiva da luta contra o tráfico de cocaína – apesar dos protestos do Primeiro-Ministro<sup>250</sup> – e do respeito do Estado de Direito, deixam efectivamente em aberto a questão da qualidade da actual estabilidade.

## V. CONCLUSÃO

O dia 1 de Abril de 2010 e as reacções enérgicas de uma parte dos parceiros internacionais do país, longe de terem enviado a Guiné-Bissau para a casa partida, forçaram as facções político-militares dominantes a chegarem a um entendimento. Angola desempenhou um papel bastante específico na construção deste novo equilíbrio que parece que beneficia, sobretudo, o Primeiro-Ministro Carlos Gomes Júnior. O falecimento do Presidente Sanhá irá, provavelmente, acentuar esta tendência. A estabilidade assim obtida permitiu uma melhoria das contas públicas e um crescimento económico ímpar. Os acontecimentos de 26 de Dezembro de 2011 constituíram uma espécie de teste à solidez do regime de Carlos Gomes Júnior. Ainda que estejam muitas questões por responder, os vencedores já são conhecidos: Gomes Júnior e o Chefe do Estado-Maior, o General António Injai.

Agora, importa ir mais além desta estabilidade conjectural e dos compromissos nos quais esta assenta, para trabalhar ao nível das estruturas, de modo a dar início a um ciclo virtuoso baseado no apoio dos investidores, crescimento económico, melhoria das contas públicas, rendimentos fiscais, desenvolvimento equitativo, pagamento dos salários e melhoria das condições de trabalho dos agentes do Estado, obediência dos militares e estabilidade política.

Obviamente que permanecem as dúvidas quanto à visão que o exército e os seus chefes têm acerca do processo em curso: o equilíbrio entre feitos concretos, pressões e promessas é adequado? A articulação entre a RSS e a renovação da hierarquia não corre o risco de bloquear todo o processo? Não há tempo para hesitações: é imprescindível que determinados actores internacionais se envolvam decididamente na reforma, no âmbito da qual o fundo de pensões desempenha um papel crucial e, como tal, deve ser criado rapidamente.

É fundamental manter o nível de envolvimento internacional, mas também o nível de tensão e pressão que levou os actores guineenses a construírem os compromissos executados entre 2010 e 2011. Além disso, é indispensável que os actores internacionais mais directamente envolvidos, a começar por Angola e os vizinhos da África Ocidental, cheguem a um verdadeiro acordo de fundo acerca do seu envolvimento no país.

**Dakar/Bruxelas, 23 de Janeiro de 2012**

<sup>247</sup> A missão de observação da UE tinha recomendado que se passasse de uma CNE “política”, eleita pela Assembleia Nacional, para uma CNE mais técnica. O carácter quase paritário da CNE “política” funcionou suficientemente bem até ao presente, sem colocar nenhum problema. Em caso de desequilíbrio muito forte do jogo político em favor de um dos campos, o mecanismo poderá funcionar de forma menos satisfatória. “Guinea Bissau. Final Report. Early Presidential Election 28 June-26 July 2009”, Missão de Observação Eleitoral da União Europeia, p. 42.

<sup>248</sup> Ibid, p. 31.

<sup>249</sup> Ibid, p. 19-20.

<sup>250</sup> Gomes Júnior declarou na ocasião que “Houve sempre essas denúncias mas nunca nos foi dado nenhum apoio para que efectivamente se comprove que existe essa interligação [entre as forças de defesa e o narcotráfico]”. “Reforma da defesa na Guiné-Bissau vai começar”, *Voz da América*, 4 de Janeiro de 2012.





## **APÊNDICE B**

### **LISTA DOS ACRÓNIMOS**

---

ANP	Assembleia Nacional Popular
UNIOGBIS	Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné-Bissau
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CNE	Comissão Nacional de Eleições
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
TPI	Tribunal Penal Internacional
ITIE	Iniciativa para a Transparência nas Indústrias Extractivas
FMI	Fundo Monetário Internacional
LGDH	Liga Guineense dos Direitos Humanos
MDG	Movimento Democrático Guineense
MISSANG	Missão de Segurança de Angola na Guiné-Bissau
ONUDC	Gabinete das Nações Unidas contra a Droga e a Criminalidade
PAIGC	Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde
PNN	Portuguese News Network
PRID	Partido Republicano para Independência e Desenvolvimento
PRS	Partido para a Renovação Social
RSS	Reforma do Sector da Segurança
UEMOA	União Económica e Monetária da África Ocidental

## APÊNDICE C

### CRONOLOGIA DOS PRINCIPAIS EVENTOS POLÍTICOS

---

**24 de Setembro de 1973**

Proclamação da independência pelo PAIGC

**10 de Setembro de 1974**

Reconhecimento da independência da Guiné-Bissau e de Cabo Verde por Portugal

**14 de Novembro de 1980**

Golpe de estado bem sucedido de João Bernardo “Nino” Vieira contra o Presidente Luis Cabral

**8 de Maio de 1991**

Adopção do multipartidarismo

**2 de Maio de 1997**

Adopção do Franco CFA como moeda nacional, após a adesão da Guiné-Bissau à União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), à data exclusivamente composta por países francófonos

**7 de Junho de 1998**

Revolta militar liderada pelo Chefe do Estado-Maior destituído, Ansumana Mané

**7 de Maio de 1999**

Vitória de Mané sobre “Nino” Vieira

**24 de Novembro de 2000**

Primeira volta da eleição presidencial e vitória relativa do PRS nas eleições legislativas

**16 de Janeiro de 2000**

Eleição de Kumba Yalá na segunda volta da eleição presidencial contra Malam Bacai Sanhá

**14 de Setembro de 2003**

Destituição do Presidente Yalá pelo Chefe do Estado-Maior, Veríssimo Seabra Correia

**28 de Março de 2004**

Vitória relativa do PAIGC nas eleições legislativas, que coloca Carlos Gomes Júnior como Primeiro-Ministro

**6 de Outubro de 2004**

Assassinato do general Correia

**24 de Julho de 2005**

Eleição de “Nino” Vieira como Presidente da República, derrotando Malam Bacai Sanhá

**31 de Outubro de 2005**

Demissão do governo de Gomes Júnior

**16 de Novembro de 2008**

Vitória com maioria absoluta do PAIGC nas eleições legislativas, que coloca Carlos Gomes Júnior como Primeiro-Ministro

**2 de Março de 2009**

Assassinato do Chefe de Estado-Maior, Tagme na Wai, e do Presidente Vieira

**5 de Junho de 2009**

Assassinato de Hélder Proença e Baciro Dabó, próximos do antigo presidente Vieira

**26 de Julho de 2009**

Eleição de Malam Bacai Sanhá para Presidente da República, derrotando Kumba Yalá

**1 de Abril de 2010**

Destituição do Chefe do Estado-Maior, Zamora Induta, pelo seu vice António Injai

**26 de Dezembro de 2011**

Tentativa falhada de golpe de estado liderada pelo general Watna na Lai

**9 de Janeiro de 2012**

Morte do Presidente Sanhá, em Paris



## APÊNDICE D

### ACERCA DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP

O International Crisis Group é uma organização não governamental independente sem fins lucrativos que conta com uma equipa de cerca de 130 pessoas espalhadas por cinco continentes. Estas pessoas realizam análises no terreno e fazem pressão junto de dirigentes a fim de prevenirem e resolverem conflitos sangrentos.

A investigação no terreno está no centro da abordagem do Crisis Group. Esta é levada a cabo por equipas de analistas localizados nos países em risco ou nas proximidades dos mesmos. A partir das informações recolhidas e das avaliações da situação no local, o Crisis Group elabora relatórios analíticos rigorosos, acompanhados de recomendações práticas que se destinam aos decisores políticos internacionais. Além disso, o Crisis Group publica o *Crisis Watch*, um boletim mensal de doze páginas que apresenta, regularmente, um resumo do ponto da situação na maioria dos países em conflito (em curso ou potencial).

Os relatórios e os *briefings* do Crisis Group chegam a um grande número de destinatários através de correio electrónico. Também estão disponíveis para o grande público através do sítio Web da organização: [www.crisisgroup.org](http://www.crisisgroup.org). O Crisis Group trabalha em estreita parceria com os governos e aqueles que os influenciam, nomeadamente os meios de comunicação social, a fim de chamar a sua atenção e promover as suas análises e recomendações políticas nos mesmos.

O conselho de administração do Crisis Group, que conta com proeminentes personalidades do mundo político, diplomático, negócios e meios de comunicação social, está directamente empenhado em promover os relatórios e as recomendações junto dos decisores políticos do mundo inteiro. O conselho de administração é presidido por Thomas Pickering, antigo embaixador americano. Louise Arbour, *antiga Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos do Homem e antiga procuradora dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda*, é a presidente do Crisis Group desde Julho de 2009.

O Crisis Group tem a sua sede em Bruxelas e importantes gabinetes de promoção das suas actividades em Washington DC (onde está legalmente registado) e Nova Iorque, uma delegação mais pequena em Londres e dois gabinetes de ligação em Moscovo e Pequim. Actualmente, a organização conta com nove delegações regionais (Bichkek, Bogotá, Dakar, Islamabad, Istambul, Jacarta, Nairobi, Pristina e Tbilissi) e dezassete representações locais (Baku, Bangucoque, Beirute, Bujumbura, Cairo, Damasco, Dili, Cidade de Guatemala, Jerusalém, Joanesburgo, Cabul, Katmandu, Kinshasa, Port-au-Prince, Sarajevo, Seul e Tunis). O Crisis Group cobre perto de sessenta países e territórios tocados ou ameaçados por crises, em quatro continentes. Os países são os seguintes, em África: Burundi, Camarões, Costa de Marfim, Eritreia, Etiópia, Guiné, Guiné-Bissau, Quênia, Libéria, Madagáscar, Nigéria, Uganda, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda,

Serra Leoa, Somália, Sudão, Chade e Zimbabué; na Ásia: Afeganistão, Bangladesh, Birmânia/Mianmar, Caxemira, Coreia do Norte, Formosa, Indonésia, Cazaquistão, Quirguistão, Nepal, Uzbequistão, Paquistão, Filipinas, Sri Lanka, Tajiquistão, Tailândia, Timor-Leste e Turquemenistão; na Europa: Arménia, Azerbaijão, Bósnia-Herzegovina, Chipre, Geórgia, Kosovo, Macedónia, Rússia (Norte do Cáucaso), Sérvia e Turquia; no Médio-Oriente e Norte de África: Argélia, Arábia Saudita, Egipto, Irão, Iraque, Israel/Palestina, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Tunísia e Iémen; e na América Latina e Caraíbas: Bolívia, Colômbia, Equador, Guatemala, Haiti e Venezuela.

O Crisis Group é apoiado financeiramente por diversos governos, fundações institucionais e doadores privados. As seguintes agências e departamentos governamentais contribuíram para o financiamento do Crisis Group durante os últimos anos: o Ministério Federal Alemão dos Negócios Estrangeiros, a Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional, a Agência Australiana para o Desenvolvimento Internacional, o Departamento dos Negócios Estrangeiros e Comércio da Austrália, a Agência Austríaca para o Desenvolvimento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Bélgica, a Agência Canadiana para o Desenvolvimento Internacional, o Centro Canadano de Investigação para o Desenvolvimento Internacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Dinamarca, o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Emirados Árabes Unidos, a Comissão Europeia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Finlândia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de França, Irish Aid, a Agência Japonesa para a Cooperação Internacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Principado do Liechtenstein, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Luxemburgo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos Países-Baixos, a Agência Neo-Zelandesa para o Desenvolvimento Internacional, o Ministério dos Negócios Estrangeiros do Reino da Noruega, o Conselho de Investigação Económica e Social do Reino Unido, o Departamento do Reino Unido para o Desenvolvimento Internacional, o Departamento Federal dos Negócios Estrangeiros da Confederação Suíça, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Eslovénia, a Agência Sueca para a Cooperação Internacional e o Desenvolvimento, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Suécia, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Checa e o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Turquia.

As fundações e os doadores do sector privado que contribuíram financeiramente para o Crisis Group, durante os últimos anos, foram: Adessium Foundation, Carnegie Corporation of New York, The Charitable Foundation, The Elders Foundation, Henry Luce Foundation, William & Flora Hewlett Foundation, Humanity United, Hunt Alternatives Fund, John D. & Catherine T. MacArthur Foundation, Open Society Institute, Ploughshares Fund, Rockefeller Brothers Fund e VIVA Trust.

Janeiro de 2012

## APÊNDICE E

### RELATÓRIOS E BRIEFINGS DO CRISIS GROUP SOBRE A ÁFRICA DESDE 2009

#### África Austral

- Zimbabwe: Engaging the Inclusive Government*, Briefing Afrique N°59, 20 de Abril de 2009.
- Zimbabwe: Political and Security Challenges to the Transition*, Briefing Afrique N°70, 3 de Março de 2010.
- Madagascar: sortir du cycle de crises*, Rapport Afrique N°156, 18 de Março de 2010.
- Madagascar: la crise à un tournant critique?*, Rapport Afrique N°166, 18 de Novembro de 2010 (também disponível em inglês).
- Zimbabwe: The Road to Reform or Another Dead End*, Rapport Afrique N°173, 27 de Abril de 2011.
- Resistance and Denial: Zimbabwe's Stalled Reform Agenda*, Briefing Afrique N°82, 16 de Novembro de 2011.

#### África Central

- Tchad: la poudrière de l'Est*, Rapport Afrique N°149, 15 de Abril de 2009 (também disponível em inglês).
- Congo: cinq priorités pour une stratégie durable de construction de la paix*, Rapport Afrique N°150, 11 de Maio de 2009 (também disponível em inglês).
- Congo: une stratégie globale pour désarmer les FDLR*, Rapport Afrique N°151, 9 de Julho de 2009 (também disponível em inglês).
- Burundi: réussir l'intégration des FNL*, Briefing Afrique N°63, 30 de Julho de 2009.
- Tchad: sortir du piège pétrolier*, Briefing Afrique N°65, 26 de Agosto de 2009 (também disponível em inglês).
- République centrafricaine: relancer le dialogue politique*, Briefing Afrique N°69, 12 de Janeiro de 2010 (também disponível em inglês).
- Burundi: garantir un processus électoral crédible*, Rapport Afrique N°155, 12 de Fevereiro de 2010 (também disponível em inglês).
- Libye/Tchad: au-delà d'une politique d'influence*, Briefing Afrique N°71, 23 de Março de 2010 (também disponível em árabe).
- Congo: l'enlèvement du projet démocratique*, Briefing Afrique N°73, 8 de Abril de 2010 (também disponível em inglês).

- Tchad: au-delà de l'apaisement*, Rapport Afrique N°162, 17 de Agosto de 2010.
- Congo: Pas de stabilité au Kivu malgré le rapprochement avec le Rwanda*, Rapport Afrique N°165, 16 de Novembro de 2010 (também disponível em inglês).
- De dangereuses petites pierres: les diamants en République centrafricaine*, Rapport Afrique N°167, 16 de Dezembro de 2010 (também disponível em inglês).
- Burundi: du boycott électoral à l'impasse politique*, Rapport Afrique N°169, 7 de Fevereiro de 2011 (também disponível em inglês).
- Le Nord-ouest du Tchad: la prochaine zone à haut risque?*, Briefing Afrique N°78, 17 de Fevereiro de 2011.
- Congo: le dilemme électoral*, Rapport Afrique N°175, 5 de Maio de 2011 (também disponível em inglês).
- Congo: le processus électoral vu de l'Est*, Briefing Afrique N°80, 5 de Setembro de 2011 (também disponível em inglês).
- L'Afrique sans Kadhafi: le cas du Tchad*, Rapport Afrique N°180, 21 de Outubro de 2011 (também disponível em inglês).
- The Lord's Resistance Army: End Game?*, Rapport Afrique N°182, 17 de Novembro de 2011.

#### África Ocidental

- Liberia: Uneven Progress in Security Sector Reform*, Rapport Afrique N°148, 13 de Janeiro de 2009.
- Guinée-Bissau: construire un véritable pacte de stabilité*, Briefing Afrique N°57, 29 de Janeiro de 2009 (também disponível em inglês).
- Guinée: la transition ne fait que commencer*, Briefing Afrique N°58, 5 de Março de 2009 (também disponível em inglês).
- Nigeria: Seizing the Moment in the Niger Delta*, Briefing Afrique N°60, 30 de Abril de 2009.
- Guinéa-Bissau: Beyond Rule of the Gun*, Briefing Afrique N°61, 25 de Junho de 2009 (também disponível em português).
- Côte d'Ivoire: les impératifs de sortie de crise*, Briefing Afrique N°62, 2 de Julho de 2009 (também disponível em inglês).
- Guinée: pour en finir avec les régimes militaires*, Briefing Afrique N°66, 16 de

- Outubro de 2009 (também disponível em inglês).
- Côte d'Ivoire: sécuriser le processus électoral*, Rapport Afrique N°158, 5 de Maio de 2010.
- Cameroun: Etat Fragile?*, Rapport Afrique N°160, 25 de Maio de 2010 (também disponível em inglês).
- Cameroun: les dangers d'un régime en pleine fracture*, Rapport Afrique N°161, 24 de Junho de 2010 (também disponível em inglês).
- Guinée: réformer l'armée*, Rapport Afrique N°164, 23 de Setembro de 2010 (também disponível em inglês).
- Côte d'Ivoire: sortir enfin de l'ornière?*, Briefing Afrique N°77, 25 de Novembro de 2010.
- Northern Nigeria: Background to Conflict*, Rapport Afrique N°168, 20 de Dezembro de 2010.
- Nigeria's Elections: Reversing the Degeneration?*, Briefing Afrique N°79, 24 de Fevereiro de 2011.
- Côte d'Ivoire: faut-il se résoudre à la guerre?*, Rapport Afrique N°171, 3 de Março de 2011 (também disponível em inglês).
- Une période critique pour stabiliser la Côte d'Ivoire*, Rapport Afrique N°176, 1 de Agosto de 2011 (também disponível em inglês).
- Liberia: How Sustainable Is the Recovery?*, Rapport Afrique N°177, 19 de Agosto de 2011.
- Guinée: remettre la transition sur les rails*, Rapport Afrique N°178, 23 de Setembro de 2011 (também disponível em inglês).
- Côte d'Ivoire: poursuivre la convalescence*, Briefing Afrique N°83, 16 de Dezembro de 2011 (também disponível em inglês).

#### Corno de África

- Sudan: Justice, Peace and the ICC*, Rapport Afrique N°152, 17 de Julho de 2009.
- Somalia: The Trouble with Puntland*, Briefing Afrique N°64, 12 de Agosto de 2009.
- Ethiopia: Ethnic Federalism and Its Discontents*, Rapport Afrique N°153, 4 de Setembro de 2009.

- Somaliland: A Way out of the Electoral Crisis*, Briefing Afrique N°67, 7 de Dezembro de 2009.
- Sudan: Preventing Implosion*, Briefing Afrique N°68, 17 de Dezembro de 2009.
- Jonglei's Tribal Conflicts: Countering Insecurity in South Sudan*, Rapport Afrique N°154, 23 de Dezembro de 2009.
- Rigged Elections in Darfur and the Consequences of a Probable NCP Victory in Sudan*, Briefing Afrique N°72, 30 de Março de 2010.
- L'Armée de résistance du Seigneur: une stratégie régionale pour sortir de l'impasse*, Rapport Afrique N°157, 28 de Abril de 2010 (também disponível em inglês).
- Sudan: Regional Perspectives on the Prospect of Southern Independence*, Rapport Afrique N°159, 6 de Maio de 2010.
- Somalia's Divided Islamists*, Briefing Afrique N°74, 18 de Maio de 2010 (também disponível em somali).
- Sudan: Defining the North-South Border*, Briefing Afrique N°75, 2 de Setembro de 2010.
- Eritrea: The Siege State*, Rapport Afrique N°163, 21 de Setembro de 2010.
- Negotiating Sudan's North-South Future*, Briefing Afrique N°76, 23 de Novembro de 2010.
- Somalia: The Transitional Government on Life Support*, Rapport Afrique N°170, 21 de Fevereiro de 2011.
- Politics and Transition in the New South Sudan*, Briefing Afrique N°172, 4 de Abril de 2011.
- Divisions in Sudan's Ruling Party and the Threat to the Country's Stability*, Rapport Afrique N°174, 4 de Maio de 2011.
- South Sudan: Compounding Instability in Unity State*, Rapport Afrique N°179, 17 de Outubro de 2011 (também disponível em chinês).
- Mettre en œuvre l'architecture de paix et de sécurité (I): l'Afrique centrale*, Rapport Afrique N°181, 7 de Novembro de 2011 (também disponível em inglês).
- Kenya: Impact of the ICC Proceedings*, Briefing Afrique N°84, 9 de Janeiro de 2012.

## APÊNDICE F

### CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO INTERNATIONAL CRISIS GROUP

#### PRESIDENTE

##### **Thomas R Pickering**

Antigo embaixador dos Estados-Unidos nas Nações Unidas, Rússia, Índia, Israel, Salvador, Nigéria e Jordânia; Vice-presidente da Hills & Company

#### PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

##### **Louise Arbour**

Antiga Alta Comissária das Nações Unidas para os Direitos do Homem e Procuradora dos Tribunais Penais Internacionais para a ex-Jugoslávia e para o Ruanda.

#### COMISSÃO-EXECUTIVA

##### **Morton Abramowitz**

Antigo Secretário de Estado Adjunto e embaixador dos Estados Unidos na Turquia

##### **Cheryl Carolus**

Antiga Alta Comissária da África do Sul no Reino Unido e Secretária Geral do ANC

##### **Maria Livanos Cattau**

Membro do Conselho de Administração, Petroplus Holdings, Suíça

##### **Yoichi Funabashi**

Antigo editor-chefe do *Asahi Shimbun*, Japão

##### **Frank Giustra**

Presidente e Director-geral da Fiore Capital

##### **Ghassan Salamé**

Decano da Ecole des Affaires internationales, Sciences Po Paris

##### **George Soros**

Presidente do Open Society Institute

##### **Pär Stenbäck**

Antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros da Finlândia

#### OUTROS MEMBROS DO CONSELHO

##### **Adnan Abu-Odeh**

Antigo conselheiro político do Rei Abdallah II e do Rei Hussein e representante permanente da Jordânia nas Nações Unidas

##### **Kenneth Adelman**

Antigo embaixador dos Estados-Unidos e Director da Agência Americana para o Controlo das Armas e Desarmamento

##### **Kofi Annan**

Antigo Secretário-Geral das Nações Unidas; Prémio Nobel da Paz (2001)

##### **Nahum Barnea**

Editor-chefe do *Yedioth Ahronoth*, Israel

##### **Samuel Berger**

Presidente, Albright Stonebridge Group LLC; antigo conselheiro da segurança nacional dos Estados Unidos

##### **Emma Bonino**

Vice-presidente do Senado; antiga ministra italiana para os Assuntos Europeus e o Comércio Externo, e Comissária Europeia para a Ajuda Humanitária

##### **Wesley Clark**

Antigo comandante supreme das forças aliadas da NATO na Europa

##### **Sheila Coronel**

Toni Stabile, professora de jornalismo de investigação; Director do Centre Toni Stabile para o jornalismo de investigação, Universidade de Columbia, Estados Unidos

##### **Uffe Ellemann-Jensen**

Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca

##### **Gareth Evans**

*Presidente honorário do Crisis Group; antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Austrália*

##### **Mark Eyskens**

Antigo Primeiro-Ministro Belga

##### **Joshua Fink**

Presidente do Conselho de Administração e director de investimentos, Enso Capital Management LLC

##### **Joschka Fischer**

Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Alemanha

##### **Jean-Marie Guéhenno**

Arnold Saltzman, professor de estudos da paz e dos conflitos, Universidade de Columbia; antigo Secretário-Geral Adjunto para as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.

##### **Carla Hills**

Antiga Ministra da Habitação e Representante do Comércio Externo dos Estados Unidos

##### **Lena Hjelm-Wallén**

Antiga ministra-adjunta e ministra dos Negócios Estrangeiros da Suécia

##### **Swanee Hunt**

Antiga embaixadora dos Estados-Unidos na Áustria; Presidente do Institute for Inclusive Security; Presidente do Hunt Alternatives Fund

##### **Mo Ibrahim**

Fundador e Presidente da Mo Ibrahim Foundation; Fundador da Celtel International

##### **Igor Ivanov**

Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Federação Russa

##### **Asma Jahangir**

Presidente da Ordem dos Advogados do Supremo Tribunal do Paquistão; antigo relator das Nações Unidas em matéria de liberdade de religião ou convicção

##### **Wim Kok**

Antigo Primeiro-Ministro dos Países Baixos

##### **Ricardo Lagos**

Antigo Presidente do Chile

##### **Joanne Leedom-Ackerman**

Antiga secretária internacional da PEN International; romancista e jornalista, Estados Unidos

##### **Lord (Mark) Malloch-Brown**

Antigo administrador do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e Secretário-Geral Adjunto das Nações Unidas

##### **Lalit Mansingh**

Antigo ministro dos Negócios Estrangeiros da Índia, embaixador nos Estados Unidos e Alto Comissário para o Reino Unido

##### **Jessica Tuchman Mathews**

Presidente, Carnegie Endowment for International Peace, Estados Unidos

##### **Benjamin Mkapa**

Antigo Presidente da Tanzânia

##### **Moisés Naím**

Senior associate, Programme Economie Internationale, Carnegie Endowment for International Peace; antigo editor-chefe, Foreign Policy

##### **Ayo Obe**

Jurista, Lagos, Nigéria

##### **Paul Reynolds**

Presidente do Conselho de Administração, Canaccord Financial Inc.; Vice-Presidente do Global Head of Canaccord Genuity

##### **Güler Sabancı**

Presidente, Sabancı Holding, Turquia

##### **Javier Solana**

Antigo Alto Representante para a Política Externa e Segurança Comum da União Europeia, Secretário-Geral da NATO e Ministro dos Negócios Estrangeiros de Espanha

##### **Lawrence Summers**

Antigo Director do National Economic Council e Secretário do Tesouro dos Estados-Unidos; Presidente Honorário da Universidade de Harvard

---

## CONSELHO PRESIDENCIAL

Grupo ilustre de doadores privados que fornecem apoio e conhecimentos fundamentais ao Crisis Group.

<b>Mala Gaonkar</b>	<b>George Landegger</b>	<b>Ian Telfer</b>
<b>Frank Holmes</b>	<b>Ford Nicholson &amp; Lisa Wolverton</b>	<b>White and Case LLP</b>
<b>Steve Killelea</b>	<b>Harry Pokrandt</b>	<b>Neil Woodyer</b>

---

## CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL

Doadores privados que contribuem regularmente, através dos seus conhecimentos e da sua experiência, para as actividades do Crisis Group.

<b>APCO Worldwide Inc.</b>	<b>Rita E. Hauser</b>	<b>Harriet Mouchly-Weiss</b>	<b>Talisman Energy</b>
<b>Ed Bachrach</b>	<b>Sir Joseph Hotung</b>	<b>Näringslivets Inter- nationella Råd (NIR) – International Council of Swedish Industry</b>	<b>Tilleke &amp; Gibbins</b>
<b>Stanley Bergman &amp; Edward Bergman</b>	<b>Iara Lee &amp; George Gund III Foundation</b>	<b>Griff Norquist</b>	<b>Kevin Torudag</b>
<b>Harry Bookey &amp; Pamela Bass-Bookey</b>	<b>George Kellner</b>	<b>Ana Luisa Ponti &amp; Geoffrey Hoguet</b>	<b>VIVA Trust</b>
<b>BP</b>	<b>Amed Khan</b>	<b>Kerry Propper</b>	<b>Yapı Merkezi Construction and Industry Inc.</b>
<b>Chevron</b>	<b>Faisel Khan</b>	<b>Michael L. Riordan</b>	<b>Stelios S. Zavvos</b>
<b>Neil &amp; Sandra DeFeo Family Foundation</b>	<b>Zelmira Koch Polk</b>	<b>Shell</b>	
<b>Equinox Partners</b>	<b>Elliott Kulick</b>	<b>Statoil</b>	
<b>Fares I. Fares</b>	<b>Liquidnet</b>	<b>Belinda Stronach</b>	
<b>Neemat Frem</b>	<b>Jean Manas &amp; Rebecca Haile</b>		
<b>Seth &amp; Jane Ginns</b>	<b>McKinsey &amp; Company</b>		

---

## CONSELHEIROS

Antigos membros do conselho de administração que continuam a colaborar com o Crisis Group, fornecendo os seus conselhos e prestando apoio (em conformidade com todas as outras funções que possam exercer em paralelo).

<b>Martti Ahtisaari</b> Presidente Emérito	<b>Mong Joon Chung</b>	<b>Timothy Ong</b>	<b>Uta Zapf</b>
<b>George Mitchell</b> Presidente Emérito	<b>Pat Cox</b>	<b>Olara Otunnu</b>	<b>Ernesto Zedillo</b>
<b>HRH Prince Turki al-Faisal</b>	<b>Gianfranco Dell’Alba</b>	<b>Lord (Christopher) Patten</b>	
<b>Hushang Ansary</b>	<b>Jacques Delors</b>	<b>Shimon Peres</b>	
<b>Óscar Arias</b>	<b>Alain Destexhe</b>	<b>Victor Pinchuk</b>	
<b>Ersin Arıoğlu</b>	<b>Mou-Shih Ding</b>	<b>Surin Pitsuwan</b>	
<b>Richard Armitage</b>	<b>Gernot Erler</b>	<b>Cyril Ramaphosa</b>	
<b>Diego Arria</b>	<b>Marika Fahlén</b>	<b>Fidel V. Ramos</b>	
<b>Zainab Bangura</b>	<b>Stanley Fischer</b>	<b>George Robertson</b>	
<b>Shlomo Ben-Ami</b>	<b>Malcolm Fraser</b>	<b>Michel Rocard</b>	
<b>Christoph Bertram</b>	<b>I.K. Gujral</b>	<b>Volker Rüehe</b>	
<b>Alan Blinken</b>	<b>Max Jakobson</b>	<b>Mohamed Sahnoun</b>	
<b>Lakhdar Brahimi</b>	<b>James V. Kimsey</b>	<b>Salim A. Salim</b>	
<b>Zbigniew Brzezinski</b>	<b>Aleksander Kwasniewski</b>	<b>Douglas Schoen</b>	
<b>Kim Campbell</b>	<b>Todung Mulya Lubis</b>	<b>Christian Schwarz-Schilling</b>	
<b>Jorge Castañeda</b>	<b>Allan J. MacEachen</b>	<b>Michael Sohlman</b>	
<b>Naresh Chandra</b>	<b>Graça Machel</b>	<b>Thorvald Stoltenberg</b>	
<b>Eugene Chien</b>	<b>Nobuo Matsunaga</b>	<b>Leo Tindemans</b>	
<b>Joaquim Alberto Chissano</b>	<b>Barbara McDougall</b>	<b>Ed van Thijn</b>	
<b>Victor Chu</b>	<b>Matthew McHugh</b>	<b>Simone Veil</b>	
	<b>Miklós Németh</b>	<b>Shirley Williams</b>	
	<b>Christine Ockrent</b>	<b>Grigory Yavlinski</b>	